

Editorial

NEGOCIAÇÃO INDISPENSÁVEL COM OS TRABALHADORES

O PCP, partido da classe operária portuguesa com uma larga audiência nas camadas populares mais amplas, tem agido e continuará rigorosamente a agir, como grande partido democrático, dentro da ordem constitucional vigente. Convém não esquecer que a essa ordem constitucional vigente o PCP deu o melhor do seu contributo e ninguém com lisura poderá classificá-lo como um contributo de menor valia.

Por outro lado, nenhum outro partido, mais do que o PCP, se tem esforçado por encontrar uma saída democrática para a crise avançando propostas construtivas, assentes na realidade económica e social do País e na defesa dos interesses dos trabalhadores e da independência nacional.

No cerne das propostas políticas do PCP está a unidade ou o entendimento entre as forças democráticas e, designadamente, entre comunistas e socialistas. Ninguém pode com lisura negar o amplo sentido unitário das propostas políticas do PCP.

Mas a desejável unidade ou o simples entendimento entre forças verdadeiramente interessadas na defesa da democracia e do progresso social do Povo português não podem assentar numa política de coacção e de facto consumado ou em exigências despropositadas dos órgãos do Poder. Num Estado democrático, dotado de uma Constituição tão democrática e progressista como a Constituição portuguesa, uma tal política é inadmissível e inaceitável.

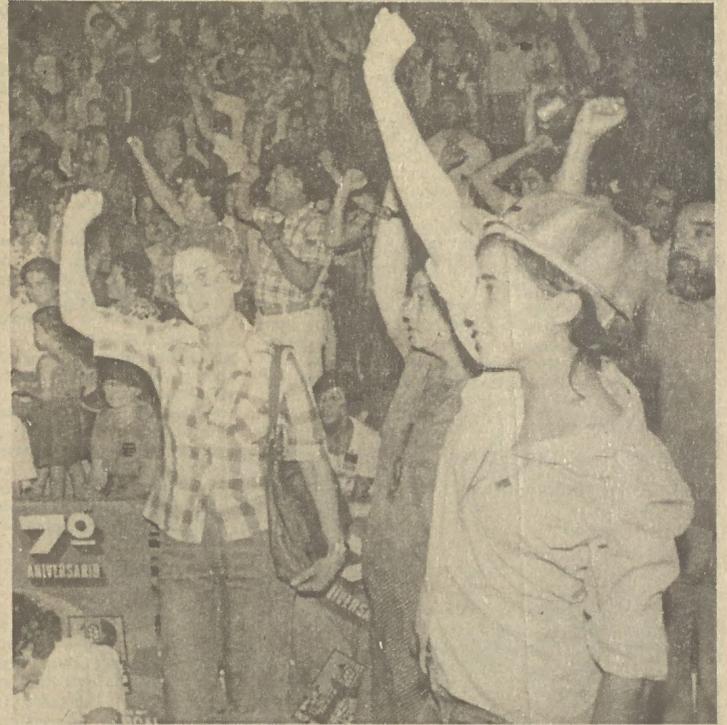
O Governo do PS não pode honestamente

(continua na pág. 2)

UNIDOS E ORGANIZADOS OS TRABALHADORES DEFENDERÃO OS SEUS INTERESSES DE CLASSE E O PROSSEGUIMENTO DA DEMOCRACIA NA PERSPECTIVA DO SOCIALISMO

- saudação do Partido Comunista Português
à CGTP-Intersindical Nacional
no dia do seu 7.º Aniversário

Mais de 200 mil trabalhadores representados em plenário apelam para o Presidente da República e para o Conselho da Revolução • Em Sacavém, apoio e solidariedade à COPAM, LPM e J. F. dos Santos • No Porto, centenas de postos de trabalho ameaçados por falta de apoio do Governo • Forte solidariedade na luta da Lisnave • FACAR na mira do Governo de recuperação capitalista



Milhares de trabalhadores comemoraram em vários pontos do país o sétimo aniversário da Intersindical. A foto refere-se ao comício realizado em Sacavém, mas no Porto e outras localidades o entusiasmo e a firmeza foram os mesmos.

Páginas centrais

PROMOÇÃO DAS CONQUISTAS DE ABRIL

PELAS
CONQUISTAS DE ABRIL

ADERE
AO
PCP



• Confirma-se o aumento da influência e do prestígio do PCP no Norte do País

• Festa política em Odivelas traz dezenas de novos militantes ao Partido

• Seis questões a ter em conta por organizações e militantes

• Novos camaradas escrevem ao «Avante!»

Pág. 5

VIOLÊNCIA SEPARATISTA CONTRA COMÍCIO DO PCP



A abrir o comício no Funchal (à direita, a mesa que presidiu), Barata Moura interpreta algumas canções. Pouco depois explodiria a bomba, mas o comício prosseguiu. A indignação popular pelo atentado foi geral

Pág. 3

• José Magro fala-nos do 1.º Congresso dos Comités de Defesa da Revolução, realizado em Havana



• RDA: 28 anos na fronteira entre o socialismo e o capitalismo

Pág. 12

A CONFERÊNCIA DE BELGRADO

Pág. 2

DELEGAÇÃO DO PCP NA HUNGRIA E NA ROMÉNIA



As delegações dos partidos-irmãos da Hungria (à esquerda) e da Roménia, chefiadas, respectivamente, pelos camaradas Janos Kadar e Nicolau Ceausescu, durante as conversações com a delegação do PCP, chefiada pelo camarada Octávio Pato

Pág. 4

Editorial

NEGOCIAÇÃO INDISPENSÁVEL COM OS TRABALHADORES

(Continuação da pág. 1)

desejar em palavras o diálogo e o entendimento com os trabalhadores e o seu partido — o PCP — e ao mesmo tempo praticar uma política de agressividade, por vezes física, contra os trabalhadores e de alienação e segregação contra os comunistas portugueses.

A necessária unidade ou, na alternativa, o necessário entendimento entre as forças sociais e políticas interessadas na defesa do processo democrático tem de assentar numa plataforma política com o acordo dos trabalhadores, não num contínuo antidemocrático com os partidos da direita que ponha as conquistas do nosso Povo e as próprias liberdades à mercê de forças inimigas da democracia e da Revolução portuguesa.

Nenhum outro partido como o PCP se tem esforçado para que se estabeleça um período de acalmia política e social que crie as condições indispensáveis para o diálogo sereno e construtivo entre as forças democráticas.

O estabelecimento de uma pausa política, mesmo transitória, mesmo a título precário, implica, porém, a pausa nas decisões arbitrárias de recuperação capitalista e agrária, como as desintervenções e entregas arbitrárias de terras aos agrários, umas e outras realmente desestabilizadoras. A trégua política não pode ser uma prática unilateral em que os trabalhadores cedem tudo e não recebem nada, uma falsa acalmia política imposta pela via administrativa ou repressiva, sufocando a crítica e cerceando os direitos e liberdades.

Nenhuma pausa política é possível por esta via e em democracia a iniciativa, o exemplo devem vir de cima, dos órgãos do Poder.

Precisemos:

Não é possível conciliar a atribuição dos direitos de reserva na zona de intervenção da Reforma Agrária com o preceito constitucional que manda ouvir os trabalhadores em todas as questões do seu interesse se, em vez de se dialogar com as UCPs e estudar com os seus representantes autorizados os problemas decorrentes da atribuição das reservas, se faz proceder os reservatórios e os técnicos dos CRRAs de forças de intervenção da GNR, armadas de metralhadoras, de cães-policia e de bastões, atirando-as para cima de homens, mulheres e crianças indefesas numa operação prévia de esbulhamento de terras e de bens das Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção. Não é um exemplo de respeito pelas leis exorbitando-as ou aplicando-as pela medida larga.

Será necessário citar exemplos? Cremos que não.

Não é possível conciliar as afirmações verbais de que se deseja defender e respeitar as conquistas dos trabalhadores com o escândalo das desintervenções das empresas intervencionadas pelo Estado e que foram salvas da falência e da sabotagem económica de patrões sabotadores pela diligência e o sacrifício

dos trabalhadores, pelo seu sentido das responsabilidades, pelo seu espírito de servir a economia do seu País e o bem-estar do seu Povo.

Na Copam é o patrão sabotador Carmona e Costa que transmite às forças militarizadas as indicações para expulsar ou mandar prender e julgar trabalhadores que actuam no uso dos seus direitos constitucionais e legais; na Luis Pedro de Mendonça e na Joaquim Francisco dos Santos Impõe-se contra a vontade dos trabalhadores a entrega das empresas aos antigos patrões depredadores; na Mundet e na Facar é pelos jornais ou por via indirecta que os seus trabalhadores e gestores, que realizaram brilhante trabalho de recuperação da empresa, conhecem a decisão da desintervenção estatal.

Poderão conciliar-se afirmações verbais de uma política de recuperação económica e de independência nacional com operações contra as UCPs no momento preciso em que estas se encontram empenhadas em pleno na realização das sementeiras ou com o acirramento dos conflitos sociais pela desintervenção das empresas ou com a crescente submissão da nossa política económica às exigências e interesses do FMI, justamente considerado um órgão extremamente conservador, representante dos interesses do capital monopolista dos Estados Unidos?

Por outro lado poderão conciliar-se os propósitos verbais de defesa dos direitos e liberdades constitucionais cerceando a liberdade de propaganda e de manifestação dos partidos e organizações democráticas, prendendo arbitrariamente e fazendo julgar propagandistas no uso pleno das suas prerrogativas constitucionais dando cobertura a despedimentos de comissões de trabalhadores e de delegados sindicais? Certamente que não.

O PCP sempre se manifestou pronto a dialogar, a negociar, a encontrar com os órgãos do Poder soluções construtivas e exequíveis para os problemas nacionais.

Na busca dessas soluções é indispensável ouvir os trabalhadores, contar com eles, dialogar com eles no plano das suas organizações mais representativas como a CGTP-IP e no plano das empresas e UCPs com as Comissões de Trabalhadores, as Comissões Directivas, as Comissões de Delegados Sindicais e os Sindicatos.

O PCP tem afirmado e reafirma: uma saída democrática para a crise, o estabelecimento de uma plataforma política para salvar o País do colapso económico e financeiro e do caos social, implicam a participação activa e interessada dos trabalhadores e do seu partido de classe.

Os dirigentes do PS afirmam que não se aliarão ao PPD e ao CDS numa fórmula de governo de coligação à direita em substituição do actual Governo. Estas declarações verbais necessitam de clarificação política prática, exigem a cessação de actos que diariamente contrariam as palavras.

Belgrado:

UM PASSO IMPORTANTE NA BATALHA PELA PAZ

Iniciou-se há dois dias a Conferência de Belgrado. Pouco depois de Carter ter autorizado em definitivo a fabricação de bombas de neutrões. Num momento em que Washington tem conduzido uma política de mistificação acerca dos direitos humanos. Quando a propaganda do capital volta a bater na tecla da «ameaça russa».

Por tudo isso, e porque muitos esforços se multiplicaram para impedir a sua realização, Belgrado surge como mais uma vitória das forças da paz, uma garantia de que, apesar das muitas dificuldades, o caminho que está a ser trilhado no domínio fundamental das relações internacionais é determinado pelas forças progressistas e pelo peso e acção da comunidade socialista.

A reunião de Belgrado surge na sequência da Conferência realizada em Helsínquia em Julho de 1975. Então foi dado um passo muito importante para a criação de um clima de coexistência pacífica na Europa e também no mundo. A Acta Final de Helsínquia consagrou normas precisas no que respeita às relações mútuas entre países de diferentes sistemas sociais, no sentido de evitar a guerra, resolver conflitos à mesa das conversações, acentuar o intercâmbio económico e cultural.

O balanço que agora será feito mostrará, para quem o quiser ver, a forma como as cláusulas da acta foram ou não cumpridas, e onde e como foram cumpridas. E o saldo será sem dúvida favorável às forças da paz e do progresso.

Não será este, contudo, o aspecto mais importante do que está a ser discutido em Belgrado. O mais importante é o futuro. É o avançar com propostas e acordos sobre questões candentes e actuais, em particular no que respeita ao desarmamento, para que sejam possíveis acordos, a levar à prática em situações radicalmente diferentes. O mais importante é que Belgrado possa ser um passo mais no caminho do desarmamento, que faça gorar os esforços de retorno à guerra fria (ou uma «paz quente»), hoje muito sensíveis e perigosos.

Trinta e cinco Estados estão representados em Belgrado. Nem todos com a intenção de fazer avançar a paz, dar novos passos no desarmamento

internacional, fazer corresponder o desarmamento político ao desarmamento no campo militar. Trava-se uma batalha importante na sala de Conferências. Uma batalha dura, em que as forças da direita se esforçam, não só por esvasiar de conteúdo a política de coexistência pacífica, como utilizam contra o socialismo, contra as forças progressistas, contra a paz. Importa que também fora da sala de conferência de Belgrado, saibamos dar um contributo para que o que lá se decide resulte de facto num passo positivo, denunciando o carácter extremamente perigoso para a própria existência da humanidade da campanha anticomunista, da campanha contra a comunidade socialista, contra a URSS.

Face às incapacidades do MEIC

ESTUDANTES COMUNISTAS APELAM PARA A MOBILIZAÇÃO E UNIDADE DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES

Os trabalhadores-estudantes comunistas promoveram, nos últimos dias do passado mês, em Coimbra, um Encontro Nacional, durante o qual debateram a situação geral dos trabalhadores-estudantes, tendo ainda procedido à análise do ensino e aos problemas relacionados com o início do próximo ano lectivo, que o MEIC afirma iniciar-se no dia 10 de Outubro.

No decorrer do Encontro, foi analisado pormenorizadamente o movimento dos trabalhadores-estudantes e a sua posição perante a decisão do MEIC que determina a realização de exames "ad-hoc" aos trabalhadores-estudantes que ingressam nos cursos complementares. Os trabalhadores-estudantes comunistas saudaram, no Encontro, todos os trabalhadores-estudantes e as suas estruturas organizativas pelo êxito do seu movimento, que obrigou o MEIC a ceder na sua posição injusta e antidemocrática, a qual tinha por objectivo criar mais obstáculos à continuação dos estudos dos trabalhadores-estudantes.

Apesar disso, os jovens comunistas apelaram para o prosseguimento da mobilização dos trabalhadores-estudantes, até que a nova circular do MEIC seja devidamente cumprida. A propósito, um comunicado saído do Encontro Nacional salienta: «Só a luta organizada e persistente, entusiasta e criadora, revelada através de dezenas de reuniões efectuadas em todo o País, levou os trabalhadores-estudantes à conquista desta importante vitória.»

Acrescentando alguns argumentos de peso relativos a esta posição, os trabalhadores-estudantes comunistas revelam que na grande maioria das escolas o MEIC ainda não colocou todos os professores, estando a feita dos horários muito atrasada e os programas ainda não estão definidos.

Exortando os trabalhadores-estudantes a pressionarem os responsáveis, a fim de que as incapacidades do Governo não recaia sobre os trabalhadores-estudantes, os trabalhadores-estudantes comunistas apelaram para que todos os

estudantes nas suas condições se «mantenham unidos e organizados para levar a cabo a prossecução dos seus estudos, e para deter todas as manobras que se avizinhem e que irão aparecer em palco ao longo de todo o próximo ano lectivo.»

O MEIC PERTURBA A VIDA NAS ESCOLAS

Entretanto, ainda recentemente, a União dos Estudantes Comunistas tomou posição pública, através de um comunicado, em que denuncia a actividade do MEIC como um factor de perturbação na vida das escolas.

Reportando-se ao escandaloso caso dos estudantes do 6.º ano dos Hospitais Cívis — com as aulas paralisadas há mais de um ano — a UEC critica a «solução adoptada» pelo ministro Cardia para resolver essa situação, que consistiu, nada mais nada menos, do que em transferir-los para as instalações dos ISCSP — escola também encerrada por Cardia há quase um ano.

E o comunicado da UEC refere: «O MEIC descobriu que a solução para uma escola por ele paralisada consistia na sua transferência para as instalações de uma outra,

mantida em igual situação há um ano. As instalações do ISCSP finalmente reabrem, mas não para proporcionar aos seus estudantes o direito ao ensino, que em Dezembro lhes foi negado através do encerramento da escola à ordem de Cardia.»

«Para os estudantes do HCL — acrescenta a UEC — as consequências desta pseudo-solução estão bem à vista — a frequência de um ano clínico fora das condições de um Hospital Escolar, num tempo maratona, com os reflexos que tal situação acarretará na sua formação como profissionais da clínica.»

Referindo-se, mais adiante, à situação dos estudantes do ISCSP, o comunicado da UEC acentua: «Entretanto, aos estudantes do ISCSP, a alternativa que é colocada consiste na realização de exames finais até 15 de Novembro em instalações cedidas pelo Instituto Superior de Economia; após um ano sem aulas e sem que qualquer período de recuperação tivesse tido lugar, 1400 estudantes do ISCSP foram colocados entre a espada do chumbo colectivo e a parede da passagem administrativa.»

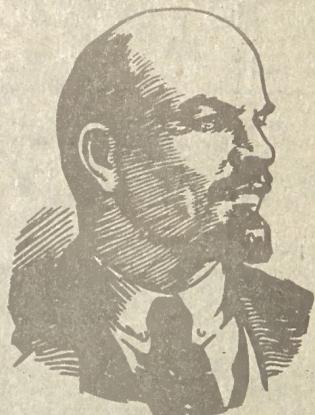
E o comunicado da UEC comenta muito justamente: «Estes os métodos do MEIC — a deformação profissional, a degradação escolar, a passagem administrativa.»

GRANDE OPORTUNIDADE

TEMPORARIAMENTE 65\$00 CADA VOLUME

obras completas de Lenine

47 VOLUMES EM FRANCÊS



UMA OBRA FUNDAMENTAL ÚTIL para consultar NECESSÁRIA para estudar INDISPENSÁVEL para ler

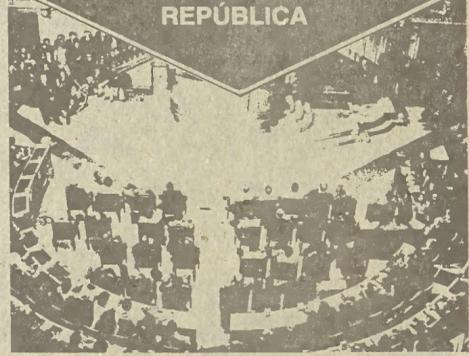
CDL a distribuição

edições Avante!

O DOCUMENTO INDISPENSÁVEL

Em defesa da Reforma Agrária

DEBATES NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Um livro com a força da razão

CDL a distribuição

REUNIÃO DE QUADROS

O Comité dos Metalúrgicos Comunistas do distrito do Porto promove, no próximo sábado, dia 9, uma reunião de quadros que decorrerá no pavilhão da Rua Aníbal Cunha, a partir das 9.30.

O Encontro visa a análise da situação política, determinação das maiores dificuldades encontradas pelos camaradas na sua actividade e os problemas mais sentidos pelos trabalhadores nas empresas.

Apelando à participação de todos os quadros do sector, o Comité dos Metalúrgicos emitiu um comunicado, acentuando a necessidade de uma

participação activa de todos os camaradas nas discussões, e pedindo que adiantem "soluções para os problemas que cada célula tem para funcionar em pleno".

Para debate da situação política e do funcionamento da organização vai realizar-se no próximo domingo, dia 9, no pavilhão da sede da Rua Aníbal Cunha, no Porto, uma reunião de quadros do sector têxtil, promovida pelo respectivo comité de classe. Os trabalhos decorrerão entre as 9 e 45 e as 13 horas, e das 15 às 18 horas.

I ASSEMBLEIA DE CÉLULA DA FÁBRICA DO MINDELO

No Centro de Trabalho do nosso Partido em Vila do Conde, realizou-se, no último domingo, a primeira Assembleia da célula da Fábrica do Mindelo, que contou com a participação de cerca de duas dezenas de delegados, assistindo aos trabalhos alguns convidados. Em representação da DORN do PCP encontrava-se na mesa o camarada Emídio Pinto Ribeiro que, no encerramento da reunião plenária, analisou a situação política actual.

No relatório do organismo de direcção cessante, aprovado por unanimidade, são apontadas as principais tarefas

dos comunistas daquela unidade fabril: defesa da unidade dos trabalhadores, mobilização dos seus companheiros de trabalho para a defesa dos seus interesses de classe e para o reforço do movimento sindical, luta pela reintegração dos seis trabalhadores despedidos desde a greve dos têxteis e, ainda, contra o sectarismo e pela defesa intransigente da orientação do Partido.

Na sequência de uma discussão viva, foi eleito por unanimidade o novo Secretariado, constituído por seis operários e dois empregados, representando os turnos e as secções mais importantes.

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

SERVIÇO DE ASSINATURAS

Avisamos todos os camaradas e amigos que o serviço de assinaturas do «Avante!» mudou para a Avenida Santos Dumont, 50 — Lisboa 1 com o telefone 763701

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade Partido Comunista Português Av. António Serpa, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel. 769896/7

Administração Editorial Avante, SARL Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1 Tel. 769744/769751

Direcção e Redacção Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1 — Tel. 769725/769722

Distribuição CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel. 769744/769751 Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1, Tel. 769705 Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa 2, Tel. 372238 Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — Porto, Tel. 28938 Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto, Tel. 310441 Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel. 28394 Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24564 Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal, Tel. 24693 Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — Évora, Tel. 26361 Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417

Assinaturas CDL, Departamento de Venda Directa Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa 1, tel. 763701

Publicidade Lisboa: R. Pedro Nunes, 9A — Lisboa 1, Tel. 41787

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tragem média do mês de Setembro: 75 784

5 DE OUTUBRO DE 1910

Em 5 de Outubro de 1910, o povo de Lisboa, logo secundado pelo povo do resto do País, derrubava o regime autocrático da monarquia. Era um rasgo das forças progressistas do nosso país no propósito de, construir o seu futuro colectivo, lutando abnegadamente pela liberdade e o progresso dos portugueses.

Tal como em 25 de Abril de 1974, quando as massas populares saíram à rua para liquidar o fascismo, demonstrando assim a sua elevada consciência democrática. Na linha das tradições liberais aberta pela Revolução de 1820 também em 5 de Outubro de 1910, as forças do progresso demonstravam a sua firmeza e combatividade, a sua decisão de modificar o destino da Pátria portuguesa.

Cinquenta e sete anos já são passados sobre a proclamação da República em Portugal. Durante esse período, a burguesia reaccionária, aliada à velha aristocracia quase feudal, conseguiu voltar a impor, durante quase meio século, o seu domínio de terror. Esmagou as liberdades conquistadas em 1910, mas não conseguiu vergar o anseio

de liberdade e de democracia que sempre alimentou o povo do nosso país.

Por isso, as comemorações do 5 de Outubro, durante o fascismo eram objecto de repressão policial. Mas também por isso, essas comemorações constituíram sempre poderosas jornadas antifascistas e de unidade democrática. Em 5 de Outubro de 1910, o povo português aniquilava um regime de tirania. Mas outro se preparava nas suas costas, pronto a esmagar as conquistas então alcançadas. As divisões e a cegueira política dos dirigentes republicanos abriram a porta ao fascismo.

As derrotas da República foram derrotas do povo português, tal como a vitória em 5 de Outubro a ele pertence. Essas lições têm uma viva actualidade quando os dirigentes do PS dão mostras da mesma cegueira política e a mesma incuria face aos maneios dos fascistas. 5 de Outubro de 1910-25 de Abril de 1974 são duas datas determinantes na história da nossa Pátria. Porque em ambas foi o povo a tomar em mãos as poderosas alavancas de transformação e de progresso.

O bombismo separatista não impediu comício do PCP

OS COMUNISTAS E DEMOCRATAS DA MADEIRA ESTÃO UNIDOS, FIRMES E CONFIANTE NA DEFESA DAS LIBERDADES E DEMOCRACIA

Os caciques reaccionários e separatistas continuam a atentar, na ilha da Madeira, contra as mais elementares liberdades, contra a vida e bens de cidadãos, contra a própria integridade nacional. Perante uma mais que descarada passividade por parte das autoridades locais, os separatistas prosseguem na sua escalada de terror e violência. O seu mais recente e repugnante acto foi a colocação de uma bomba de certa potência no recinto onde muitas centenas de pessoas participavam num comício do Partido Comunista Português. O separatismo terrorista pretendia assim impedir que os comunistas levassem ao povo madeirense a opinião do PCP sobre os grandes problemas nacionais. Não o conseguiu; após uns breves momentos de compreensível pânico, o comício do nosso Partido prosseguiu, com determinação e firmeza.

Este acto de terrorismo separatista registou-se no passado dia 29 de Setembro, no Funchal, no decorrer de um comício promovido pela DORAM do PCP e no qual participavam os camaradas Carlos Carvalhas, membro suplente do CC, e o cantor José Barata Moura. A bomba rebentou quando intervinha o camarada Lucínio Falé, membro da Direcção da Organização Regional dos Açores e Madeira. A "semente do ódio e da violência separatista" foi colocada do lado direito do palco, tudo parecendo indicar que o objectivo inicial seria colocá-la debaixo do próprio palco...

Este atentado bombista não é um acto isolado, mas integra-se na vasta campanha desenvolvida pelas forças separatistas na ilha da Madeira. O rebentamento da bomba está directamente ligado à destruição sucessiva de carros de diversos democratas e antifascistas, à distribuição à luz do dia da organização terrorista e separatista Flama.

Poucos dias antes da provocação terrorista contra o comício do PCP, um grupo de 10 reaccionários, filhos de conhecidos dirigentes locais do PPD/PSD, tentaram boicotar uma sessão de esclarecimento do nosso Partido, em S. Jorge. Esse grupelho postou-se perto do local em que se ia realizar a sessão de esclarecimento, dando vivas à "Flama" e colocando bandeiras desta organização fascista defronte do local destinado à sessão. A provocação saiu-lhes pela culatra, uma vez que não conseguiram arremeter qualquer elemento da população contra a sessão, que decorreu normalmente.

Como também a provocação da bomba não resultou, apesar de ter causado danos materiais consideráveis e ferimentos de certa gravidade numa criança.

A CORAGEM DOS COMUNISTAS

Os reaccionários separatistas procuram, com

a sua actividade, intimidar as massas trabalhadoras, os democratas e antifascistas e, principalmente, os comunistas. Mas as suas tentativas de intimidação dos mais consequentes e abnegados defensores das liberdades do nosso povo estão sempre condenadas ao fracasso. A prova-lo, apenas um exemplo: No dia seguinte ao do rebentamento da bomba durante o comício, os comunistas madeirenses distribuíram no Funchal um comunicado da DORAM do PCP, intitulado "As Liberdades na Madeira".

Nessa distribuição participaram, além de numerosos outros camaradas, os camaradas Carlos Carvalhas, José Barata Moura e Lucínio Falé. A distribuição decorreu sem incidentes e o comunicado obteve boa aceitação por parte da população que, cada vez mais, demonstra repudiar completamente as actividades dos provocadores separatistas e a passividade, que lhes dá cobertura, do Governo Regional e das forças locais do PPD e do CDS.

Torna-se, aliás, cada dia mais escandalosa a passividade do Governo Regional perante a actividade dos separatistas. Do comunicado distribuído pelo PCP transcreveremos o seguinte parágrafo:

"É que faz o Governo Regional PPD/PSD? Não toma medidas contra os bombistas nem contra os separatistas. Gente sua dá vivas à Flama, como aconteceu em S. Jorge no dia 25. Isto prova que aos partidos reaccionários PPD e CDS e ao seu Governo Regional, o clima de terrorismo, de insegurança e de instabilidade serve os seus intentos e os interesses que eles exprimem, o dos grandes capitalistas e o dos grandes senhorios."

E, a finalizar, salientava-se no referido comunicado da DORAM do PCP: "Mas, por muito que custe ao Governo Regional, o povo trabalhador da Madeira não se atemoriza e continuará a lutar pela

liberdade, pela democracia, por um Portugal melhor e mais justo, por um Portugal Socialista!"

OS SEPARATISTAS SÃO A ALTA BURGUESIA, OS EXPLORADORES DO NOSSO POVO

No decorrer do comício que os provocadores bombistas pretendiam, em vão, sabotar por terror, a parte principal da intervenção do camarada Lucínio Falé debruçava-se

exactamente sobre o problema do separatismo, a passividade do Governo Regional e a forma de combater tal situação. Afirmava a determinado passo este dirigente local do nosso Partido:

"Só a unidade e a organização dos trabalhadores poderão fazer com que as liberdades sejam uma realidade na Região Autónoma da Madeira."

"A luta dos trabalhadores da hotelaria - prosseguiu o camarada Falé - com seis dias de greve mostra bem que o Governo Regional PPD/PSD está interessado em defender os interesses dos grandes capitalistas, que enviam para o estrangeiro os lucros que obtêm através do turismo."

Por sua vez, o camarada Carlos Carvalhas, membro suplente do CC do PCP, afirmou na sua intervenção: "Os separatistas, os inimigos jurados do nosso povo e da nossa Pátria, que actuem em pleno à vontade nesta ilha com

o apoio directo ou indirecto do PPD e do CDS, com o apoio claro ou disfarçado destes dois partidos reaccionários, os separatistas, dizia, não são os trabalhadores e os camponeses, mas a alta burguesia, os exploradores do nosso povo, os antigos serventuários de Salazar e Caetano."

Saliente-se que, após o rebentamento do engenho, a assistência ao comício aumentou consideravelmente, demonstrando-se assim que a população do Funchal, e não só os comunistas, repudiam vivamente os constantes atentados às liberdades impunemente levados a cabo naquela região.

No final do comício actuou o cantor José Barata Moura. Entretanto, tinha sido aprovada uma moção de repúdio pelo atentado terrorista a ser enviada ao Presidente da República, Assembleia da República e Conselho da Revolução.



A bomba fez um buraco no chão mas, felizmente, não houve desastres pessoais de grande gravidade

Álvaro Cunhal na TV

A IMPRENSA DA DIREITA MOSTRA MAIS UMA VEZ A SUA VERDADEIRA FACE

Já se sabia. A reacção impressa diária e semanalmente iria ficar em palpos de aranha para "agarrar" as declarações de Álvaro Cunhal no programa "Mosaico". Postos perante os factos irrefutáveis, as conclusões firmes mas serenas, as previsões cautelosas mas confiantes, como iriam os plúmifios da imprensa reaccionária atacar as declarações do secretário-geral do PCP?

Impossibilitados de interferirem e sabotarem directamente as declarações — embora o senhor Seruca tivesse "salgado" o programa com provocaçõeszinhas e autoritárias para assustar — poderiam alamar que os reaccionários da imprensa ficaram desanimados. Eles que encham a boca de povo real e que falam pretensamente em nome não se sabe de quem, ficam sempre desarmados quando alguém mostra ao país e ao povo os factos, aponta números que até agora ninguém desmentiu, adianta soluções que muitos teimam em ignorar, demonstra tal elevado grau de patriotismo.

Eles, os reaccionários da imprensa, ficam sempre desarmados nestas situações. Eles acreditaram que Seruca os podia salvar, mas foi Seruca que esbracejava pela bóia de salvação do final do programa.

O SILÊNCIO DE UNS E O BARULHO DE OUTROS

É curioso verificar o modo como a imprensa de direita se referiu às declarações de Álvaro Cunhal na Televisão. Assim, o "liberal e independente" (são eles que o afirmam) órgão reaccionário que dá pelo nome de "Tempo", tomou neste caso uma atitude bastante "liberal" e que demonstra bem a sua "independência": folheámos o último número e é como se na hora do programa "Mosaico" tivesse havido para os seus responsáveis, para os seus jornalistas um "pedimos desculpa por esta interrupção, o programa segue logo que acabar a entrevista com Álvaro Cunhal".

O secretário-geral de um dos maiores partidos portugueses é entrevistado na TV, perante milhares de trabalhadores, sobre aspectos de política nacional. Isso para o "O Tempo" não é motivo de comentário, nem sequer de notícia. O "Tempo" gosta de acusar o PCP de "sectarismo" mas é ele que demonstra o mais primário sectarismo anticomunista. Ou não será assim?

Por seu turno, "O Dia", o jornal que, de manhã, já fez "época", dedica a sua notícia-comentário ao programa com Álvaro Cunhal às declarações, não deste, mas do senhor moderador... Com efeito, numa notícia de última página a quatro colunas e com 110 linhas, 76 delas e o respectivo título são completamente dedicadas ao Seruca!

As declarações de Álvaro Cunhal são remetidas para o último parágrafo. Mas a reacção tem sempre a sua lei das compensações: é que Seruca é acusado de ter "facilitado as habilitações do líder do PCP". O delírio chega a este ponto — é como se, num jogo de futebol determinado avançado, maugrado as constantes e sistemáticas "sarrafadas" de um defesa

contrário tivesse metido muitos golos e o comentador desportivo acusasse este pelos golos metidos por aquele. Pouco faltou para que "O Dia" afirmasse ser Seruca um dos incontáveis, não submarinos, mas, salvo seja, contratópedeiros do PCP...

Quando ao resto da prosa, nada de novo acrescentar. Ou melhor, a total incapacidade de refutar as críticas e as saluções adiantadas pelo secretário-geral do PCP.

Rasteira e ignóbil foi igualmente a forma como o órgão da CIP tratou o programa. Chispando disparates por todo o lado, o subdirector do "Jornal Novo" insulta o secretário-geral do PCP, troça das patrióticas declarações por este proferidas, insinua-se como censor e propõe à Televisão que não faça mais programas destes. Ainda há pouco tempo, este mesmo senhor participava numa mesa-redonda televisiva sobre a crise da imprensa, nela disse o que muito bem lhe apeteceu. Agora pretende impedir que outros, muito mais representativos que ele, o façam. Assim vai o pluralismo da direita...

O ineditismo da atitude deste órgão de "informação" perante o programa foi, ainda, remetido para... a crítica de televisão, onde o senhor RDS repete o mesmo disco já utilizado pelo "Dia" (parece que fizeram previamente uma reunião para se porem todos de acordo, uma espécie de convergência

jornalística que mostra bem a sua incapacidade de diálogo). Mas para estes escriturários da reacção, quando a televisão ocupa os seus tempos com os Amarais, os Carneiros, os Casqueiros e outros "Marcos Polos" em busca do Oriente, são os adjectivos, as primeiras páginas, os elogios, as propostas de salvação.

Quando representantes dos trabalhadores e de partidos democráticos e patriotas, de longe em longe, têm oportunidade de falar ao povo português sobre o modo como encaram a realidade nacional, é o insulto, a calúnia, a provocação.

Esta atitude em nada abona a favor da direita civilizada que se esforça por representar. Pelo contrário, para além do que isso representa de incapacidade de viverem numa sociedade democrática, essa atitude representa a completa falência da imprensa reaccionária — e de quem no fundo a sustenta — de pensar seriamente, com um mínimo de dignidade, nos problemas do nosso país e do nosso povo.

A intervenção do camarada Álvaro Cunhal perante as câmaras da Televisão teve, quando contraposta às reacções da imprensa de direita, para além de outros, esse grande mérito: o de demonstrar a profunda superioridade moral dos comunistas, o seu apego aos mais sentidos anseios e aspirações do nosso povo, a sua elevada consciência democrática e patriótica.

Atitude que não é partilhada pelo "Dia", pelo "Tempo", pelo "Jornal Novo" e quejandos objectos da imprensa reaccionária. Já se sabia que era assim, mas mais uma vez tal ficou demonstrado.

CAMPANHA DE DESMENTIDOS PARA DESVIAR AS ATENÇÕES

O Ministério da Agricultura e Pescas e a chamada Federação de Cooperativas Livres do Baixo Alentejo não gostaram das declarações proferidas pelo camarada Álvaro Cunhal no programa televisivo "Mosaico", e relativamente a algumas dessas declarações, resolveram publicar pretensos dementidos.

O camarada Álvaro Cunhal afirmou, no decorrer do referido programa, que "a maior parte das cooperativas do MUC já saíram do MUC e estão-se a ligar às unidades colectivas de produção". O MAP e a citada federação pretendem desmentir tal facto. A SIP do PCP está em condições de afirmar que tal facto é uma realidade indesmentível, pois que a maioria dessas cooperativas tem agido em unidade com os UCPs no protesto geral contra a política do MAP.

Numa nota distribuída pela SIP do PCP acrescenta-se: "Embora Álvaro Cunhal não tenha afirmado, como pretende a citada federação, que as cooperativas que abandonaram o MUC se integraram nas UCPs, a verdade é que se verificam

mesmo casos de integração em UCPs de cooperativas que delas tinham saído, como por exemplo a Cooperativa dos Montinhos, de Castro Verde, da UCP "Alentejo Vermelho" e outras que, tendo abandonado o MUC, se integram no trabalho geral do Secretariado de Beja das UCPs e Cooperativas, como a Cooperativa de Monte das Covas e a Cooperativa de S. João, ambas de São Matias, a Cooperativa "Esperança do Alentejo" e muitas outras."

Por sua vez, o MAP, em nota oficial, pretendendo desmentir as afirmações do secretário-geral do PCP, não desmente nenhuma delas, limitando-se a rotulá-las de "incorrectas e incompletas, senão mesmo falsas". Comenta a SIP: "Trata-se de pura demagogia que o MAP não sustenta com nenhum caso ou facto real."

No fundo, esta campanha orquestrada de pretensos dementidos, conforme salienta a terminar a Nota da SIP ou PCP, "pretende pura e simplesmente desviar as atenções da verdadeira importância das afirmações de Álvaro Cunhal sobre a Reforma Agrária e outros assuntos."



CONCENTRAÇÃO DE APOIO À COPAM, LPM E JFS

Convocada pelas Comissões de Trabalhadores das empresas de Sacavém e Santa Iria da Azóia, uma concentração reuniu centenas de pessoas em Sacavém, na última sexta-feira, em apoio e solidariedade para com as luta dos companheiros da Copam, Luis Pedro Mendonça e Joaquim Francisco do Santos. Numa das moções aprovadas chama-se a atenção do Presidente da República e do Conselho da Revolução para a "grave situação que o País atravessa e de que o Governo é o grande responsável".

DEPUTADOS PORTUGUESES NA CONFERÊNCIA DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

● Condenada a política de agressão sionista

Já regressou a Lisboa a delegação parlamentar portuguesa que participou em Sófia na 64.ª Conferência da União Interparlamentar. No decorrer da Conferência realizada na capital da República Popular da Bulgária, a delegação do nosso país apresentou, conjuntamente com as delegações dos grupos parlamentares francês, italiano e grego, uma resolução na qual se condena a acção e a política do Estado sionista de Israel nos territórios árabes ocupados.

A delegação da Assembleia da República era chefiada por um dos seus vice-presidentes, o deputado do PS António Arnaut, e era constituída pelos deputados Rudolf Crespo (PS), Cunhal Leal (PPD), Rui Pena (CDS) e pela camarada Alda Nogueira, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O documento em cuja iniciativa participaram os parlamentares portugueses e que foi aprovado, considera que a política sionista nos territórios ocupados em 1967 "contraria gravemente a Convenção de Genebra de 12 de Agosto de 1949 e as resoluções aprovadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e compromete

os esforços empreendidos ao nível internacional visando estabelecer uma paz justa e durável no Médio-Oriente".

A referida resolução pronuncia-se ainda pela retirada das forças sionistas dos citados territórios ocupados, bem como pelo reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino e pelo direito do Estado sionista à existência. Noutra parte da resolução solicita-se às autoridades sionistas de Telavive o respeito pelas obrigações que lhe incumbem no âmbito da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Convenção de

Genebra, nomeadamente no que se refere à protecção dos civis em tempo de guerra.

Finalmente, a resolução proposta pelos parlamentares gregos, italianos, franceses e portugueses pronuncia-se pela eliminação de todas as medidas que façam agravar a situação nos territórios árabes ocupados em 1967 ou a perpetuar essa ocupação.

Os deputados António Arnaut, Rudolf Crespo, Cunha Leal, Rui Pena e Alda Nogueira participaram ainda noutras fases do debate mais geral realizado em Sófia, nomeadamente debatendo temas ligados a o

desanuviamento, ao desarmamento e à paz. Os cinco deputados portugueses participaram ainda num programa de meia hora realizado pela televisão búlgara, tendo os três primeiros sido entrevistados para a Radio Sofia. No decorrer dos trabalhos da Conferência da União Interparlamentar, Lisboa foi escolhida para local da realização do próximo Conselho desta organização, o qual terá lugar em Março do próximo ano. A capital portuguesa deverão deslocar-se, para o efeito, delegações parlamentares de mais de 70 países.

edições
Avante!

Colecção «Conferência Económica»

O ECONOMISTA OCTÁVIO TEIXEIRA SALIENTA A GRANDE IMPORTÂNCIA DESTA INICIATIVA EDITORIAL

Há quatro meses, os trabalhadores portugueses e o seu partido de vanguarda davam, numa grande realização minuciosamente preparada, a resposta adequada à política de recuperação capitalista empreendida pelo Governo do PS com o apoio das forças da direita.

A Conferência Económica do PCP mobilizou, durante várias semanas, milhares de trabalhadores de todo o país e de todos os sectores da vida nacional. Os estudos, debates e conclusões produzidos no âmbito desta poderosa realização constituíram a alternativa do PCP à política económica dos sectores governamentais que, então como agora, empurravam o país para a degradação e o caos económico a curto prazo.

Os materiais da conferência, nomeadamente as suas conclusões, mereceram das massas trabalhadoras o mais vivo interesse e atenção. Por isso, pouco depois, as Edições «Avante!» publicavam um relativamente extenso volume, significativamente intitulado «Saída da Crise», contendo os principais materiais da Conferência e que, rapidamente, conheceu uma ampla divulgação esgotando-se em poucos dias a 1.ª edição. Recentemente, a editora do nosso Partido iniciou a publicação de uma nova colecção, intitulada «Colecção Conferência Económica» e destinada à divulgação do precioso material recolhido durante todos os trabalhos da Conferência.

Para falar desta importante iniciativa editorial do Partido, o «Avante!» trocou algumas impressões com o camarada Octávio Teixeira, um dos economistas que mais de perto acompanhou os trabalhos da Conferência e que, também de perto, está a acompanhar o lançamento desta iniciativa.

HÁ UMA SAÍDA PARA A CRISE

Para a realização da Conferência — começou por nos dizer o camarada Octávio Teixeira — foram feitos diversos estudos e elaborados diversos materiais que, devido à sua dimensão, não foi possível lê-los no decorrer da Conferência nem incluí-los num único volume, porque este ficaria demasiado grande.

Tanto na Conferência como no volume «Saída da Crise» apenas foram consideradas as intervenções e conclusões básicas que foram de imediato publicadas. Logo nos trabalhos da Conferência — prosseguiu o camarada Octávio Teixeira — foi decidido ir publicando os estudos-bases, que agora começam a sair nesta nova colecção.

Revelando que os dados estatísticos serão, tanto quanto possível actualizados, o camarada Octávio Teixeira referiu-se seguidamente à importância da publicação destes materiais:

A análise da situação económica e financeira do nosso País efectuada no decorrer da Conferência tem vindo a revelar-se justa e correcta. O agravamento diário dessa situação põe cada vez com mais acuidade a necessidade de se apresentarem e discutirem medidas alternativas às que têm sido apresentadas pelo Governo do PS, de modo a evitar essa corrida diária para uma cada vez mais acentuada degradação

económica e financeira do País.

A ANÁLISE SECTORIAL DA VIDA ECONÓMICA

Por outro lado — prosseguiu o camarada Octávio Teixeira, adiantando mais algumas oportunas razões para esta iniciativa editorial — é preciso não esquecer que a maior parte dos órgãos de comunicação fizeram o possível por «ignorar» as propostas do PCP, tendo inclusivamente a televisão chegado a proibir a propagação do livro «Saída da Crise».

Desta nova colecção já saíram dois exemplares: «Empresas Intervencionadas» e «Indústrias Extractivas». Outro volume encontra-se já pronto a sair: trata-se do volume que integra todos os materiais relativos à «Balança de Pagamentos e Dívida Externa». Prevêem-se mais uma série de volumes, praticamente dedicados a todos os sectores da vida económica e financeira. O camarada Octávio Teixeira faz questão de referir o interesse de uma publicação sectorial:

A publicação de volumes directamente ligados a sectores restritos, tem a vantagem de interessar directamente os trabalhadores desses sectores, que assim poderão estudar mais facilmente os assuntos que directamente lhes dizem respeito.

Prevê-se, entre outros, a saída de volumes dedicados aos sectores da energia, cimentos, cortiças, comércio externo, política de créditos, empréstimos externos, etc.

Os trabalhos da Conferência — prosseguiu — constituíram um levantamento muito grande e muito completo da situação económica e financeira do nosso País.

Tratou-se, sobretudo, da apresentação e do diagnóstico da própria estrutura da economia portuguesa e constitui, por tudo isto, o mais completo conjunto de estudos já realizado, que não tem paralelo em qualquer outra iniciativa do mesmo tipo porventura realizada no nosso País.

Mais adiante, o camarada Octávio Teixeira acentuou a actualidade das análises e propostas do PCP apresentadas em Junho no decorrer da Conferência:

A situação não só se mantém como se agravou e, por isso, as conclusões mantêm-se perfeitamente actualizadas. Um dos objectivos principais que então presidiu à organização da Conferência foi o de encontrar as soluções nacionais que permitissem a redução dos défices das balanças Comercial e de Pagamentos. Tal objectivo deve ser, ainda hoje, o objectivo prioritário.

O conjunto de medidas desde então aprovadas quer pela Assembleia da República quer pelo Governo, nomeadamente o célebre «pacote-2», contribuíram ainda mais para agravar a situação e acentuar a caminhada do nosso País para o caos económico a curto prazo.

E a finalizar as suas declarações ao nosso jornal, Octávio Teixeira salientou: Os trabalhos e as conclusões da Conferência devem ser objecto de um amplo trabalho de divulgação, porque existe uma alternativa à política económica que tem vindo a ser seguida pelo Governo do PS. A publicação destes volumes integrados numa nova colecção das Edições «Avante!» são parte integrante desse trabalho necessário de divulgação.

RESULTADOS MUITO POSITIVOS DA VISITA À HUNGRIA E ROMÉNIA DE UMA DELEGAÇÃO DO PCP

Regressou já a Lisboa a delegação do Comité Central do nosso Partido que, chefiada pelo camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política, se deslocou recentemente à República Popular da Hungria e à República Socialista da Roménia. A delegação do PCP, que integrava igualmente os camaradas Américo Leal e Carlos Aboim Inglês, membros do Comité Central, manteve conversações com delegados do Partido Socialista Operário Húngaro e do Partido Comunista Romeno, além de ter sido recebida pelos camaradas Janos Kadar, primeiro-secretário do POSH, e Nicolai Ceaucescu, secretário-geral do PCR. Em ambos os contactos com altas delegações dos dois partidos irmãos foram

estreitados os laços de amizade e cooperação que unem aqueles dois partidos ao Partido Comunista Português.

Na sua curta estadia na República Popular da Hungria, os camaradas Octávio Pato, Américo Leal e Aboim Inglês tiveram oportunidade de visitar a Cooperativa Agrícola de Produção «Michurin» de Daanszentmiklos.

Por seu lado, na República Socialista da Roménia, a delegação do PCP deslocou-se ao distrito de Buzau, onde manteve conversações com dirigentes locais do PCR e visitou uma fábrica de plástico, uma cooperativa agro-pecuária de produção e uma estação agrícola piloto.

As visitas a ambos os países saldaram-se por resultados muito positivos.

COMUNICADO CONJUNTO PSH-PCP

A convite do Comité Central do Partido Socialista Operário Húngaro, uma delegação do Partido Comunista Português visitou a Hungria de 24 a 28 de Setembro de 1977. A delegação do PCP era dirigida por Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e dela faziam também parte Carlos Aboim Inglês e Américo Leal, membros do Comité Central.

A delegação do PCP foi recebida por Janos Kadar, Primeiro Secretário do Partido Socialista Operário Húngaro. Beala Blazku, membro da Comissão Política do Secretariado do Comité Central manteve conversações com a delegação. Nas conversações participou também Janos Berecz, chefe do Departamento das Relações Internacionais do Comité Central.

A delegação do Partido Comunista Português visitou a cooperativa agrícola de produção «Michurin» de Daanszentmiklos.

No decurso das conversações, os representantes dos dois partidos deram uma informação mútua sobre a situação e a actividade dos seus partidos, bem como sobre as suas actuais tarefas e trocaram opiniões sobre as relações entre os dois partidos e os dois países e ainda sobre questões actuais do Movimento Comunista e Operário Internacional.

Os representantes do Comité Central do Partido Socialista Operário Húngaro manifestaram a solidariedade dos comunistas húngaros para com a luta do partido irmão português em defesa das conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974, inscritas na Constituição da República, pelos interesses da classe operária, de todos os trabalhadores e das forças democráticas, pela democracia, a independência nacional e o socialismo em Portugal.

Os representantes do Partido Comunista Português apreçaram altamente os resultados alcançados pelo povo trabalhador húngaro, sob a direcção do PSH, na construção da sociedade socialista desenvolvida e sublinharam o grande apoio que esses sucessos, e as conquistas do socialismo real representam para a própria luta dos trabalhadores portugueses.

Os comunistas húngaros e portugueses consideram de mútuo interesse para os seus povos a ampliação e o aprofundamento das relações entre os dois países em todas as esferas e propõem-se contribuir activamente para o seu desenvolvimento ulterior. Ambos os partidos se pronunciam decididamente pela consolidação e ampliação do

processo de desanuviamento internacional, no interesse de todos os povos e países, da causa da paz e segurança universal. Por isso empenham os seus esforços para garantir o êxito da Conferência de Belgrado, apolam todas as propostas construtivas para aumentar a confiança e a segurança mútua entre os Estados e consideram indispensável que o desanuviamento político seja seguido pelo desanuviamento militar.

Por isso também os dois partidos continuarão a combater firmemente, junto com as outras forças amantes da paz, as acções dos adversários do desanuviamento, as ingerências nos assuntos internos, a corrida aos armamentos, os projectos de fabricação de novas armas de destruição, entre as quais a bomba de neutrões.

Os representantes do PSH e do PCP expressam a sua convicção de que a consequente política de paz da União Soviética e dos outros países socialistas, a influência crescente do movimento operário internacional, a actividade das forças progressistas garantirão um novo desenvolvimento ao desanuviamento internacional.

Os dois partidos irmãos exprimem a sua solidariedade e apoio aos povos e movimentos que lutam pela democracia, a independência nacional

e o progresso social, contra o imperialismo, o neocolonialismo, e o racismo. Saúdam os êxitos dos novos Estados independentes da África Austral e condenam com indignação as medidas repressivas e os crimes dos regimes fascistas e reacconários.

No decurso das conversações verificou-se uma vez mais, com satisfação, a identidade de pontos de vista dos dois partidos no que respeita à apreciação do desenvolvimento do movimento comunista e operário internacional e ao empenho no reforço da sua unidade. Ambos os partidos consideram como tarefa sua contribuir activamente para a realização na vida dos objectivos colectivamente definidos pela Conferência de Berlim dos Partidos Comunistas e Operários da Europa.

As conversações decorreram num ambiente de fraternal camaradagem, que caracteriza as relações entre os dois partidos.

A cooperação do Partido Socialista Operário Húngaro e do Partido Comunista Português, o desenvolvimento constante dos seus laços fraternais, na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, servem os interesses dos dois povos, a unidade e a causa comum do movimento comunista internacional.

Leça do Balio

«TUDO DIZ RESPEITO AOS COMUNISTAS»

No último sábado, realizou-se a Assembleia da Organização da Leça do Balio do Partido com a participação de 27 delegados e cerca de 50 convidados. Na mesa, que orientou os trabalhos, estavam os camaradas Couto, César, Cremilde e João, dois membros da Comissão Concelhia de Matosinhos (Timóteo e Cristina) e ainda dois destacados lutadores, militantes que passaram vários anos no campo de concentração do Tarrafal, os camaradas Joaquim Ribeiro e João Campelo.

Leça do Balio é uma das freguesias mais industrializadas do nosso País, onde estão instaladas várias empresas com mais de um

milhar de trabalhadores («Efacec», «Cufp», «Sepsa», «Lionesa»), embora o comércio local tenha reduzida expressão.

Entretanto, fruto da pesada herança de 48 anos de fascismo, ali somente estão instaladas cinco escolas primárias em condições deficientes e não existe qualquer estabelecimento do ensino preparatório ou secundário. A situação ainda é pior no que diz respeito à habitação, saneamento, electrificação, e assistência médica.

Uma parte importante do relatório apresentado à Assembleia pela Comissão de Freguesia Cessante, que seria

aprovado por unanimidade, era uma autêntica radiografia de Leça do Balio. Para a transformação da actual situação, a população pode contar com a acção mobilizadora e catalizadora da organização local do nosso Partido, integrada actualmente por cerca de 70 por cento de operários, 8 por cento de empregados, 3 por cento de agricultores e 19 por cento de militantes de outras camadas sociais.

O trabalho realizado nos últimos três anos e meio já deu frutos, contribuiu para a crescente influência do Partido como é reflexo o segundo lugar alcançado pela FEPU na eleição

para as autarquias. Todavia, muito há a fazer em várias frentes, designadamente «no combate à ideologia e cultura burguesa e ao esquerdismo contra-revolucionário».

Neste contexto, os comunistas de Leça do Balio decidiram na reunião plenária do último sábado fomentar a vinda do «Avante!» e do «Militante», instalar bancas na rua e promover sessões de esclarecimento. Por outro lado, o recrutamento e mobilização dos camponeses da freguesia será outra importante tarefa a realizar, assim como a dinamização da actividade das estruturas populares e a intensificação da luta contra o aumento do custo de vida, em que seguramente se empenharão particularmente as mulheres que têm uma forte expressão na organização, representando cerca de 32 por cento dos militantes.

Em consequência das maiores empresas da localidade estarem ligadas directamente aos comités de classe profissional, verificou-se uma certa tendência da Organização local para não ser sensibilizada para o acompanhamento de algumas lutas travadas nas unidades fabris. Porém, de acordo com o relatório aprovado na Assembleia este desvio vai ser corrigido, através de discussões a realizar, durante as quais será frisada que «tudo o que se passa à nossa volta diz respeito aos comunistas».

A nova Comissão de Freguesia, eleita por unanimidade e composta por oito operários, três empregados, uma doméstica e um camponês deverá consolidar a Organização das Comissões Locais, organizar as células de empresa onde não existam e dedicar o máximo das suas energias à tarefa de recrutamento no âmbito da campanha «Promoção das Conquistas de Abril».

Assembleia de Célula da Siderurgia-Maia CONTROLA OPERÁRIO E REFORÇO DO PCP FORAM OS TEMAS DOMINANTES

Com a participação de cerca de 40 delegados e 30 convidados, realizou-se, no domingo, no Pavilhão da sede da Rua Anibal Cunha, no Porto, a Assembleia da Célula da Siderurgia Nacional Fábrica da Maia, a cujos trabalhos assistiram os camaradas Edgar Maciel Correia, membro suplente do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Norte, e João Bastos, do Comité dos Metalúrgicos.

Depois de ter sido lido o relatório do Secretariado cessante, foram discutidos vários aspectos da actividade da empresa e da vida da célula. A propósito do controlo operário, foi referido, durante uma intervenção, que o nosso Partido apresentou na Assembleia da República um projecto de lei que «procurou recolher a riquíssima experiência dos trabalhadores e, na base do respeito estrito da Constituição, sistematizá-

la, articulá-la e contretizá-la em direitos claramente definidos e em fórmulas juridicamente vinculatórias».

Uma vez que aquele projecto foi recusado e em sua substituição aprovado um outro que viria, mais tarde, a ser considerado inconstitucional pelo Conselho da Revolução, foi apontada a necessidade da célula mobilizar os trabalhadores para que aproveiem e enviem moções e abaixo-assinados para S. Bento repudiando a aprovação, no futuro, de outro projecto que igualmente ponha em risco as Conquistas de Abril.

Numa outra intervenção, foi

apontada a necessidade de serem recrutados para o Partido da Verdade e do Futuro simpatizantes do PCP, sendo defendido a adopção de métodos de trabalho que possibilitem o desenvolvimento e êxito do recrutamento. No capítulo da informação e propagação vão ser enviados esforços no sentido de dinamizarem e sistematizarem o combate à reacção, ao reformismo de direita e esquerdista.

No termo da reunião, após ter sido aprovado o relatório e eleito o novo Secretariado, os camaradas e amigos presentes assistiram a uma sessão de cinema.

NOTÍCIAS

Uma camarada que durante a Festa do «Avante!» perdeu um saco com roupa pede a quem o tenha encontrado que comunique para o telefone 23112, em Évora.

O barco sorteado pela Célula da Eurofil, na Festa do «Avante!», saiu à rifa n.º 1738.

Retomando as tradições antifascistas COMUNISTAS DA «SONAFI»-PORTO APONTAM O REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO COMO TAREFA PRIORITÁRIA

Realizou-se no passado sábado a Assembleia da célula da «SONAFI» do nosso Partido, cujos trabalhos decorreram nas instalações do «Flor de Infesta». Durante a reunião plenária dos comunistas daquela empresa foram analisadas a situação política nacional, a situação da empresa, o relatório do organismo dirigente cessante e foi eleito o novo Secretariado da célula.

No relatório, aprovado pelos delegados, são apontadas as

principais direcções da actividade dos comunistas na empresa, nomeadamente quanto ao recrutamento de novos militantes para o Partido, no âmbito da Campanha «Promoção das Conquistas de Abril», visando o reforço e consolidação da célula cujas raízes na fábrica remontam ao tempo do fascismo. Nessa altura, como foi recordado, um reduzido número de camaradas — juntamente com outros trabalhadores antifascistas — mobilizaram os seus

companheiros para a luta, fazendo da «SONAFI» uma empresa com grandes tradições de luta contra o regime fascista.

Por outro lado, o reforço da unidade dos trabalhadores norteará a acção dos comunistas na «SONAFI», que tudo fará da sua parte para combater intransigentemente o sectarismo, aliás, praticamente eliminado graças às discussões aprofundadas entre os militantes da célula» acerca dos seus perigos.

ENCONTRO DE DELEGAÇÕES DO PCP E DO PCR

No dia 30 de Setembro de 1977, o camarada Nicolau Ceaucescu, secretário-geral do Partido Comunista Romeno, recebeu uma delegação do Partido Comunista Português, dirigida pelo camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP que, a convite do CC do PCR, realizou uma visita de amizade à Roménia.

Participaram na entrevista os camaradas Stefan Andrei e Iosif Banc, membros suplentes do Comité Político Executivo e secretários do CC do PCR. Tomaram igualmente parte na entrevista os camaradas Américo Leal e Carlos Aboim Inglês, membros do CC do PCP.

O camarada Octávio Pato transmitiu ao camarada Nicolau Ceaucescu uma calorosa saudação de amizade da parte do CC do PCP e do camarada Álvaro Cunha, secretário-geral do PCP, e os melhores votos de êxito na actividade que desempenha à frente do Partido e do Estado pelo cumprimento das decisões do XI Congresso do PCR na via da edificação da sociedade socialista multilateralmente desenvolvida na Roménia.

Agradecendo, o camarada Nicolau Ceaucescu pediu para transmitir ao secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunha, aos demais membros da direcção do Partido, a todos os comunistas portugueses uma calorosa saudação de amizade e votos de sucesso na luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores

res, pela consolidação da democracia e independência do Estado.

Durante as conversações, foram trocadas reciprocamente informações e opiniões sobre a actividade e as preocupações dos dois partidos, sobre o desenvolvimento das relações entre o PCR e o PCP, entre a Roménia e Portugal, bem como sobre alguns problemas actuais da vida internacional e do movimento comunista e operário.

O camarada Nicolau Ceaucescu reafirmou a solidariedade dos comunistas e de todo o povo romeno com a actividade do PCP, das outras forças políticas democráticas e progressistas de Portugal, na luta pela defesa e consolidação das conquistas da Revolução de 25 de Abril de 1974, dos princípios democráticos inscritos na Constituição da República, pelo desenvolvimento do processo democrático, pelo avanço de Portugal na via da independência do progresso social.

O chefe da delegação portuguesa deu uma alta apreciação dos resultados obtidos pelo povo romeno, sob a direcção do seu Partido Comunista, no desenvolvimento da economia, da ciência, da cultura e na elevação do nível material e espiritual dos trabalhadores.

Durante a entrevista foi destacado com satisfação o desenvolvimento frutuoso das relações de amizade, colaboração e solidariedade militante entre o PCR e o PCP, que serve o desenvolvimento

das relações entre os dois países e povos e a causa da unidade do movimento comunista e operário internacional.

Ambos os partidos sublinharam a sua decisão de agir para o desenvolvimento das boas relações de cooperação, em vários planos, entre a Roménia e Portugal, de acordo com os interesses dos dois povos, da causa da paz e do entendimento internacionais.

Os dois partidos expressaram o empenho comum de actuarem pela edificação dum sistema duradouro de segurança e cooperação na Europa e sublinharam a importância, neste sentido, da próxima Conferência de Belgrado, chamada a dar um novo impulso à realização integral das recomendações e princípios da Acta Final de Helsínquia, pela realização de progressos reais na via do desanuviamento militar e do desarmamento no continente europeu.

Foi posta em relevo a necessidade da instauração de uma nova ordem económica internacional que possa levar à liquidação do subdesenvolvimento no mundo, assegurar o progresso e bem estar de cada nação e, em primeiro lugar, dos povos dos países economicamente atrasados.

Durante o intercâmbio de opiniões, foi expressa também a solidariedade e apoio do PCR e do PCP aos povos e movimentos que lutam pela libertação e a independência nacio-

nais, contra o imperialismo, a política de Apartheid e de discriminação racial, pelo desenvolvimento independente na via do progresso económico e social.

Os dois partidos exprimiram o seu empenho em continuar a contribuir para o restabelecimento e reforço da unidade do movimento comunista e operário, no espírito do marxismo-leninismo e da solidariedade internacional e na base da igualdade de direitos, do respeito pela independência de cada partido, do direito a elaborar e realizar a sua própria linha política tática e estratégica, em conformidade com as condições e realidades em que actuam. Ao mesmo tempo, ambos os partidos sublinharam a necessidade do fortalecimento da solidariedade entre todas as forças democráticas e anti-imperialistas na luta comum pelo triunfo pelos ideais da paz, liberdade, independência e entendimento entre os povos, da democracia e do progresso social.

Ambos os partidos incidiram em apreciar a visita da delegação do PCP à Roménia, as conversações realizadas num ambiente de camaradagem, respeito mútuo e entendimento recíproco, como constituindo nova contribuição para o desenvolvimento das relações de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCR e o PCP, de acordo com os interesses de ambos os povos e a causa da paz e do socialismo.



O ESFORÇO DE CADA UM FARÁ O ÊXITO DA CAMPANHA

Vamos assistindo a um esforço de organização, da parte de todos os militantes e organismos, como de resto sucede em todas as Campanhas que o Partido tem levado a cabo e que têm sempre um êxito à espera, ultrapassando as previsões feitas na base de um estudo ponderado das possibilidades. O êxito e o ultrapassar das previsões têm também como base a dedicação que os comunistas põem no seu trabalho, um entusiasmo que as dificuldades não arrefecem, antes fortalecem.

A organização, o trabalho colectivo é,

assim, o segredo do cumprimento das tarefas. E hoje face a uma nova campanha, visando reforçar as nossas fileiras com mais 10 mil novos militantes, de novo estamos certos do êxito que virá premiar o espaço que se desenvolve, e de novo toda a organização se mobiliza, certa de que depende dela, do seu trabalho de planificação, do seu conhecimento das massas, da sua vontade colectiva, o atingirmos e ultrapassarmos a meta que o Partido se propôs.

Mas, nesta tarefa grandiosa, cujos diversos aspectos já começaram a registar-se nestas páginas, e de que os

primeiros resultados já aparecem e nos dizem que até ao fim do ano, muitos mais camaradas partilharão connosco as dificuldades e as alegrias de uma luta ligada ao povo e às suas aspirações - nesta tarefa grandiosa nem tudo depende da boa organização, nem sequer da organização apenas.

Pois que há, nas motivações que levam o trabalhador, o democrata a aderir não apenas aos ideais que o PCP defende, mas a entrar nas fileiras do Partido, a organizadamente defender esses ideais, partilhando da vida

democrática dos organismos, contribuindo dia a dia para enriquecer com a sua experiência a experiência colectiva do PCP, há nessas motivações, sempre, algo de novo e de diferente que é preciso conhecer. Há, no caminho de um homem, de uma mulher, de um jovem, aspectos e experiências diversas que é preciso, muitas vezes conhecer em cada caso particular, esclarecer esta ou aquela dúvida, ajudar a dar o passo que falta a um simpatizante para se tornar um verdadeiro militante que irá activamente defender as liberdades e as outras conquistas revolucionárias que Abril tornou possíveis.

Há, pois, um trabalho extraordinariamente importante a fazer, não apenas pelos organismos do PCP mas por cada camarada individualmente.

Quem não conhece um familiar, um vizinho, um companheiro de trabalho, um amigo que sempre se

abandonou um pouco à sua consciência e ao trabalho organizado das células que desenvolvem a sua actividade junto desse amigo e afinal não deram por ele, não deram pelas suas aspirações e pelas suas capacidades, não o conhecem como homem, mulher ou jovem apto, pela sua coerência e honestidade a fazer parte do Partido Comunista Português?

Sim, muitas vezes nós conhecemos esses exemplos. Muitas vezes a nossa própria história de militante é diferente e compreendemos mal por que não dará um passo decisivo para entrar no Partido este ou aquele amigo, já que muitos de nós decidimos, sem ajuda, inscrevermo-nos no PCP e activamente participar na luta. Sem ajuda, pensamos. Mas reflectindo um pouco, veremos que essa ajuda esteve sempre presente. Talvez não de modo particularmente visível. Mas qual dos militantes será capaz de dizer que não foi a luta que

vivemos, os conhecimentos que possuímos, o esclarecimento que obtivemos ou, mesmo, a mão que um outro camarada nos estendeu, qual dos militantes será capaz de dizer que entrou para o Partido com uma decisão apenas sua em que não intervieram outros factores, como se a sua decisão tivesse caído do céu?

Alguns de nós conhecemos familiares que, numas férias passadas em região distante daquela onde vivemos o dia-a-dia, nos causaram admiração pelas suas concepções políticas justas, concepções que não levam directamente à militância porque nessas regiões as condições, para o PCP, são difíceis. Alguns de nós conhecemos amigos e companheiros de trabalho que pensam ser a militância tão absorvente que o tempo limitado que têm não lhes permitiam um bom empenhamento. Alguns de nós conhecemos

vizinhos cuja simpatia pelo PCP é mesclada de dúvidas que a propaganda reaccionária lhes insuflou e nós ainda nada fizemos para esclarecer. Alguns de nós, com uma ponta de orgulho - justificado - e de sectarismo - injustificado - não ajudamos a dar o passo que falta ao novo camarada que, afinal, apenas espera que uma porta se lhe abra para ser militante activo, conseqüente.

É isso que faremos, todos os que conhecem homens, mulheres e jovens a quem falta a nossa ajuda para os trazer à luta. E descobriremos, com prazer - e também com orgulho, porque não? - que o novo camarada que propusemos honrar e fortalecerá o Partido e, quem sabe, ultrapassará as nossas previsões, tornando-se em curto espaço de tempo um quadro valioso. Na história do Partido, não faltam exemplos assim. Até ao fim do ano vai haver muitos mais.

CONFIRMA-SE O AUMENTO DA INFLUÊNCIA, PRESTÍGIO E FORÇA DO PARTIDO NO NORTE DO PAÍS

É altamente positivo o balanço dos dois primeiros meses da campanha «Promoção das Conquistas de Abril» na Organização Regional do Norte (ORN). No passado dia 30 de Setembro, já tinham sido atingidos 37 por cento da meta fixada para o sector. Estes dados altamente significativos confirmam o crescimento, o aumento da influência, prestígio e força do Partido nos cinco distritos da área da ORN.

Não obstante a intensa campanha anticomunista, a onda de atentados e de violências cometidos pelos fascistas e seus "homens de mão", no Verão de 75 e nos princípios de 76, apesar das limitações ao exercício das liberdades democráticas, o Partido Comunista Português é a única força política em expansão e desenvolvimento no Norte. Desde Outubro de 76 até Junho do ano corrente, o crescimento de militantes foi de 20,5 por cento, estimando-se o crescimento anual em cerca de 30 por cento.

Entretanto, como os primeiros resultados traduzem, está a ser desenvolvido um intenso trabalho a fim de ser atingida a meta prevista para a ORN, a qual poderá ser ultrapassada

caso sejam atingidos os números fixados pelas grandes organizações e por alguns subsectores.

Em muitos casos estão a ser elaboradas listas de nomes de simpatizantes e amigos susceptíveis de serem chamados ao Partido. Nalguns casos já se realizaram em várias empresas, reuniões com simpatizantes e outros trabalhadores não filiados.

No último fim-de-semana, efectuaram-se reuniões de quadros sobre a campanha em Vila Real e em Chaves que foram dirigidas, respectivamente, pelos camaradas Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central, e Henrique Sousa, membro da Direcção da Organização Regional do Norte. Para

o mês em curso, estão previstas mais oito reuniões de quadros com a presença da Direcção do nosso Partido.

Embora todo o sector esteja empenhado no êxito das «Conquistas de Abril», deve ser salientado o trabalho realizado pelas Comissões Distritais de Braga e pela Comissão Concelhia de Matosinhos. É significativo o aumento da influência do PCP no distrito de Bragança.

Estão previstas numerosas sessões de esclarecimento e têm sido afixados panos em várias localidades do Norte. Nos centros de trabalho do Comité Local do Porto foram instalados gabinetes onde camaradas prestarão esclarecimentos a todos os amigos interessados em

aderir ou aprofundar o seu conhecimento acerca da orientação do PCP face aos problemas que se colocam aos trabalhadores e ao Povo em geral.

Os gabinetes estão abertos durante os seguintes horários: sede da Rua Aníbal Cunha - de segunda a sábado, entre as 18 e 30 e as 24 horas; sedes do Bonfim, Campanhã, Paranhos, Ramalde, Foz, Cedofeita e Zonas Ribeirinhas, - de segunda a sábado entre as 21 e 30 e as 24 horas.

Entretanto, o Comité Local do Porto programou diversas iniciativas, designadamente: bancas de esclarecimento e de adesão espalhadas nas ruas da cidade; distribuição de documentos, afixação de cartazes e panos, mau grado as limitações às liberdades que querem impor à cidade do Porto, e ainda numerosas sessões de esclarecimento; algumas das quais orientadas por camaradas do Comité Central.



Festa política em Odivelas

ADERIRAM AO PARTIDO 50 NOVAS CAMARADAS

Odivelas assistiu e participou na jornada integrada na Campanha Promoção das Conquistas de Abril. Jornada de festa e de alegria que fez do passado domingo, dia 2, um dia importante para todos os que acorreram ao Largo D. Dinis, naquela localidade; marco decisivo, como disseram os camaradas que participaram na organização, para atingir e ultrapassar a meta que a organização local tinha previsto no sentido de obter novas adesões ao Partido.

O espírito de fraternidade, manifestado pelos comunistas e simpatizantes da organização que realizou todo o programa, e que incluiu provas desportivas, vendas de produtos da Reforma Agrária, leitões e mesmo uma Festa Política, onde não faltou o Canto Livre e os stands

alusivos à luta dos trabalhadores da Copam, dos camponeses do concelho de Loures, entre outros, bem como a presença do camarada Veiga de Oliveira, do Comité Central, foram o ambiente propício para que 50 novas adesões se verificassem numa só tarde.

Samuel, o grupo «A Luta Continua», o fadista Maia e um grupo de músicos de Sacavém animaram o convívio durante o dia.

A intervenção do camarada Veiga de Oliveira versou sobre a situação política actual e sobre o motivo da Festa, a Campanha «Promoção das Conquistas de Abril».

Um stand, com documentação do Partido, aguardava os novos membros que se foram inscrevendo, mas as iniciativas para trazer ao PCP mais camaradas não



ficaram por aí e os militantes, no meio da Festa, abordaram directamente os trabalhadores, homens, mulheres e jovens, conhecidos já na

localidade, propondo-lhes, afinal, o que a Festa propunha: trazer ao PCP mais militantes empenhados na defesa das conquistas de Abril.

Aos militantes e às organizações

SEIS QUESTÕES IMPORTANTES PARA O ÊXITO DA CAMPANHA

A «Promoção das Conquistas de Abril» é uma tarefa central da actividade do Partido no momento presente. Os diversos aspectos do nosso trabalho deverão ter em consideração este facto. Entretanto, para que a campanha seja um êxito, há diversas questões a ponderar por todas as organizações. Dessas questões nos fala «O Militante» no seu último número.

A primeira questão é saber, para além da organização adequada das indispensáveis comissões específicas aos vários níveis da organização, mobilizar todos os camaradas e amigos do Partido para a tarefa, agora que o imenso esforço que foi a Festa terminou.

A segunda questão é saber aproveitar o inesgotável espírito criador existente nas massas e em todo o nosso Partido, dentro da vigilância necessária que caracteriza a entrada de novos membros.

A terceira questão é saber orientar o recrutamento, quer apontando aos pontos mais deficientes ou com ausência de organização - de maneira a que nenhum concelho, nem nenhuma freguesia ou empresa importantes deixem de ter organização no fim da «Promoção» -, quer aos pontos mais fortes, onde a capacidade de recrutar está longe de ter atingido o seu «tecto» (fábricas e outros locais de

trabalho), quer ainda àqueles outros pontos onde existe grande desfazamento entre o baixo peso da organização e a influência do Partido - o que poderá ser medido pela maior ou menor desproporção entre o número de camaradas inscritos e os eleitores que votaram no nosso Partido. Há que ter especialmente em conta as nossas grandes deficiências em três sectores essenciais: a juventude, as mulheres e os pequenos e médios agricultores. Os jovens devem ser encaminhados para as organizações autónomas, UJC e UEC. As mulheres, pelas mais diversas formas devem ser chamadas a tomar consciência de que sem elas, que representam mais de metade de toda a população adulta, não será possível assegurar as grandes conquistas populares em que estão profundamente interessadas. E quanto aos pequenos e médios agricultores - não obstante os êxitos

alcançados nos últimos tempos no Norte, no Centro e nos Açores - a verdade é que a percentagem dos inscritos é ainda demasiado diminuta para reforçar de vez a indispensável aliança entre o proletariado e o campesinato.

A quarta questão é a de poder dispor do material de propaganda indispensável ao trabalho a fazer, para além de tudo o que possa ser elaborado pelas organizações regionais e locais ou de empresa. São indispensáveis medidas para o seu rápido envio para os sectores, incluindo o conjunto da «Pequena Biblioteca da Promoção».

Além disso, o «Avante!», «O Militante» e outra imprensa do Partido passarão a intensificar a sua acção no sentido da «Promoção».

A quinta questão é a das formas de acção e de mobilização. Desde as sessões especiais de esclarecimento para a «Promoção» às festas locais com o mesmo objectivo, desde as «caravanas» para a «Promoção» até ao «porta a porta» nos bairros ou localidades essencialmente proletárias - tudo deve

ser efectuado, desde que integrado nas ideias centrais da campanha.

A sexta questão é a de levar a efeito, mais do que nunca, um combate sem tréguas contra o sectarismo. É certo que algumas camadas de trabalhadores estão ainda influenciadas por ideias reaccionárias e esquerdistas; mas a verdade também é que, objectivamente, como trabalhadores, os seus interesses estão com a democracia e o socialismo. Muitos encontram-se, de resto, em rápida fase de evolução decepcionados pelas posições das direcções dos partidos de que eram aderentes ou simpatizantes. Grande parte destes trabalhadores, embora ainda por vezes com dúvidas e reservas, está a aproximar-se do seu partido de classe, do PCP. Muitos destes poderão pois vir ao PCP, se for dada por nós uma fraterna ajuda nesse sentido. Mas, para tal é preciso abandonar de vez toda a hostilidade injustamente acumulada, todo o espírito de pretensa «superioridade dos comunistas», toda a imodéstia, todo o sectarismo de que ainda sofremos.

NOTÍCIAS DA CAMPANHA

A Comissão Concelhia da Nazaré, do PCP, publicou um documento no qual, depois de se referir ao êxito obtido com a Festa do «Avante!» e de sublinhar a participação do povo da localidade no esforço de arguer a Festa, afirma:

«É este acolhimento, apoio e participação do Povo do concelho, que leva a Comissão

Concelhia da Nazaré do Partido Comunista Português a prever maior êxito na grande iniciativa nacional que o PCP tem já em marcha». E adianta os objectivos da Campanha, tendo escolhido o lema: «Mais dez mil para defender Abril!».

No âmbito da Campanha em curso realizou-se no Porto nas

instalações da Junta de Freguesia de Bonfim uma sessão de esclarecimento promovida pela organização local. Participaram mais de 150 pessoas, tendo-se registado várias adesões ao Partido.

Por seu lado, o Comité Local de Lisboa editou um documento sobre a Campanha de novas adesões, no

qual é citada parte da decisão do CO de 31 de Julho passado e onde se recorda a Resolução Política do VIII Congresso. Ambas as citações se referem à vinda dos homens e das mulheres ao Partido. «Só com uma organização ampla e poderosa, as liberdades e as outras conquistas revolucionárias poderão ser defendidas e consolidadas».

«Ando farto de promessas»

Sou um operário fabril, que sempre trabalhei e, desde que comeci a pensar como homem (pois sou ainda muito novo: 23 anos) que sei das dificuldades político-sociais que vivíamos e presentemente vivemos. Foi após o 25 de Abril, que me interessei mais directamente pelos assuntos políticos e na

ocasião a minha ideologia inclinava-se para o Partido «Socialista», não só pelo nome como também pelo seu programa, que era de alternativa totalmente de esquerda.

Vieram as primeiras eleições, votel PS; vieram as eleições para a Constituição, votel PS, mas, como é do conhecimento geral, o programa do sr. Mário Soares e de mais dirigentes «socialistas» não foi cumprido e, como já ando

farto de promessas e más línguas, decidi que tinha de haver outra alternativa da minha parte, e juntei-me aos meus camaradas de trabalho, que são comunistas e, já quando do acto eleitoral para as Autarquias eu e minha mulher assinámos para que o camarada Hernâni Cidade se candidatasse para o lugar na Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, e votámos na FEPU.

Voto a Festa do «Avante!» no Vale do Jamor e eu e minha mulher programámos visitar a grande Festa do Jornal que o camarada dirige, mas eis que meu filho (de 8 meses) adoeceu, e foi lograda a hipótese de nós convivermos de mais perto com muitos e muitos camaradas.

Depois vieram os comentários da proeza social e comunitária da Festa

e eu senti uma tristeza enorme de não ter podido participar, mas fiquei com alegria por saber que existem tantos homens de valor para a luta pelo verdadeiro socialismo e, por esse motivo juntei a minha à vossa voz, pois encontrarei o Partido que luta ao lado da Classe Operária, do Agricultor e de todo o povo trabalhador; portanto mais um camarada para a luta.

Só gostava que a minha carta tivesse oportunidade de ocupar um cantinho do nosso jornal semanário que eu comprei, leio e divulgo há certo tempo, e que eu muito considero pela verdade das suas linhas.

Sem mais, e com um fraterno abraço, me despeço enviando as mais cordiais saudações comunistas.

José Manuel Pereira Basílio Olivais-Sul, Lisboa-6



«Cada dia de resistência contra a repressão e as desintervenções arbitrárias é um contributo valioso para unir cada vez mais a classe operária e os trabalhadores, ganhar cada vez mais gente para a defesa das conquistas da revolução e desgastar o inimigo que está contra a democracia e capitula perante o imperialismo» — lê-se nas conclusões do plenário dos representantes de 250 empresas e de mais de 200 mil trabalhadores, que decorreu no último sábado, nas instalações da Parry & Son, em Cacilhas, e do qual damos acima uma imagem

220 CTs em plenário

APROVADO UM APELO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E AO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Convocado pelos Secretariados das Cidades Industriais de Lisboa e Setúbal e das Empresas Intervencionadas decorreu no passado sábado, no refectório da H. Parry & Son em Cacilhas, um plenário de Comissões de Trabalhadores. Num memorando dirigido ao Presidente da República e Conselho da Revolução, os trabalhadores expressam a sua "preocupação crescente perante a perda progressiva da independência nacional promovida por um Governo que cada vez mais se verga ao grande capital". No documento aprovado, o Plenário reafirma a luta "em defesa das conquistas de Abril e dos seus princípios libertadores, em defesa da economia nacional e da sua reconstrução ao serviço do Povo português". Os trabalhadores apelam àqueles órgãos do Poder, "como garantes da Constituição, e da legalidade verdadeira e da democracia", no sentido de "porem cobro a esta situação", que "só pode conduzir à servidão para este Povo, a um regresso de opressão e de miséria que nada tem a ver com o socialismo para que a Constituição aponta e de que os actuais governantes já não falam, mas que existe cada vez mais vivo no coração de cada trabalhador".

Nesta reunião, que teve como único ponto da ordem de trabalhos a análise da situação político-social e económica, os delegados de 220 Comissões de Trabalhadores e 40 Comissões Sindicais, em representação de 249 empresas e mais de 200 mil trabalhadores, decidiram encarregar os organismos promotores do encontro (CIL, CIS e Secretariado das Empresas Intervencionadas), de "coordenarem a sua actividade com outras estruturas unitárias, nomeadamente o Movimento Sindical, a fim de serem encontradas as formas de acção que visem o reforço da unidade dos trabalhadores, condição essencial para que se forme um Governo que defenda as conquistas de Abril, que cumpria a Constituição e, respeitando a vontade dos trabalhadores, abra o caminho para o relançamento da economia ao serviço do Povo português".

No plenário foi ainda aprovado um manifesto dirigido à classe operária, aos trabalhadores e a todos os democratas, e onde se proclama que "a recuperação económica, a defesa da

democracia, a solução de todos os grandes problemas de Portugal e dos portugueses passam pela intervenção decisiva e a todos os níveis, dos trabalhadores, força indispensável, pelo trabalho e pela luta, para assegurar

o cumprimento da Constituição, o prosseguimento do regime democrático e independência nacional". Entre as moções aprovadas, destaca-se uma de saudação à CGTP-Intersindical Nacional, pela passagem do

seu 7.º aniversário, e outra de solidariedade para com os trabalhadores da PABLOS e onde se exige que sejam garantidos aos 630 trabalhadores daquela empresa corticeira os respectivos postos de trabalho.

No Porto

EM RISCO CENTENAS DE EMPREGOS POR FALTA DE APOIO DO GOVERNO

O Governo continua «a não mexer uma palha» para dar saída à situação em que se encontram numerosas empresas viáveis, cujo futuro está seriamente ameaçado por falta de apoio técnico e financeiro, pondo em sério risco centenas de postos de trabalho. A este respeito, é exemplar o que tem sucedido com a «Fertex», a «Valtar» e a «Schiming».

Na «Valtar», o adiantamento do financiamento para a aquisição de matérias-primas, está a lesar seriamente mais de 1400 trabalhadores daquela empresa, que tem uma carteira de encomendas no valor de cerca de cem mil contos. Na «Schiming», foi cortado o crédito após o abandono do patrão o que implicou a paralisação da sua actividade, não obstante os esforços desenvolvidos pelas

quatro centenas de trabalhadores que tudo têm

feito para reiniciar a laboração de modo a satisfazerem os contratos firmados. Entretanto, na «Fertex» a situação é praticamente semelhante. Os 400 operários da empresa estão paralisados por falta de matérias-primas e ainda não receberam salários desde o princípio do ano, encontrando-se à beira do desemprego.

Tomando posição acerca desta situação, o Comité da Classe dos Têxteis do Porto do nosso Partido divulgou um comunicado responsabilizando o Governo e a banca por faltarem aos compromissos assumidos. Recorde-se que, há três meses, se comprometeram a financiar a «Fertex».

«Até quando vai o Governo PS adiar a resolução do problema da «Fertex»? Até quando se vai recusar o direito ao trabalho e ao pão aos traba-

hadores da «Fertex» e às suas famílias, que envolvem cerca de 1200 pessoas? — pergunta o comunicado do Comité dos Têxteis, denunciando seguidamente:

«O Governo não tem dinheiro para financiar a «Fertex», mas tem centenas de milhões de contos para dar indemnizações aos monopolistas, que foram responsáveis pela guerra colonial, pela fome, pelo desemprego, pela imigração, pelo obscurantismo, pela miséria, pela exploração e repressão do povo, dos trabalhadores portugueses».

A finalizar, o organismo de direcção dos têxteis comunistas do Porto «protesta contra esta situação e declara a sua solidariedade aos sacrificados trabalhadores da «Fertex», cujo único crime é quererem trabalhar e dar de comer aos seus filhos».

Quotização sindical

OS DESCONTOS PODEM SER FEITOS NAS REMUNERAÇÕES

A cobrança da quotização sindical é um assunto premente para todos os sindicatos e para todos os trabalhadores. Associações sindicais fortes, organizadas e activas não podem manter-se sem receitas. É a única fonte são as quotas dos seus associados.

«Algumas associações patronais — adverte a CGTP-Intersindical Nacional num «aviso aos sindicalistas» — estão a aconselhar os patrões seus filiados a recusarem-se a aceitar as declarações por meio das quais, individualmente, os trabalhadores sindicalizados autorizam o desconto das quotas sindicais na respectiva remuneração. Desse modo,

pretendem essas associações patronais levar a que deixe de ser cumprido o actual sistema de cobrança da quotização sindical. Como pretexto, invoca-se a pretensão inexistência de acordos que legitimem a cobrança por desconto na remuneração, chegando-se mesmo a afirmar que o Decreto-Lei n.º 841-B/76 revogou as cláusulas do CCT que já estipulavam tal sistema de cobrança».

Nun apelo urgente para que sejam «prontamente denunciados aos sindicatos e, por estes à CGTP-Intersindical Nacional, todas as manobras e abusos do patronato cometidos em relação à cobrança das

quotizações sindicais», a Central Sindical única desmascara aquelas afirmações do patronato, que «são falsas e ilegais, por manifestamente contrárias à Lei n.º 57/77 da Assembleia da República e, em especial, aos seus artigos 2.º e 3.º, n.º 3».

O Decreto-Lei n.º 841-B/76 — acrescenta a CGTP-Intersindical Nacional — «não revogou as cláusulas dos CCT anteriores, referentes à cobrança da quotização sindical. São válidos todos os acordos, a nível geral e de empresa, expressos ou tácitos, anteriores à Lei n.º 57/77, que estabeleçam o sistema de cobrança por desconto na remuneração» — acentua ainda a CGTP-Intersindical Nacional, lembrando que as atitudes em contrário constituem «mais uma manobra organizada com o fim de «quebrar a espinha» ao Movimento Sindical e que, tal como as anteriores, está condenada ao fracasso».

Mas a luta deve desenvolver-se a fim de obrigar o patronato recalcitrante a cumprir a lei. A nível geral, ou de empresa, os trabalhadores devem exigir o cumprimento da Lei n.º 55/77, bem como os CCT e outros acordos em vigor. Em todos os casos de dúvida, devem ser celebrados novos acordos.

De todas as manobras e abusos se deve dar conhecimento à Inspeção do Trabalho, esclarece ainda a CGTP-Intersindical Nacional, da opinião pública e dos órgãos do poder «todos os casos em que aquele órgão do Ministério do Trabalho revele cumplicidade com o patronato, ou não actue para fazer cumprir a lei».

VITÓRIA DA UNIDADE NOS QUÍMICOS DO NORTE

A lista unitária, concorrente sob o lema "unir os operários químicos por um sindicato forte e democrático", venceu as eleições para os corpos gerentes do Sindicato Operário das Indústrias Químicas do Norte. A vantagem sobre a segunda lista mais votada foi de mais de 300 votos. Entre os objectivos dos novos dirigentes conta-se a luta pela aplicação do contrato colectivo, o combate aos despedimentos e a defesa das nacionalizações "como

conquistas irreversíveis das massas trabalhadoras".

MARINHA MERCANTE VOTA TAMBÉM PELA UNIDADE

O Sindicato dos Oficiais Maquinistas da Marinha Mercante escolheu, por sua vez, a lista unitária. Com uma afluência de votantes de 41 por cento dos inscritos, a lista A, vencedora, teve 68 por cento dos votos.

CAOS NA EFI DO PORTO

Encontram-se paralisadas várias secções da Eduardo Ferrás e Imão, recentemente desintervenida. Não há dinheiro para a aquisição de matérias-primas. Várias máquinas estão paradas por falta de óleo e desperdícios. O maior cliente da firma, a empresa americana «Rockwell», cortou as encomendas.

Entretanto, os trabalhadores da empresa, cerca de 1050, receberam no fim do último mês, somente três mil escudos, o que lhes provoca uma grande inquietação e descontentamento, registando-se actualmente grande tensão.

Neste como em tantos outros casos, a entrega aos antigos patrões de numerosas empresas, acarretou a repetição de situações

existentes à altura da intervenção estatal. Em 1975, a EFI tinha um dólar de 157 mil contos e, não obstante o enorme esforço dos trabalhadores, o VI e o actual Governo nada fizeram para os ajudar a vencer a crise em que se encontrava a empresa.

Chegou a ser prometido um investimento de um milhão de contos pelo Governo, depois de ter analisado um estudo feito pelos trabalhadores, que não seria concretizado porque o Governo estava interessado em criar uma situação que favorecesse a entrega da fábrica aos antigos patrões, facto que se verificou recentemente e foi considerado pelo Comité dos Metalúrgicos «como um autêntico atentado aos trabalhadores e à economia nacional».

REPRESSÃO NA «ALUMÍNIA»

Foram instaurados seis processos disciplinares a trabalhadores da «Alumínia» (Porto) que se têm destacado na defesa intransigente dos seus interesses e dos seus companheiros. O pretexto utilizado pela administração baseia-se numa pretensa laboração "sem os cuidados e perfeições normais".

Desmascarando este acto repressivo, o secretariado da célula do nosso Partido naquela unidade fabril emitiu um documento recordando que quem elaborou o mapa das deficiências detectadas foram colaboradores directos da administração, bem conhecidos de todos os trabalhadores da «Alumínia» pelas suas posições antidemocráticas e antitrabalhadoras.

Depois de denunciar que as peças em causa já haviam sido entregues em más condições, o documento pergunta como pode "falar a administração" em prejuízo à economia nacional se, tantas vezes, por não cumprir os seus deveres para com os trabalhadores, provocou baixas na produção".

Finalmente, a tomada de posição do secretariado da célula da «Alumínia» frisa que a consciência de classe dos trabalhadores daquela empresa "não deixará passar mais esta ofensiva" contra os seis trabalhadores alvo de processo disciplinar.

FACAR

PREPARA-SE MAIS UM GRAVE ATENTADO CONTRA A ECONOMIA NACIONAL

Um elemento do gabinete do eng. Nandim de Carvalho, adjunto do ministro da Indústria e Tecnologia, revelou na passada terça-feira que "o Conselho de Ministros decidiu, em 28 de Setembro, desintervenir a empresa Facar, promovendo a sua entrega aos seus titulares". A decisão seria concretizada no próximo dia 17.

A confirmação de estas informações acima referidas, constitui um verdadeiro escândalo esta decisão do Governo de entregar a unidade fabril de Leça da Palmeira aos manos Carvalho contra os quais foram instaurados vários processos-crime por irregularidades no valor de dezenas de milhares de contos.

A maioria dos trabalhadores da Facar, que se tem manifestado inequivocamente contra o regresso dos sabotadores à empresa, está indignada com esta decisão governamental que, além de ser um prémio às fraudes, às sabotagens e às ilegalidades do patronato, desmascara aos olhos de todos, em particular dos trabalhadores socialistas, o grupo dirigente do PS. Seria bom recordar que, em várias tomadas de posição públicas, o núcleo daquela partido na empresa se manifestou contra a devolução da Facar aos irmãos Carvalho, chegando a receber, inclusivamente, da boca de destacados dirigentes do PS garantias de que tal nunca se verificaria. Quando muito, punham a hipótese da transformação em empresa mista.

OS FRUTOS DO TRABALHO

Em Maio de 1975, alertados pela Comissão Sindical, os trabalhadores decidiram, em plenário, por votação secreta, suspender os patrões, devido aos graves problemas financeiros com que se debatia a Facar que, a manterem-se, conduziriam ao risco de suspensão do pagamento dos salários e ao encerramento temporário da empresa. Pouco depois, em 16 de Julho de 1975, o Conselho de Ministros decidiu a intervenção estatal, suspendeu a gerência e nomeou uma comissão administrativa.

Nun curto espaço de tempo, graças ao esforço dos trabalhadores e a uma correcta gestão, a situação da fábrica mudou radicalmente, vivendo agora uma desafogada situação financeira, sem dificuldades para pagar aos fornecedores e dispo de uma boa carteira de encomendas. Em 1976, as vendas ultrapassaram os 700 mil contos, sem que se alterassem os preços dos produtos fabricados, vigentes desde 1974. No ano corrente, as vendas serão ainda mais elevadas, devendo atingir cerca de um milhão de contos, o que representa um acréscimo de cerca de 40% relativamente a 1974.

Foram feitos novos investimentos e criados mais 150 postos de trabalho. Os salários foram aumentados e, tal como os subsídios, têm sido pagos sem haver necessidade de recurso a financiamentos bancários. É de registar ainda que foram já liquidados mais de 250 mil contos de dívidas à banca, contraídas pelos irmãos Carvalho. Por outro lado, no ano transacto, a empresa exportou cerca de 20 mil contos de produtos, representando cerca de 2,7% do total das vendas efectuadas.

Esta desafogada situação, como os índices referidos confirmam, foi atingida não obstante os trabalhadores terem sido alvo de um conjunto de intimidações,

pressões e ameaças por parte dos Carvalhos que, por diversas vezes, tentaram pela violência ocupar a empresa.

BOM SENSO?

No passado dia 13 de Setembro, um grupo de elementos afectos aos irmãos Carvalho aproveitaram a deslocação do dr. Mário Soares ao Porto para fazer agitação na empresa a favor da entidade patronal. Distribuíram um panfleto convocando os trabalhadores para uma concentração junto da Casa do Infante, aludindo para o efeito duas camionetas. Perante dois grupos de trabalhadores — um, mais numeroso exigindo a nacionalização da firma; o outro, mais reduzido, pedindo a sua desintervenção — o dr. Mário Soares dirigiu-se a estes últimos afirmando que "o problema da Facar não se resolve com gritos, mas resolve-se com bom senso".

Quinze dias mais tarde, a acreditar na versão do informador do MIT, o Conselho de Ministros decidiu a desintervenção estatal e a devolução aos patrões sabotadores. Será este o tal "bom senso" de que falava o Presidente do Conselho a um reduzido grupo de elementos que, depois desta iniciativa ainda ficou mais isolado na empresa? Será que, "com bom senso", o Governo quer passar uma esponja sobre os resultados apurados por uma sindicância que

OS TRABALHADORES E O SEU «QUINTAL»

A CGTP-Intersindical Nacional tem sete anos de vida e três de revolução. Poucos trabalhadores desconhecem hoje em Portugal o que ela significa. Ainda assim muitos haverá para quem esse significado estará embebido das calúnias dos que sempre disseram a quem trabalha para olhar pelo seu «quintal» e não olhar para mais nada.

Unidade, independência, liberdade e democracia sindicais podem ser tudo, podem ser nada. O sentido concreto destas palavras — os lemas mais severamente respeitados pelo Movimento Sindical Unitário nestes sete anos de lutas e conselhas, repressão e regresso ao passado — incluem, todavia, e sempre na primeira linha, a defesa desse «quintal», entendido como o pão de quem trabalha e os frutos do seu suor, sem explorar ninguém e lutando para que ninguém seja explorado.

Mas este não é o «quintal» das calúnias. É outro bem diferente.

Aquele que não olhava para mais nada, pois esse era o lema do fascismo, ainda que assim não aparecesse, por vezes, a quem o sofria, olhava pelo menos para outra coisa, que estava implícita no «olhar pelo seu quintal». E essa outra coisa era «olhar para (devorar) o quintal do vizinho», sobretudo quando esse quintal era mais pequeno que o seu e ganho também com o trabalho de todos os dias.

Assim o queria o fascismo.

Assim o querem os divisionistas de hoje.

Mas não o quer assim a maioria dos trabalhadores. Contra esse resquício do passado, que a restauração capitalista tenta reviver, lutam os trabalhadores organizados. E um dos objectivos principais dessa luta é chamar à organização, chamar à frente comum, os trabalhadores isolados — todo aquele que a política do grande capital levou a confiar apenas nas suas forças e a utilizá-las como lobo fraco, de pele empastada, entre lobos maiores.

Desumanizar a sociedade era o lema central do fascismo. Desumanizar a sociedade é a essência do grande capital monopolista e agrário, com a palavra fina e o gesto pulido de quem tem lacaios para o trabalho sujo.

Por isso, unidade, independência, liberdade e democracia sindicais podem ser tudo, podem ser nada. Para que sejam tudo têm de ser aliadas nas lutas e tarefas diárias do Movimento Sindical, da CGTP-Intersindical, de todos os que defendem o seu verdadeiro «quintal», o quintal da revolução: os conquistas de Abril.

E after essas armas é dar força maior e mais activa à solidariedade organizada, nestes tempos de luta em que as leis são espezinhadas por quem as fez, em que a Constituição, votada por milhões de votos das massas populares, é um trapo nas mãos de um Governo que dela saiu para a respeitar e defender.

detectou inúmeras fraudes e irregularidades no montante de dezenas de milhares de contos?

Não deixa de ser sintomático que, por outro lado, o Ministério do Trabalho, o Ministério do Plano e até elementos da direcção do PS, contactados por trabalhadores da Facar na terça-feira, tenham manifestado a sua ignorância acerca da decisão do Conselho de Ministros de 28 de Setembro último. Estamos certos de que não é somente por tal decisão não constar do comunicado final do plenário dos membros do Governo.

Ninguém poderá ignorar que a Facar é uma empresa monopolista, cuja actividade principal é o fabrico de tubos de aço e de plástico para diversos fins, calhas e perfis em aço e plástico, laminagem e galvanização. Por tudo isso, deve ser aplicado o disposto na Lei Fundamental da República a este resquício (art.º 81 — alínea G).

Por outro lado, a eventual decisão do Conselho de Ministros não atendeu ao que está disposto a este respeito, não tendo sido consultadas nem a Comissão de Trabalhadores, nem a própria Comissão Administrativa, como foi sublinhado num comunicado suscitado pela CA, distribuído na passada terça-feira aos trabalhadores.

O Governo do grupo dirigente do PS não pode continuar a ignorar a dedicação e o esforço demonstrado pelos trabalhadores da unidade fabril de Leça da Palmeira, cujos interesses e direitos são seriamente ameaçados, já que quando a CA decidiu aumentar os postos de trabalho e os salários, esta decisão foi contestada pelos irmãos Carvalho que a impugnaram judicialmente.

JFS em greve

PELA SUSPENSÃO DA MEDIDA DO GOVERNO

- Proposta uma comissão de gerência
- Reivindicados salários de Setembro

Nos termos da declaração subscrita por 14 Sindicatos, representando a totalidade dos trabalhadores da empresa, a Joaquim Francisco dos Santos entrou em greve a partir das 8 horas de 3 do corrente. A decisão, aprovada em plenário nesse mesmo dia, tem em vista a suspensão da medida do Conselho de Ministros que restitui a firma à entidade patronal, numa altura em que a empresa, salva pelo esforço dos trabalhadores, "tem em mãos sérios compromissos com os seus clientes e os seus fornecedores", dispo de trabalho em carteira no valor aproximado de 200 mil contos, nos quais se incluem cerca de 27.500 contos, referentes a um

concurso que a empresa ganhou há dias".

A decisão de paralisar, já aprovada mas por concretizar até à manhã da última segunda-feira, foi tomada depois de um delegado do Governo, "numa grave violação da lei", se ter recusado a pagar os salários, de Setembro aos trabalhadores, por ordem do ministro da Habitação, Urbanismo e Construção, que tenta pôr, ilegalmente, o dinheiro dos trabalhadores à disposição da entidade patronal, embora saiba que esta, "antes de fechar a empresa, se apoderou de todo o dinheiro que pôde, ficando, na altura, os traba-

dores sem salários durante 3 meses".

A Comissão Intersindical de Greve foi, entretanto, mandatada para, com a urgência necessária, se avistar com o Presidente da República, Conselho da Revolução, Primeiro-Ministro e ministro da Habitação, para apresentar "o mais veemente protesto contra essa violação dos direitos dos trabalhadores, exigindo que lhes sejam pagos urgentemente todos os salários que lhes são devidos".

Nuna "síntese reivindicativa" aprovada no mesmo plenário de 3 do corrente, os trabalhadores denunciaram os perigos da devolução da JFS à entidade patronal e propõem

que "o Conselho de Ministros determine com urgência o prosseguimento da laboração da empresa, sob a gestão de uma comissão de gerência, composta por dois representantes do Governo e por dois representantes dos trabalhadores, nomeados após resolução governamental posterior, que tenha em conta e acautele os direitos dos trabalhadores e da empresa".

O plenário da JFS reúne-se novamente amanhã, dia 7, "para que a Comissão Intersindical de Greve possa informar do resultado das suas diligências" e para se tomarem nessa altura "as decisões que a situação aconselha, no interesse da empresa e dos seus trabalhadores".



Os trabalhadores da Mundet decidiram em plenário, de que damos um aspecto, «não permitir, nem admitir, seja a que título for, qualquer tentativa de recuperação capitalista na empresa». Num protesto veemente contra a desintervenção decidida pelo Governo, os trabalhadores aprovaram a formação de piquetes para defesa das fábricas (Seixal e Montijo) e a continuação da actividade laboral «somente sob a orientação das comissões de trabalhadores»

VII aniversário da CGTP-IN comemorado em todo o País

LUTA E CONFIANÇA NAS TAREFAS DO FUTURO

Armando Teixeira da Silva em Sacavém, Santana e Costa em Coimbra, Vitor Ranita no Porto, Kalidás Barreto em Beja, José Ernesto Cartaxo na Marinha Grande, Maria Emília em Viana do Castelo e muitos outros dirigentes sindicais, por todo o país, tiveram à sua frente, numa jornada memorável, a força organizada do Movimento Sindical, representada por muitos milhares de trabalhadores de todos os sectores da actividade nacional, que participaram em dezenas de comícios para comemorar em unidade o 7.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional.

No último fim-de-semana, houve confiança e entusiasmo. Mas festa não poderia haver. Amílcar Carvalho, da União dos Sindicatos de Coimbra, dizia, interpretando o sentir de muitos: "Que bom seria podermos comemorar esta data com a alegria de uma festa de parabéns a você... Não é, porém, de festa o momento que se vive — não é de festa para os trabalhadores da Santix, da Agra, da Mondorel, da Auto-Vitória; não é de festa na Copam, não é de festa no Alentejo; não é de festa para nenhum de nós, quando há no país mais de 500 mil desempregados e, no nosso distrito, mais de 1500; não é de festa para nenhum de nós, quando as forças militarizadas, a mando do Governo, carregam sobre os trabalhadores, atirando-os para a cadeia e para o hospital".

Mas os trabalhadores têm uma resposta. "É a unidade activa e consciente, a resistência firme e serena, a luta organizada e permanente".

Jornada de luta foi, por isso, em todo o lado, a passagem do 7.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional. Jornada de luta bem expressa nas palavras de ordem que presidiram às comemorações, na vontade concreta e provada de "orientar e organizar a defesa das conquistas de Abril", através da luta pelo reforço da unidade, da independência, da democracia e da liberdade sindicais.



Um aspecto da mesa que presidiu ao comício de Sacavém, integrado nas comemorações do 7.º aniversário da CGTP-IN

UM SINAL COMUM

A resposta ao divisionismo e às medidas de restauração capitalista do grupo dirigente do PS e do Governo foram sinal comum de todas as iniciativas que assinalaram a passagem do 7.º aniversário da Central Única. Os trabalhadores portugueses, saudados na alocução de Armando Teixeira da Silva, da comissão executiva do Secretariado Nacional da CGTP-IN, "quiseram demonstrar mais uma vez a sua firme determinação de lutar pela unidade, pelo reforço da organização sindical e pela defesa das conquistas do 25 de Abril".

Santana e Costa, em nome do Secretariado da Central, afirmaria, por seu turno, em Coimbra que, "com o 25 de Abril, a Inter aparece como a estrutura capaz de liderar

o movimento pela democratização dos sindicatos e dar apoio às lutas dos trabalhadores.

"Após três anos de Revolução — acrescentou — seria legítimo esperar que as comemorações do 7.º aniversário da CGTP-IN fossem celebradas numa situação democrática e estável, com uma economia

cabe de defender intransigentemente os interesses das classes trabalhadoras, defesa que se identifica com os interesses nacionais definidos na Constituição".

UMA IMAGEM DA UNIDADE

Num forte apelo à unidade, Kalidás Barreto, do Secretariado da Central, perguntaria, em Beja, se "os cães que atacam os trabalhadores mordem só os socialistas ou só os comunistas, ou mordem a todos de igual modo".

"A unidade é hoje, como sempre, indispensável — acrescentou — porque as consequências de uma política económica baseada na exploração do homem pelo homem afecta todos os trabalhadores independentemente dos seus partidos".

Mas, não sendo partidária, a actuação dos trabalhadores sindicalizados é sempre política. "Quando o ministro do Trabalho vem dizer aos microfones que os Sindicatos não podem discutir política com o Governo eu já nem sei se estou a ouvir o ministro do Trabalho ou o ministro das Corporações" — frisou Kalidás Barreto, lembrando que é uma luta política a luta contra os despedimentos, contra as desintervenção, contra a alta do custo de vida e pela Reforma Agrária.

Numa firme recusa da passividade, aquele dirigente da CGTP-IN recordaria o alto espírito cívico e patriótico dos trabalhadores a quem o interesse nacional exige que não fiquem passivos, pois, "por muito esforço que façam os adoradores do capital, nenhuma tarefa, nenhuma reconstrução económica do País é possível sem o esforço decisivo dos trabalhadores portugueses".



A determinação de continuar a luta foi traço comum a todas as iniciativas no âmbito das comemorações do 7.º aniversário da Central Única dos trabalhadores portugueses. Na gravura, um aspecto do comício de Sacavém

Reafirmado no Porto:

A LUTA DE MASSAS ASSUMIRÁ MAIOR EXTENSÃO

"A recusa de um diálogo sério, com o objectivo de resolver a crise com os trabalhadores, torna inevitável o alargamento e organização de lutas de massas que assumirão cada dia maiores extensões", frisou Manuel Carvalho, membro do secretariado da CGTP-IN, perante milhares de pessoas presentes no comício comemorativo da passagem do 7.º aniversário daquela central sindical única, realizado no último sábado, na nave central do Palácio de Cristal, no Porto.

Esta jornada, como as restantes, efectuada por todo o País, constituiu uma importante manifestação da vontade que anima os trabalhadores do Porto em prosseguir firme e serenamente a sua luta pela melhoria das condições de vida, contra o desemprego e os despedimentos, contra o aumento do custo de vida, pelo reforço da organização sindical e pela defesa das conquistas de Abril, consagradas na Lei Fundamental da República.

«OS TRABALHADORES RESISTEM E RESISTIRÃO»

Depois de constituída a mesa do comício usou da palavra João Pacheco Gonçalves. Seguidamente, Vitor Ranita além de ter realçado o significado da passagem do aniversário, analisou alguns problemas com que se debatem os trabalhadores portugueses. A propósito das múltiplas campanhas divisionistas promovidas contra a CGTP,

que têm sido neutralizadas e vencidas pelos trabalhadores, aquele membro do Secretariado da USP-IN sublinhou:

"A intersindical não será destruída, porque a intersindical são os trabalhadores, os seus problemas, as suas aspirações a uma vida melhor. Os trabalhadores não permitirão que a intersindical e a democracia sejam destruídas".

Prosseguindo a sua intervenção, desmascarou os que prometiam pão e dão-nos miséria do desemprego. Prometeram-nos liberdade e deixaram impunes a repressão patronal e as limitações ao exercício das liberdades sindicais, enquanto, simultaneamente, «viram as forças policiais contra os trabalhadores e impedem a liberdade de expressão.

"Prometeram-nos o socialismo — recordou — mas impõem-nos o congelamento dos salários e a subida dos preços, o regresso dos Mellos e de outros exploradores do povo português, ofendem a Constituição e atacam o controlo operário, as nacionalizações e a Reforma Agrária. Prometeram-nos defender a democracia, mas afastam os trabalhadores, não aceitam ou desrespeitam as suas opiniões acerca dos grandes problemas nacionais e a própria legislação do trabalho".

Todavia, como acentuou Vitor Ranita seguidamente no presente como no passado, os «trabalhadores resistem e resistirão, lutam e lutarão, cabendo ao movimento sindical e à Confederação um

papel fundamental na defesa dos interesses dos trabalhadores e do caminho do socialismo que a Constituição aponta".

UNIDADE NO COMBATE AOS DESPESIDMENTOS E AO DESEMPREGO

A segunda intervenção da noite, feita pela dirigente sindical dos têxteis, Maria da Conceição Soares, foi totalmente dedicada à denúncia dos despedimentos e do desemprego para onde têm sido lançados, nos últimos tempos, milhares de trabalhadores.

Após ter sublinhado não ser necessário «lembrar aqui a miséria provocada pelo desemprego massivo em milhares de famílias trabalhadoras», Maria da Conceição Soares assinalou que contrariamente ao que é defendido pelos governantes e pelos representantes do patronato, «são os trabalhadores que conseguiram levantar o país e encaminhá-lo para a via socialista consagrada na Constituição. (...) É com o trabalho, com o aumento da produção e com o apoio às iniciativas dos trabalhadores que o nosso país sairá da crise em que está mergulhado» — referiu.

A encerrar as intervenções, usou da palavra um membro do Secretariado da CGTP-IN, Manuel Carvalho.

Denunciando a política dos pacotes, o dirigente da CGTP-IN sublinhou: "Há quem confunda a possibilidade dos grandes patrões acumularem lucros

SAUDAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA À CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL

Na passagem do 7.º aniversário da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional, o Partido Comunista Português saúda fraternalmente a central sindical única, democrática e independente e todos os trabalhadores e dirigentes sindicais verdadeiramente empenhados no reforço da unidade do movimento sindical.

Criado sob as duras condições do fascismo e forjado na luta de massas, o movimento sindical unitário — organizado na CGTP-IN — deu um contributo decisivo para o derrubamento da ditadura fascista e está intimamente ligado a todas as conquistas políticas, económicas e sociais da revolução portuguesa, constituindo um dos mais sólidos baluartes da sua defesa.

No actual momento da vida nacional, em que se avolumam as ameaças e os ataques contra a democracia portuguesa e as conquistas da revolução e se degradam rapidamente as condições de vida dos trabalhadores, a CGTP-IN constitui um dos mais sérios obstáculos contra a exploração e a recuperação capitalista, uma força essencial para a defesa dos interesses dos trabalhadores e da própria democracia.

Lutando com a maior firmeza pelos direitos e interesses dos trabalhadores e em defesa das conquistas do 25 de Abril, a CGTP-IN tem reforçado no terreno da luta a unidade e organização do movimento sindical. A vitória histórica alcançada com a realização do Congresso de Todos os Sindicatos e as vitórias de listas unitárias na esmagadora maioria das eleições sindicais comprovam o espírito unitário que anima os trabalhadores portugueses e a justeza da orientação da CGTP-IN na sua luta incessante pelo reforço da unidade dos trabalhadores.

O PCP saúda a CGTP-IN e manifesta a sua plena confiança de que os trabalhadores portugueses, reforçando a sua unidade e organização, designadamente no seu poderoso movimento sindical, assegurarão a defesa dos seus interesses de classe e o prosseguimento da democracia portuguesa na perspectiva do socialismo.

Lisboa, 1 de Outubro de 1977

O SECRETARIADO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

ALGUNS MARCOS NA LUTA DA INTER CONTRA O FASCISMO

1 DE OUTUBRO DE 1970

Primeira reunião de direcções sindicais representativas. A convocatória era assinada pelos Sindicatos dos Caixeiros (hoje, Trabalhadores do Comércio), Lanifícios, Metalúrgicos e Bancários, todos de Lisboa. Na ordem de trabalhos: análise do Decreto-Lei n.º 492/70, que estipulava a obrigatoriedade de prazos no processo contratual: negociação, conciliação e arbitragem; horário de trabalho; censura e liberdade de reunião. Nasce a INTERSINDICAL — nome por que foi designado este encontro nacional de direcções sindicais.

25 DE OUTUBRO DE 1970

Segunda reunião. Presentes 22 sindicatos de várias zonas do país. Em pouco mais de vinte dias, a intersindical cresce em aderentes e acção. As reuniões repetem-se. As informações que nelas são prestadas vão permitir quebrar o isolamento dos sectores profissionais. Tomam-se várias medidas de solidariedade e apoio. Desenvolve-se a luta nos locais de trabalho.

Milhares de bancários movimentam-se em luta pelo contrato colectivo. Cinco mil caixeiros concentram-se em São Bento. Apoiam a jornada de 44 horas. Começa-se a montar a estrutura de delegados sindicais. Cresce a repressão, cresce a luta organizada.

15 DE NOVEMBRO DE 1970

Vinte sindicatos subscrevem os primeiros documentos enviados ao Ministério fascista das Corporações protestando contra os Decretos-Leis 492/70 e 502/70, saídos em Outubro. Estava em causa a intervenção directa do governo fascista na contratação colectiva para melhor defender os interesses do grande capital. O fascismo legislava, à pressa, para suspender direcções sindicais e encerrar sindicatos. O protesto organizado contra estas medidas deve-se à intersindical. Um dos principais objectivos era defender a legalidade das reuniões intersindicais.

19 DE NOVEMBRO DE 1970

Constitui-se uma Comissão Organizadora Central. O âmbito da intersindical alargava-se. Os novos pedidos de adesão deveriam ser apresentados por membros já filiados. Partindo do princípio de que a intersindical é um movimento sindical formado por sindicatos, cujas direcções são da confiança dos trabalhadores, sempre se evitou criar uma estrutura rígida ou qualquer organismo de cúpula.

JANEIRO DE 1971

A mobilização prossegue. Os aderentes passam para o dobro. Nesse mês, são já 41 os sindicatos convocados. Efectua-se a primeira reunião regional. O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto passa a fazer parte da Comissão Organizadora.

JUNHO DE 1971

A intersindical conta 6 reuniões no activo, desde Janeiro de 1971. Para além da troca de experiências e informações, denunciaram-se irregularidades e arbitrariedades. Desenvolveram-se acções de solidariedade. Criou-se um grupo de trabalho para a Previdência. Protestou-se junto do governo fascista para que fosse revogada a legislação lesiva dos interesses dos trabalhadores. Mobilizou-se a classe para reivindicar uma representação legítima dos trabalhadores à OIT. Todas desencadeadas a partir da intersindical, estas acções eram discutidas nos sindicatos, através

de assembleias gerais e de circulares.

JULHO DE 1971

A partir de Junho, o fascismo intensifica a repressão contra o Movimento Sindical. Polícias e pides começam a aparecer nos locais de reunião. Em Junho e Julho, a PIDE mete na prisão vários dirigentes sindicais. As reuniões são perturbadas. A Polícia acaba por impedir a sua realização no próprio momento em que vão começar. Os trabalhadores respondem à repressão. Em Lisboa e no Porto, os bancários manifestam-se na rua e paralisam o trabalho protestando contra a prisão dos seus dirigentes sindicais. Solidários, outros sindicatos manifestam-se. A ditadura fascista prossegue com a repressão. Manda encerrar os sindicatos dos Bancários do Porto e Lisboa. A intenção era clara: calar pela raiz a Intersindical.

ATÉ FINS DE 1972

A intersindical continua a reunir e a tomar posição sobre os mais variados problemas. O objectivo do fascismo nunca foi alcançado. Mas era necessário defender todo o trabalho. Analisaram-se as condições em que se verificou a onda repressiva de 1971. Passou-se a ter mais cautela na admissão de novos membros. As reuniões são marcadas com uma antecedência mínima. Os locais só são conhecidos um ou dois dias antes. O trabalho de base passa a merecer mais atenção. Em condições difíceis, procura-se coordenar o trabalho dos delega-

dos — sindicatos — Intersindical. Ganha expressão concreta o carácter unitário e independente da Intersindical.

ATÉ MEADOS DE 1973

Objectivos e meios de actuação são definidos com mais clareza. O trabalho é feito com método. Continuam a trocar-se informações e experiências. Organizam-se acções de solidariedade. Incrementam-se as comissões de delegados por empresa. Luta-se contra a legislação fascista. Reforça-se a organização sindical. Desencadeiam-se acções conjuntas. Inicia-se às reuniões com delegados sindicais. Formam-se vários grupos de trabalho — "Previdência", "Organização Sindical", etc. Há um intercâmbio constante entre os sindicatos. Enfrenta-se a legislação opressora, nomeadamente a Portaria 734/73 com a qual a ditadura fascista tentava retirar aos sindicatos alguns dos seus mais válidos colaboradores. Conseguiu-se desmistificar o "1.º Congresso da Previdência". O provento que dele queria tirar o governo de Caetano saiu frustrado. Nesse período, a intersindical planeou ainda a grande campanha de massas pelo Salário Mínimo Nacional, cujos efeitos se fizeram sentir mesmo depois do 25 de Abril.

NOVEMBRO DE 1973

Criam-se três zonas regionais: Norte, Centro e Sul. Os sindicatos

passam a reunir com mais frequência. As zonas correspondiam às necessidades do trabalho mais ligado às bases e ao próprio crescimento da intersindical. Um maior número de sindicatos podia participar, enquanto se dava mais atenção aos problemas locais. Um secretariado tinha como funções principais fazer as actas das reuniões, expedir as convocatórias e sugerir as ordens de trabalho. Era formado por um sindicato do Norte, um do Centro e três do Sul. Reunindo regularmente, este secretariado coordenava o trabalho das três zonas. Isso permitiu que às reuniões intersindicais a nível nacional passassem a realizar-se de dois em dois meses. Manteve-se, no entanto, o cuidado de não criar estruturas orgânicas rígidas e burocráticas que seriam alvo fácil para a repressão. A estrutura flexível assegurou contactos e permitiu um bom funcionamento.

ATÉ 25 DE ABRIL DE 1974

Nos primeiros meses de 1974 assistiu-se a uma proliferação de leis repressivas. A polícia de choque apareceu num local marcado para uma reunião da intersindical. Foram proibidas pela ditadura moribunda as assembleias gerais e reuniões de sócios em sindicatos. Os trabalhadores lutavam através de manifestações e centenas de greves de Norte a Sul do país.

Paralisação na Lisnave

FIRME SOLIDARIEDADE EM DEFESA DAS NACIONALIZAÇÕES

A paralisação de protesto contra o regresso do monopolista Mello à administração da Lisnave constituiu uma elevada afirmação da solidariedade que une os trabalhadores na luta pela defesa das conquistas de Abril.

A ameaça contra as nacionalizações concretizou-se. O Governo do grupo dirigente do PS apoiou com o seu voto o regresso de um cabecilha do capital monopolista. Ao abrir as portas à família Mello, o Executivo ditto constitucional demite-se mais uma vez das suas responsabilidades perante a Constituição e perante o País.

"A colocação de uma das figuras mais comprometidas com o regime fascista a presidir ao CA da Lisnave — lembrou Armando Teixeira da Silva, da CGTP-IN, durante o plenário da paralisação — insere-se no conjunto de medidas que têm vindo a ser tomadas contra os trabalhadores de muitas outras empresas, como a ARB, a COPAM, a JF dos Santos, contra os trabalhadores da Informação, contra os heróicos trabalhadores agrícolas e visa objectivamente dar cumprimento às receitas exigidas pelas forças reaccionárias e ordenadas pelos círculos dirigentes do imperialismo".

Por isso, à excepção de alguns trabalhadores dos escritórios, todos os sectores da Lisnave pararam a cem por cento, em 28 de Setembro findo. O mesmo aconteceu na

Setenave, em Setúbal, na CUF e em todo o sector da indústria naval directamente ameaçado pelo regresso do monopolista Mello.

Dezenas de moções de apoio à paralisação e outras formas de solidariedade, que foi vasta e activa, designadamente por parte dos Sindicatos mais ligados ao sector, e por todo o Movimento Sindical, foram votadas de unânime de protesto perante as implicações muito graves deste regresso, que não se limitam ao sector da indústria naval, mas ameaçam os sectores mais importantes das

nacionalizações, incluindo os bancos.

O Governo desmascarou-se dia-a-dia. Os restos da máscara caem por si. Os trabalhadores têm dos Mellos a noção exacta. O papel dos monopolistas não se alterará por obra e graça da «reabilitação» que deles pretende fazer o Governo. Quem pode alterar e destruir esse papel são todas as forças para as quais a Constituição ainda é a Lei Fundamental da República, para as quais a construção do socialismo não é uma máscara a cair de podre que já não ilude ninguém.

JORNADA DE TRABALHO VOLUNTÁRIO NA UNIÃO-CUF

Com uma produção de 1500 contos, expressa em preços de venda, e 70 contos de salários poupados à empresa, 47 trabalhadores da Fábrica União-CUF, de Alcântara, e 20 da Mompom, em Lisboa, realizaram no último sábado uma jornada de trabalho voluntário em defesa das nacionalizações e contra o regresso dos monopolistas Mellos.

Num comunicado, as Comissões Sindicais Mompom e CUF-Fábrica União afirmam que essa jornada de luta se fez precisamente "no dia do 7.º aniversário da CGTP-Intersindical Nacional, integrando-se assim estes

trabalhadores nas comemorações da sua Central Sindical". Encarada como resposta firme "a todos aqueles que defendem o regresso dos capitalistas sabotadores" e também ao Governo do grupo dirigente do PS, "empenhado numa estratégia de recuperação capitalista, agrária e imperialista", a jornada de trabalho voluntário dos trabalhadores da União e da Mompom, encarregados da conservação da fábrica, insere-se nas melhores tradições de luta do movimento operário e popular pela defesa das conquistas da revolução, na perspectiva do interesse nacional.

OS TRABALHADORES DA «6 DE AGOSTO» PREPARAM NOVO «CRIME»: SEMEAR E PRODUZIR AINDA MAIS

Quem são os que o MAP ataca? Quais os crimes que cometeram? A estas perguntas respondíamos no último número com as seguintes palavras:

«São homens e mulheres que aprenderam a firmeza e a unidade na sorte comum da exploração e da resistência. Homens e mulheres que ainda meninos provaram a fome, viram a repressão fustigar os seus familiares, os seus amigos. São homens e mulheres que fizeram do slogan «A terra a quem a trabalha» um objectivo de combate e de vida. Por isso mesmo são homens e mulheres que não quebrarão forças na resistência ao regresso dos tempos de antigamente».

Sobre o crime que torna estes homens e mulheres réus aos olhos do MAP que contra eles envia outros homens munidos de armas e cães, eis o que começámos a denunciar, eis o que continuaremos a denunciar. Para que toda a gente que vive ainda longe da realidade extraordinária que é a Reforma Agrária, fique bem esclarecida da dimensão do gesto destes homens e mulheres que nas terras deixadas ao abandono pelos agrários, nas searas queimadas pelos sabotadores, lançaram semente, produzindo

mais pão para todo o povo trabalhador.

Hoje no «tribunal» da opinião pública, ficam os «crimes» dos trabalhadores da UCP «6 de Agosto» em Arroios, homens e mulheres que às ordens do MAP executadas pela GNR, foram ainda recentemente barbaramente agredidos.

QUAL O CRIME DA GENTE DA UCP «6 DE AGOSTO»?

Ocupou terras onde trabalhavam sob a exploração

dos agrários, 130 trabalhadores entre homens e mulheres. Terras que sob a gestão dos trabalhadores dão neste momento trabalho a 198 homens e 130 mulheres.

Nessas terras que hoje constituem a «6 de Agosto», existiam 62 bovinos de leite, 396 bovinos de carne, 356 ovinos e 131 suínos. Hoje a existência de gado é a seguinte: 113 bovinos de leite; 565 bovinos de carne, 2232 ovinos; 19 caprinos, 656 suínos. Além desta existência, os trabalhadores já venderam 40 bovinos de leite, 217 bovinos de carne, 809 ovinos e 623 suínos.

Grças a este esforço de aumento do efectivo pecuário desenvolvido pelos trabalhadores a produção de leite atinge actualmente na UCP 34 457 quilogramas.

Deste mesmo esforço resultou um aumento da área de regadio e diversas obras de melhoramento fundiário: a construção de uma malhada para porcos; melhoramentos na herdade Almargem; a construção de um barracão para armazenamento de máquinas e cereais e, em projecto, está a construção de uma vacaria.

Pelas mãos destes homens e mulheres foram desbravadas terras numa área de 300 hectares o que implicou uma despesa de 3500 contos.

Apesar dos ataques do MAP e dos saques efectuados para benefício dos agrários, na UCP

«6 de Agosto» existem: 18 tractores de rodas, 2 tractores de rastos; 11 reboques; 6 ceifeiras 10 motores de rega; 4 enfiadores; 1 ordenha mecânica, e outras alfaias.

Em 1976/77, as áreas semeadas incluíram 426 hectares de trigo; 270 hectares de cevada; 57 de arroz e 18 de milho e outras culturas menores. Nas colheitas efectuadas este ano, os trabalhadores da UCP «6 de

Agosto» obtiveram 21 mil quilos de tremço, 24 mil quilos de grão de bico, 10 mil quilos de girassol; 25 mil quilos de feijão, 23 mil quilos de batata, 336 mil quilos de arroz, 80 mil quilos de milho, 243 260 quilos de trigo, 105 mil quilos de cevada e 90 mil de aveia.

Como respondeu o MAP a este trabalho verdadeiramente criador dos que puseram centenas de hectares a produzir, aumentaram o efectivo pecuário, realizaram

beneficências, tudo tendo em conta não apenas a melhoria da sua vida pessoal mas a abundância e bem estar de todo um povo?

Respondeu retirando, ilegalmente e sob a capa da repressão, à UCP «6 de Agosto», 2 herdades com 442 hectares, 2 tractores, 2 reboques, charruas, grades de discos e escarificadores, 73 vacas, 56 porcos, 1 mula, 2 éguas, 1 cavalo e 5 ovinos.

Mas apesar de todo o aparelho intimidativo e repressivo posto em marcha pelo Governo PS, através do MAP e da GNR contra a Reforma Agrária, apesar das usurpações, os trabalhadores não desamam na sua vontade de trabalhar a terra e defender a democracia.

E por isso mesmo projectam outro «crime»: o de semear ainda mais, o de produzir ainda mais. Assim, para as sementeiras que agora se iniciam relativas ao ano de 1977/78, os homens e mulheres das UCP e Cooperativas Agrícolas, prevêem semear:

— 520 hectares de trigo, 180 ha de cevada, 300 ha de aveia, 1000 litros de fava, 20 sacos de tremço, 500 litros de grão de bico, 200 ha de girassol, 2000 litros de feijão, 1500 kg de batata, 1 ha de melão, 50 ha de arroz e 15 ha de milho.

É deste modo que os trabalhadores da UCP «6 de Agosto» à semelhança da esmagadora maioria dos trabalhadores da Reforma Agrária, respondem aos ataques do MAP, às calúnias de destruição da Reforma Agrária tentada pelo Governo PS.

Respondem fazendo também das sementeiras uma batalha política, resistindo com as armas do trabalho e da produção.



O «crime» deles: semear, colher, trabalhar.

UMA GRANDE BATALHA POLÍTICA

Neste Outono de temperaturas quase estivais, uma grande batalha política mobiliza toda a zona da Reforma Agrária, batalha que é resumida pelos trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas neste magnífico slogan: «Queremos semear, queremos produzir».

Este slogan exprime uma vontade, a vontade da população dos campos do Alentejo e Ribatejo que se começa já a concretizar no trabalho de preparação de terras, na feitura de alqueives nas terras sob gestão colectiva, nos plenários realizados nas UCPs para discussão do plano das sementeiras (que no Outono são fundamentalmente de cereais), nas reuniões com os técnicos progressistas dispostos a apoiar tecnicamente os trabalhadores, na mobilização dos tractoristas que, chamados a um trabalho de importância fundamental para o êxito das sementeiras estão determinados a cumprir as suas tarefas, não poupando horas de descanso.

Somando-se a esta imensa movimentação dos que têm os olhos no futuro do país e nas mãos a vontade inquebrantável de o construir, cresce a solidariedade dos trabalhadores de outros sectores de actividade que, vão fazer deste mês de Outubro uma demonstração grandiosa do seu apoio à Reforma Agrária através de jornadas de trabalho como as do passado dia 2 e de ontem, dia 5 de Outubro, realizadas sob o apelo da CGTP-IL.

A par desta solidariedade, expressão da unidade dos trabalhadores na defesa da Reforma Agrária, vem a intensificação da aliança dos trabalhadores das UCPs e Cooperativas com os pequenos e médios agricultores. Exemplo de formas desta aliança que são em si mesmas um meio de desenvolvimento dos laços entre os dois grandes sectores sociais do campesinato, é a decisão da UCP «Unidade dos Trabalhadores» de Campo Maior em auxiliar na medida de todas as suas possibilidades os pequenos e médios agricultores inscritos na Liga e empenhados nas sementeiras de Outono. E este exemplo alarga-se a outros.

Contrastando com esta realidade criadora, com estas mãos da multidão trabalhadora que se unem para mais semear e mais produzir, o Governo PS demite-se cada vez mais das responsabilidades que contraiu não somente para com os seus votantes mas para com todo o povo na medida em que é Governo, prossequindo, sem tréguas, a violenta ofensiva contra a Reforma Agrária de que constituiu exemplo recente os acontecimentos desta semana na Cooperativa Agrícola «Nascer do Sol» em Reguengos. Depois das dificuldades ainda não sanadas no fornecimento de sementes, a par com o clima de instabilidade e repressão que tem vindo a impor na zona da Reforma Agrária, o Governo PS permanece mudo e queixo perante as necessidades de apoio técnico do qual depende em parte o êxito das sementeiras.

Mas desde quando o Governo PS se incomodou com o apoio técnico à Reforma Agrária? Quantas vezes os técnicos pagos pelo povo, foram aos campos do Alentejo e do Ribatejo a não ser acompanhados pela GNR e para usurpar terras, máquinas e gados às UCPs e Cooperativas Agrícolas? Já que falamos de técnicos dos CRRAs, recordemos que alguns deles reuniram na semana passada, em Portalegre, com elementos de comando da GNR para «coordenação das operações» a levar a cabo na zona da Reforma Agrária.

Contrastando com estas reuniões, elas próprias testemunho do isolamento progressivo do cdo de um Governo aos trabalhadores, que tem de assumir cada vez mais uma face repressiva, ficam como um estímulo criador as imagens maravilhosas e plenas de força dos alqueives abertos nas terras sob gestão dos obreiros da Reforma Agrária, da aliança entre os trabalhadores das UCPs e os pequenos e médios agricultores bem visível na tarefa comum de não deixar um palmo de terra por semear, da multidão que, vinda da cidade, aos sábados e domingos, se espalha pelas herdades colectivas trabalhando ao lado dos seus irmãos de luta e de esperanças. Imagens que contêm a certeza da vitória dos trabalhadores, da causa da Reforma Agrária, da causa da democracia.

A LUTA NOS CAMPOS

Não foi por acaso que o moderador errou nas contas...

Na recente entrevista a Álvaro Cunhal, Secretário Geral do PCP, o funcionário da RTP, Seruca Salgado, revelou as suas fraquezas não apenas como «moderador», não controlando o seu ódio visceral a tudo o que diga respeito aos trabalhadores, mas ainda como matemático... Segundo este senhor, que se diz muito informado, a aborrecer de elementos sobre a Reforma Agrária, a UCP «A Luta é de Todos», em Mora, e a «Margem Esquerda», em Serpa, teriam um débito respectivamente de 11 mil contos e de 75 mil contos ao Crédito Agrícola de Emergência...

Como resultado destas contas feitas na base das calúnias da reacção, o Seruca da RTP vai ser processado judicialmente pela Comissão Directiva de «A Luta é de Todos» e foi já desmentido publicamente pela UCP «Margem Esquerda».

Quanto à UCP «A Luta é de Todos», o débito ao Estado pouco ultrapassa os 2 mil contos (2 300 785 000 contos), verba à qual ainda há que subtrair o valor das culturas que se encontram nas Herdades de Paço da Cima e dos Montinhos que foram dadas como reservas aos agrários. Relativamente à «Margem Esquerda» o débito da UCP é somente de 23 560 047\$70.

Que futuro para os seareiros de melão?

Há mais de uma semana que os seareiros da campanha de melão abandonaram os campos do Ribatejo nos quais todos os anos, durante cerca de seis meses, lançam a vida à sorte do tempo na esperança de um Inverno sem fome. Este ano, as coisas correram pior do que esperavam. Não somente as rendas da terra subiram sensivelmente, para mais de 5 mil escudos, contrariando a baixa significativa verificada após o 25 de Abril, como os acidentes climáticos provocaram uma diminuição da produção de cerca de 50%. A esta diminuição veio acrescentar-se a má qualidade da produção obtida. Entretanto que faz o Governo? Quais as medidas que tomou para, no sentido de cumprimento da Constituição, compensar os trabalhadores dos prejuízos havidos, os quais resultaram, como se disse, de causas climáticas?

Perante a indiferença do Governo os seareiros interrogam-se: que futuro? Nas suas terras para onde voltaram, são anuladas expropriações, herdades colectivas são atacadas. Como consequência o desemprego é uma ameaça que se concretiza. Que futuro para os seareiros de melão, eis uma pergunta à qual o Governo tem de dar uma resposta urgente.

Preços oficiais do vinho não compensam trabalho e cansaças

Os pequenos e médios agricultores vinícolas estão descontentes e têm razão para tal. Os preços oficiais estabelecidos para a campanha vinícola não compensam o seu trabalho. A produção baixou este ano, os factores de produção aumentaram significativamente (os pesticidas, em geral, tiveram um aumento de 20 a 25%; o sulfato de cobre subiu de 20\$00 para 30\$00 o saco, o antracol subiu de 20\$00 para 29\$50 cada 300 gramas). Por isso mesmo, os pequenos e médios vinicultores e as suas organizações de classe, as Ligas, reivindicam negociações com a Junta Nacional dos Vinhos de modo a defender os seus interesses e a economia nacional.

Ligas do Norte em defesa dos pequenos e médios agricultores

Ligas e Comissões de agricultores, proprietários e rendeiros de Lousada, Gaia, Penafiel, Gondomar, Barcelos, Amarante, Porto, Matosinhos e Maia, reunidas na semana passada, abordaram a questão da comercialização do gado bovino e do restabelecimento da classe C do leite, medida ruínoisa para a maior parte dos produtores da zona.

Nesta reunião, os pequenos e médios produtores denunciaram as dificuldades crescentes que enfrentam na venda do gado bovino, os preços cada vez mais baixos a que são obrigados a proceder a esta venda e o facto de praticamente se verem obrigados a entregarem-se nas mãos dos intermediários «que mandam de novo totalmente no comércio da carne e do gado». Como resolução imediata para os problemas de quase sobrevivência dos pequenos e médios produtores, as Ligas reivindicam que os agricultores possam inscrever o gado para abate em qualquer matadouro e que se proceda à limitação do auto-abastecimento dos talhos. Os agricultores presentes denunciaram ainda o facto de a maioria das cerca de nove mil inscrições para abate de gado no matadouro do Porto, o maior dos que se encontram sob a intervenção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, «ser feita por negociantes que não têm animais. Ninguém controla se quem se inscreve é agricultor ou não, ou produtor de gado ou não».

As reivindicações dos agricultores foram expressas num documento aprovado, por unanimidade, o qual foi entregue à Junta Nacional dos Produtos Pecuários por uma delegação da reunião e será enviado ao MAP e à Comissão de Agricultura da Assembleia da República.

II CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA NOS DIAS 22 E 23

Como já noticiámos, vai realizar-se a II Conferência da Reforma Agrária nos próximos dias 22 e 23 de Outubro, em Évora.

Nela estarão envolvidos

num debate de importância essencial para todo o país mais de 3500 pessoas. Nela será feito o balanço do que tem sido a Reforma Agrária, do que continua a ser apesar da

ofensiva que o Governo PS desencadeia contra esta conquista fundamental da revolução.

Na actual conjuntura política a realização desta conferência assume um particular significado perante todo o povo, perante a opinião pública. Os trabalhadores obreiros da Reforma Agrária vão dizer a todo o país o que fizeram, como fizeram, quais os erros cometidos, como os resolveram, quais os projectos futuros, as acções já em concretização por searas mais belas, colheitas mais fartas, uma agricultura mais rica cujos frutos sejam para todo o povo. Que a reacção não queira que

isto seja dito e demonstrado, não é de espantar. Que o Governo PS tente também impedir que se ouça a voz dos trabalhadores também já não é de admirar, se tivermos em conta a onda de ilegalidades e de repressão contra a Reforma Agrária de que é responsável através do MAP.

tentativas de boicote à Conferência da Reforma Agrária impedirão que esta se realize e que assumam um significado ainda mais

importante do que a Conferência da Reforma Agrária, realizada há cerca de um ano, nos dias 30 e 31 de Outubro.

QUEM SÃO OS DELEGADOS?

Mais de 3000 delegados e 500 convidados de todo o País e do estrangeiro participarão nesta grande jornada de luta que vai suceder nos próximos dias 22 e 23 de Outubro, em Évora: a II Conferência da Reforma Agrária.

Durante estes dois dias estará patente o espírito criador dos trabalhadores da Reforma Agrária, a sua capacidade extraordinária de vencer as dificuldades, a sua vontade imensa de produzir mais e melhor, de planear e construir o futuro no qual se esboça uma vida melhor não somente para a população dos campos mas para todo o Povo português.

Os delegados presentes, em número superior a três mil, representarão um destacamento de um grande exército de trabalhadores cujas armas são as máquinas agrícolas, a determinação em vencer a crise e fazer triunfar a democracia. Quem são estes delegados?

Num documento enviado à imprensa, o Executivo da Comissão Organizadora da Conferência da Reforma Agrária esclarece quem serão os delegados:

«Mais de 2750 são membros das UCPs e Cooperativas de toda a zona da Reforma Agrária; 35 são dos sindicatos agrícolas; 30, dos secretariados e uniões distritais; 50, dos secretariados concelhios; 50, da Comissão Organizadora; 35, técnicos agrícolas e de contas que trabalham nas UCPs, cooperativas e secretariados.»

COMO VÃO SER ELEITOS?

Responde o Executivo da Conferência: «Todas as UCPs e Cooperativas Agrícolas devem eleger os seus delegados e entre eles deve haver homens, mulheres e jovens. Não devem ser todos da Comissão Directiva (por exemplo: 50% da Comissão Directiva e os restantes 50% não devem pertencer à direcção).»

«Para entrarem na 2.ª Conferência, os delegados devem apresentar o cartão de delegados que a Comissão Organizadora lhes entregará e que deverá ser devidamente preenchido na reunião da UCP ou da Cooperativa onde for eleito.»

«Cada UCP e Cooperativa tem direito a eleger 1 delegado por cada 25 trabalhadores. Se a UCP ou Cooperativa tiver menos de 50 trabalhadores então poderá eleger 3 delegados. Nenhuma UCP ou Cooperativa poderá eleger mais de 20 delegados.»

A semelhança do que sempre aconteceu com as manifestações relacionadas com a Reforma Agrária, a democraticidade das mesmas está garantida desde o primeiro momento da sua organização. E porque «quem não deve não teme», a publicação de aspectos da organização e funcionamentos da Conferência da Reforma Agrária constitui um elemento de esclarecimento para a opinião pública e um modo de silenciar as vozes que dos lados da reacção se erguem sempre caluniando as realizações dos trabalhadores, obreiros do que de decisivo se transformou neste País após o 25 de Abril.

O QUE VAI SER DISCUTIDO?

O que vai ser discutido na II Conferência da Reforma Agrária?

O Executivo da Comissão Organizadora da Conferência informa-nos sobre o conteúdo da ordem de trabalhos:

I — Balanço da Reforma Agrária

- Áreas semeadas e produções.
- Produção animal.
- Produção florestal e outras.
- Melos de produção e melhoramentos fundiários.
- Emprego e salários.
- Resultados económicos e situação financeira.
- Outros resultados.

II — Ofensiva «Lei Barreto» Luta em defesa da Reforma Agrária

- Reservas, desocupações, desanexações, gados, máquinas e produtos usurpados às UCPs e Cooperativas.
- Corte de crédito às UCPs.
- Repressão e sabotagem.
- Legislação contra a Reforma Agrária.
- «Lei Barreto».
- A luta em defesa da Reforma Agrária e perspectivas futuras.

III — Organização e Quadros

- Organização interna e vida democrática nas UCPs/Cooperativas.
- Secretariados distritais, concelhios e Uniões das UCPs e Cooperativas Agrícolas.
- Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura.
- Quadros.

IV — Salários e Contratação Colectiva

- Produção, Comercialização e Preços
- Produção
- A aplicação da Lei Barreto destruiria a produção.

O que vai ser discutido na II Conferência da Reforma Agrária?

O Executivo da Comissão Organizadora da Conferência informa-nos sobre o conteúdo da ordem de trabalhos:

I — Balanço da Reforma Agrária

- Áreas semeadas e produções.
- Produção animal.
- Produção florestal e outras.
- Melos de produção e melhoramentos fundiários.
- Emprego e salários.
- Resultados económicos e situação financeira.
- Outros resultados.

II — Ofensiva «Lei Barreto» Luta em defesa da Reforma Agrária

- Reservas, desocupações, desanexações, gados, máquinas e produtos usurpados às UCPs e Cooperativas.
- Corte de crédito às UCPs.
- Repressão e sabotagem.
- Legislação contra a Reforma Agrária.
- «Lei Barreto».
- A luta em defesa da Reforma Agrária e perspectivas futuras.

III — Organização e Quadros

- Organização interna e vida democrática nas UCPs/Cooperativas.
- Secretariados distritais, concelhios e Uniões das UCPs e Cooperativas Agrícolas.
- Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura.
- Quadros.

IV — Salários e Contratação Colectiva

- Produção, Comercialização e Preços
- Produção
- A aplicação da Lei Barreto destruiria a produção.

COMO VAI FUNCIONAR?

Podem dizer que de certo modo a II Conferência da Reforma Agrária já está em funcionamento. Isto porque se iniciaram, num clima de entusiasmo e participação, os plenários para a eleição de delegados, nas quais os trabalhadores e técnicos discutem os temas propostos para a ordem de trabalhos da Conferência e enviam para a Comissão Organizadora diversas propostas e alterações.

Mas como vão funcionar os trabalhos nos dias 22 e 23 de Outubro em plena realização da II Conferência da Reforma Agrária? Eis uma questão que o Executivo da Comissão Organizadora esclarece: «A 2.ª Conferência da Reforma Agrária funcionará com um Plenário de Abertura durante toda a manhã do dia 22 no qual estarão presentes todos os delegados e a imprensa nacional e estrangeira que for convidada.»

«Neste plenário de abertura serão apresentados três temas:

- I — Balanço da Reforma Agrária
- II — Ofensiva do Governo-Lei Barreto
- Luta em defesa da Reforma Agrária e Perspectivas futuras

«Na parte da tarde do dia 22 e no dia 23 a Conferência funciona em quatro secções:

- Secção I-Tema IV-Produção-Comercialização e Preços
- Secção II-Tema V-Organização e Quadros
- Secção III-Tema VI-Salários e Contratação Colectiva
- Secção IV-Tema VII- Aliança dos Trabalhadores Rurais com os pequenos e médios agricultores e Unidade com os outros trabalhadores.

No dia 23 à tarde haverá o grande plenário de encerramento, no qual serão apresentadas as conclusões».

A colecção «conferência económica», publica estudos que apontam a solução para os graves problemas da economia nacional.

VOLUMES PUBLICADOS

- 1 As empresas intervencionadas - 25\$00
 - 2 Indústria extractiva, situação actual e perspectivas para o futuro - 40\$00
- Estudos realizados no âmbito da preparação e realização da Conferência Económica do PCP em Junho de 1977

CD a distribuição

Município de Sesimbra

TERRA DE TURISMO E NÃO SÓ

De Sesimbra recorda-se geralmente a praia de águas calmas, o ameno clima, o pitoresco dos pescadores que em terra remendam as redes, a delícia do peixe fresco, a atracção irresistível da lota. Como cenário de fundo ficam na memória as ruínas do velho castelo, o farol no extremo da baía, a graça do casarão virado ao sol e descendo em socacos até ao mar.

Poucos serão os visitantes que sabem que o concelho de Sesimbra tem uma zona rural onde vive cerca de 60 por cento da população do município. Uma zona rural onde até há pouco tempo não existia nem água, nem luz, esgotos ou mesmo estradas. Poucos saberão também que grande parte das lindas casas viradas ao sol são propriedade de quem vive longe e só ali vai passar férias, enquanto a população residente se debate com graves carências habitacionais.

Sesimbra era já uma bonita vila para turistas no tempo do fascismo. Mas que deixou o fascismo à população do concelho de Sesimbra?

O município sesimbrense, com os seus cerca de dezoito mil habitantes, é composto por duas freguesias: a de S. Tiago, a que pertence a vila de Sesimbra, e a do Castelo na zona rural. A população da freguesia de S. Tiago vive essencialmente da pesca, havendo apenas um pequeno sector (cerca de 30 por cento) que se dedica a actividades terciárias. Na zona rural, onde se pratica uma agricultura de subsistência, vive-se da exploração de pedreiras e da construção civil.

Para além da inexistência de um plano de urbanização aprovado, facto que se reflecte hoje no total desordenamento urbanístico do território do concelho, a administração fascista deixou todo um trabalho por realizar ao nível das infra-estruturas, nomeadamente no que toca a rede de distribuição de águas e de esgotos, das redes viárias e eléctricas, que nalguns lugares primam pela completa inexistência e nos restantes pela insuficiência.

Se alguma coisa o fascismo fez foi permitir e estimular a especulação de terrenos (de que a construção clandestina é uma das mais graves consequências) e ainda a construção de segunda habitação (casa de férias), sem em contrapartida criar um mínimo de infra-estruturas indispensáveis.

É com esta situação cáctica que a actual administração democrática do município,

composta por quatro elementos da FEPU e três do PS, tem de se haver. Debatendo-se com uma situação financeira deveras precária (basta dizer que a Câmara tem uma receita anual ordinária de 15 mil contos e só para os salários dos trabalhadores ao seu serviço necessita de 25 mil), os

defender e servir os interesses da população.

HATIBATAÇÃO SOCIAL: UM DOS GRANDES PROBLEMAS

Mau grado as boas intenções que animam os dirigentes autárquicos de

a sua aprovação, a que a Câmara é alheia. Depois dos projectos aprovados, como o município não tem dinheiro, é preciso pedir nova comparticipação, desta vez para a concretização da obra.

Como se todos estes entraves não fossem demasiados, existe ainda um outro não menos grave. Dado que em Sesimbra já não existem terrenos municipais, a construção obriga à expropriação de terrenos. Segundo a lei em vigor, a indemnização a pagar é de 15 por cento sobre o valor da obra a realizar. O que exige novo pedido de comparticipação.

Quanto tempo não se consome neste círculo vicioso? Como se pode perante tal situação falar de descentralização e de autonomia dos órgãos de

pudessem durante o resto do ano beneficiar de água canalizada.

Quanto à resolução do problema do reforço de abastecimento de água ao concelho ela está dependente não só do acabamento da conduta que se encontra em construção mas também da criação de uma nova estação elevatória. No primeiro caso, os trabalhos tiveram de ser interrompidos por falta de tubo *polyester* na empresa fornecedora. Resolvido posteriormente este problema, os trabalhos prosseguem agora devendo terminar em breve. O mesmo não se poderá dizer quanto à estação elevatória. Por estranho que pareça, o projecto para a nova estação está desde Março de 1976 na Direcção-Geral de Saneamento Básico à espera de aprovação.

Será que em ano e meio os organismos responsáveis não encontraram tempo para se pronunciarem sobre um projecto de tão grande importância para a melhoria das condições de vida da população?

Conquanto continuem a existir alguns agregados populacionais ainda sem abastecimento de água, devido ao facto de se encontrarem mais ou menos afastados das condutas e o abastecimento só ser possível com a montagem de ramais bastante dispendiosos, é de salientar que mais de 90 por cento da população do concelho dispõe já de tão importante infra-estrutura. O que só foi possível, será bom não esquecer, com a gestão dos democratas que desde o 25 de Abril têm dirigido o município, guiados pelo firme propósito de defender os interesses populares.

E porque uma gestão democrática não pode deixar de contar com a participação activa das populações, com o seu abnegado esforço em prol da colectividade, muitos têm sido os problemas cuja resolução só foi possível com a realização de jornadas de trabalho voluntário. O debate das questões de desenvolvimento dos sectores económicos do concelho tem sido também motivo de preocupação e diálogo entre

pesqueira, não só não oferece as necessárias condições de segurança como impede objectivamente o desenvolvimento da actividade pesqueira, nomeadamente através da utilização de barcos de maior calado. Com o alargamento do porto, novos postos de trabalho seriam criados em Sesimbra, sendo mesmo de encerrar a hipótese da criação

de um centro conserveiro, cuja importância na economia nacional não é de menosprezar.

Como resultado do trabalho conjunto realizado pelos dirigentes autárquicos, pelo Sindicato dos Pescadores, Junta Autónoma do Porto de Setúbal e Direcção-Geral dos Portos, foi apresentado neste último organismo um projecto para o alargamento, orçamentado em 300 mil contos, que será posteriormente enviado ao Governo para aprovação.

MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO

Fomentadas e apoiadas pela antiga Comissão Administrativa da Câmara de Sesimbra, as organizações populares de base formaram-se no concelho logo após ao 25 de Abril. O trabalho realizado pelas Comissões de Aldeia, que puderam contar com o inestimável auxílio das Comissões Dinamizadoras do MFA, traduziu-se em muitas delas numa sensível melhoria das condições de vida. Abrirem-se estradas, electrificaram-se povoações, criaram-se centros de cultura e convívio.

Lamentavelmente, os sucessivos entraves burocráticos e legalistas postos à actividade destes organismos refrearam um pouco a sua actividade, fomentaram o desânimo e sobretudo um certo desencanto. Mas, e isso é o mais importante, não morreu a esperança numa vida melhor. E a eleição de uma Câmara democrática é a melhor prova de que assim é. Com todas as dificuldades de ordem administrativa e financeira com que se debate, o município nem por isso tem deixado de contribuir para a melhoria das condições de vida do concelho.

Desde a construção de parques infantis em quase todas as aldeias, passando pela criação do Ensino Pré-Primário, creches, escolas nocturnas (60 por cento dos pescadores são analfabetos), uma escola para deficientes, pavilhões desportivos na zona rural, até à participação com subsídios nos transportes escolares, cantinas e mini-ginásios, de tudo um pouco os responsáveis municipais têm procurado corresponder aos anseios da população.

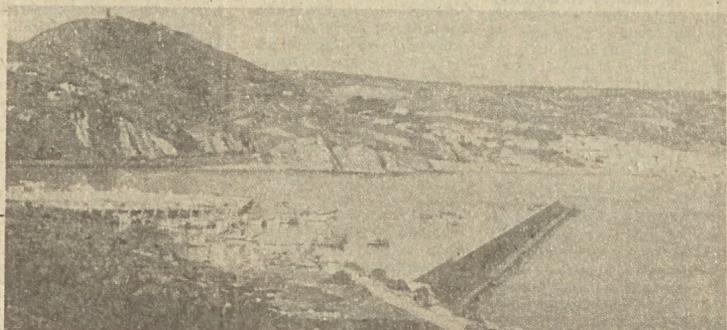
Dos problemas do concelho de Sesimbra muita coisa ficou por dizer. Não falámos da habitação clandestina e das suas graves consequências; nada dissermos do turismo e dos projectos para um racional aproveitamento das condições naturais do concelho; não falámos dos transportes nem das comunicações, etc., etc. Seria ilusório aliás, tentar esgotar



Em poucos anos de gestão democrática o concelho ficou praticamente dotado, por inteiro, de rede pública de electricidade

o assunto de uma vez só. E certamente fastidioso se fosse feito. Mas de tudo o que ficou por dizer, nada é independente da questão de fundo que é comum a todos os municípios do nosso País: sem descentralização real do poder, sem autêntica autonomia administrativa e financeira, o poder local nunca poderá ser senão um slogan de propaganda eleitoral logo esquecido com a conquista dos votos.

O porto, demasiado pequeno para a actual frota,



O alargamento do porto de Sesimbra é indispensável para o desenvolvimento económico do concelho e vantajoso para a economia nacional

responsáveis deste órgão autárquico têm vindo contudo a desenvolver uma actividade digna de mérito, perscrutadora aliás da iniciada pela antiga Comissão Administrativa de que o próprio presidente da Câmara actual fez parte.

Importa salientar desde já que tal só tem sido possível graças à unidade reinante entre os diversos vereadores, deveras empenhados em

Sesimbra, muitos são os problemas de fundo que os ultrapassam e cuja resolução continuará a depender em última análise do poder central, pelo menos enquanto não for definida uma correcta política de finanças locais e de autêntica autonomia. Está neste caso, por exemplo, o problema da habitação.

A inexistência de qualquer plano de urbanização aprovado e de infra-estruturas impôs, desde logo, a necessidade de um planeamento do concelho, que está agora a ser levado a cabo por uma equipa de técnicos. Paralelamente, começaram-se a satisfazer algumas necessidades mais prementes

poder local? Onde a participação das autarquias na elaboração do plano de distribuição de verbas que o Governo devia ter apresentado e não apresentou em 30 de Agosto? Ou será que o Governo entende por participação activa e directa a resposta a inquéritos como o enviado em Julho pelo Ministério da Habitação e Urbanismo às Câmaras Municipais para que estas assinalassem esquemática e condicionalmente as necessidades dos concelhos?

Para além de tudo isto, é preciso não esquecer que o problema da habitação está intimamente ligado à questão



Fomentar a educação, a cultura e o desporto tem sido uma preocupação constante

da população. No sector da habitação, há a referir que em dois anos a ex-Comissão Administrativa construiu 165 casas. Como curiosidade, e para que sirva de comparação, saiba-se que em 25 anos o fascismo se limitou a construir 105!

Mas as carências neste sector são grandes. Um inquérito realizado em 1975 revelou a necessidade de 600 fogos, número decerto já ultrapassado actualmente. Sem disponibilidades económicas, a Câmara de Sesimbra vê-se condicionada ao apoio que lhe é dado, ou não, por outros organismos do Estado. É assim que, tendo anunciado à população em Janeiro deste ano que em breve disporia de um projecto para 140 fogos, o município continua ainda hoje à espera que o mesmo lhe seja enviado pelo Fundo de Fomento, organismo que se comprometeu a realizá-lo.

Por outro lado, mesmo quando é ela própria a mandar elaborar os projectos, a Câmara como não dispõe de meios, é obrigada a pedir comparticipação para a feitura daqueles. Conseguida essa comparticipação e prontos os projectos, há que aguardar

do planeamento do concelho, pois construir mais casas implica necessariamente o aumento da capacidade dos esgotos, do abastecimento de água, etc., etc.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA: OUTRO PROBLEMA DIFÍCIL

Sesimbra tem cerca de oito mil habitantes, mas na época estival chega a albergar cerca de quarenta mil pessoas. Nesse período, em que o consumo de água é obviamente elevado de forma considerável, a água falta. O facto deve-se ao inadequado sistema de elevação e da respectiva conduta de distribuição.

Este ano, o problema da falta de água fez-se sentir ainda com mais intensidade, dado que a Câmara Municipal dotou com água a população da zona rural, o que contribuiu para elevar o consumo. Sabendo embora que tal medida se iria reflectir nas dificuldades usuais do período de férias, a Câmara considerou justo que a população residente, incluindo a da zona rural,

A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA É INDISPENSÁVEL E URGENTE

A Administração Pública será estruturada de modo a aproximar os serviços das populações, a assegurar a participação dos interessados na sua gestão efectiva, designadamente por intermédio das organizações populares de base ou de formas de representação democrática, e a evitar a burocratização - artigo 268.º da Constituição da República.

Sendo as autarquias locais os órgãos de poder que mais perto se encontram das populações e das organizações populares, mais que nenhuns estão em condições de permitir e estimular a participação e iniciativa popular na resolução dos graves problemas que mais directamente afectam as populações. Mas para que este objectivo, que a Constituição claramente aponta, seja alcançado é indispensável e urgente a descentralização administrativa, nomeadamente através da transferência de poderes para os órgãos de poder local.

E não se poderá falar de descentralização administrativa enquanto as autarquias tiverem de submeter a resolução dos mais cominhos problemas à aprovação do poder central. Não existirá descentralização enquanto as autarquias continuarem a depender financeiramente de favores e desfavores na distribuição de dinheiros públicos, nem enquanto se continuar a verificar a actual dispersão das verbas para as autarquias pelas mais diversas rubricas do Orçamento Geral do Estado.

Não se procederá igualmente à correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau, como estabelece a Constituição, enquanto aqueles órgãos não participarem de facto na determinação dos seus próprios recursos.

Não estará sequer completa a institucionalização do novo regime democrático que a Lei Geral consagra se a instituição das Regiões.

A situação do município de Sesimbra, que abordamos neste número, é apenas um exemplo do que sucede na esmagadora maioria das autarquias do País. A necessidade constante do recurso a pedidos de comparticipação para atender às carências das populações, os entraves burocráticos e ainda os boicotes políticos que autarquias sem a simpatia do poder central sofrem, impedem de forma muito objectiva a desejada gestão democrática dos que mais não pretendem do que defender os interesses e melhorar as condições de vida do povo que os elegeu. E isto para já não falar da irracionalidade e da exasperante dispersão de verbas que seria possível evitar através duma correcta e conjugada aplicação.

Todas as autarquias necessitam de projectos; todas necessitam de maquinaria, por exemplo. Como a institucionalização das Regiões e uma correcta distribuição de funções, é possível coordenar, planificar e levar a cabo a resolução dos gravíssimos problemas que afectam o Povo português, através do completo aproveitamento dos recursos existentes.

O PCP apresentou na Assembleia da República um conjunto coerente de leis sobre o poder local (competências e funções das autarquias; finanças locais; regiões administrativas).

Divulgar as questões relacionadas com a administração local, estimular o debate sobre as soluções que nesta matéria devem ser consagradas, são tarefas a que nenhum democrata se deve alhear. Da contribuição de todos depende a construção do Estado Democrático.

AUTARQUIAS DE NORTE A SUL

Limpeza partidária

Como se sabe, tem vindo a alastrar pelo país o amor à limpeza das vilas e cidades. Trata-se, porém, de um especifico tipo de limpeza, em que os autodenominados "pialistas" se vêm especializando, ao nível dos órgãos autárquicos. Em Aveiro, onde a Câmara Municipal se tem empenhado na dita campanha de limpeza, a população assiste surpreendida à eficácia dos serviços camarários.

Com efeito, uma parede do centro da cidade, tão bem situada que a sua utilização tem sido disputada pelas diversas forças políticas, foi recentemente limpa dos dizeres "Não à lei Barreto". Presume-se que após tão esgotante tarefa os vereadores responsáveis necessitem de prolongado repouso, dado que as restantes inscrições que preenchem a referida parede, por sinal do PPD e do CDS continuam por limpar.

As más línguas acusam o município, cuja presidência pertence ao CDS de limpeza à esquerda. A quanto se sujeita o "pluralismo"!

Os métodos persuasivos do PPD

O representante da FEPU na Assembleia de Freguesia de Vila Caliz, Amarante, foi recentemente agredido numa reunião daquele órgão autárquico por dois vereadores do PPD.

A agressão do vogal da FEPU verificou-se quando este se preparava para esclarecer a situação em que se encontram as obras entre os lugares de Cruzeiro e Selala as quais, segundo um ofício do Ministério das Obras Públicas à Junta de Freguesia, estariam já concluídas. O que não é verdade, como toda a população local sabe.

Nada interessados no esclarecimento, os irmãos Veira, do PPD, decidiram calar o vereador da Frente recorrendo à agressão.

Convincentes métodos, os da social-democracia!

Câmara de Lagos apoia pescadores

Por proposta da FEPU, a Câmara Municipal de Lagos decidiu, por unanimidade, apoiar energicamente a concessão do financiamento pedido pela Cooperativa de Pescadores Lacobrigense à Secretaria de Estado das Pescas para aquisição de um arrastão. O pedido, feito em Janeiro deste ano, ainda não obteve resposta satisfatória.

Considerando que no espírito do 25 de Abril e da Constituição da República, é na iniciativa dos trabalhadores que reside a grande força que poderá conduzir à saída da crise económica em que o País se debate, a Câmara decidiu dirigir-se à Secretaria de Estado para tentar resolver o problema.

Também por unanimidade foram ainda aprovadas mais duas propostas da FEPU. Uma, assinalando a passagem do quarto aniversário do golpe fascista de Pinóchet e manifestando a sua solidariedade para com a luta do povo chileno. Outra, decidindo que a Câmara proceda urgentemente, e pelos meios ao seu alcance, junto da Secretaria de Estado do Planeamento Regional e das Câmaras de Aljezur e Vila do Bispo para a instalação imediata do Gabinete de Apoio Técnico para este grupo de concelhos.

Convergentes não gostam de público

A Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, onde impera a convergência PPD/CDS, costuma realizar as suas sessões entre as 14 e 30 e as 17 e 30, normalmente "às moscas", dado que o horário não serve de forma alguma à população trabalhadora.

Não obstante, se mesmo assim aparece alguma assistência com manifesta falta de simpatia pela dupla convergente, é certo e sabido que a sessão fica adlada, "por falta de um vereador".

Será que a "convergência" recusa que os municípios lhe pegam contas do destino dado aos 2025 contos atribuídos aquela Câmara no âmbito do chamado subsídio livre?

Assembleia de Almada condena política antipopular do Governo

A sessão pública da Assembleia Municipal de Almada, realizada a 30 de Setembro, aprovou por maioria uma moção em que se condena a política antidemocrática e antipopular do Governo de Mário Soares.

A Assembleia aprovou ainda, desta vez por unanimidade, uma moção de homenagem ao comandante Flamiro Correia, a que se seguiu um minuto de silêncio.

Os ANPs do CDS

Os moradores da Freguesia de Dacemilho, concelho de Satão, apresentaram queixa do presidente e secretário da Junta, ambos do CDS, por os mesmos terem pertencido à extinta ANP-UN e serem portanto inelegíveis nos termos legais.

O julgamento, que se realizará no tribunal da comarca, está marcado para amanhã.

Espera-se a todo o momento que o CDS venha a público reconhecer a ilegalidade dos seus dois vereadores, dado que ainda muito recentemente se insurgiu veementemente - e com razão - contra o facto do PS ter eleito um ex-legionário. Há que cumprir a legalidade democrática. Em todo o País.

Vereador do PS demite-se

Por alegadas desinteligências com "o vogal representante do PCP que se tornaram em agravos pessoais e que mais cedo ou mais tarde poderiam redundar em conflito sério", o vereador António Leal d'Ascensão, independente eleito pelo PS, pediu a demissão do cargo que ocupava na Câmara Municipal de Torres.

Na reunião realizada em 28 de Setembro, o município de Torres Vedras aprovou por maioria uma proposta onde delibera aceitar o pedido de demissão mas não a justificação que o fundamenta, assim como exprimir todo o seu repúdio pela actuação do sr. António Leal d'Ascensão durante os últimos tempos do seu mandato. A Câmara decidiu ainda declarar-se solidária com os vereadores João Francisco Ribeiro Correia, Francisco Manuel Costa Fernandes e Secundino Outeiro Pereira, principais alvos das injúrias do ex-vereador.

Importa salientar que o ex-vereador se dedicava, entre outras coisas, a escrever para o semanário "Oeste Democrático" sobre assuntos camarários que não levava às discussões da Câmara, bem como afirmações caluniosas a propósito de pretensas "fugas de tal ordem vultuosas que vistas à priori podem levar à quebra em linguagem económico-contabilística se chama falência técnica". O esclarecimento que sobre o assunto lhe foi exigido nunca foi feito.

Este independente, que enquanto na chefia do pelouro de Obras e Planeamento Urbanístico não hesitava em conceder autorizações para obras de construção sem licença, é também partidário dos métodos agressivos, como o provou na reunião camarária de 14 de Setembro em que interrompeu um vereador para afirmar: "Não admito isso ou vamos para a tábua". Consistia em acta.

APROVEITE AS VANTAGENS DE UMA ASSINATURA DA REVISTA

PODER LOCAL

- 11 Revistas pelo preço de 10
- 21 Revistas pelo preço de 20

OS ASSINANTES TÊM PRIORIDADE NA RESERVA DE EXEMPLARES PARA COLECÇÕES COMPLETAS



Recorte e envie para CDS, departamento de vendas, Av. Sá da Bandeira, 50 - Lisboa

NOME _____
 MORADA _____
 LOCALIDADE _____
 Desejo assinar a revista PODER LOCAL a partir do número _____ e por _____ números.
 Para o respectivo pagamento envio Esc. _____ em cheque nº _____ / Vale de Correlor nº _____ sobre Banco ou Estação de Correlor.

CONTINENTE E ILHAS por 10 Números
 VIA AEREA 19500, VIA TERRESTRE 19050

Viva o 60.º aniversário da Revolução de Outubro

UMA SOCIEDADE QUE GARANTE OS DIREITOS DO HOMEM

Nas vésperas do encontro de Belgrado e muito próximo das celebrações do 60.º aniversário da Revolução de Outubro, o imperialismo americano e os seus aliados da OTAN desencadearam uma metódica campanha de descrédito face à União Soviética e aos outros países da comunidade socialista...

desde a escola primária aos estabelecimentos do ensino superior; o direito ao repouso e aos tempos livres, à segurança social em caso de doença, esporádica incapacidade de trabalho e velhice; o direito à liberdade

por JOSÉ LAVA membro do CC do PC das Filipinas

de expressão verbal, de imprensa, de reunião; a liberdade de religião e de prática religiosa que não viole as normas da vida em sociedade; igualdade de direitos concedido a todos os cidadãos independentemente de sua raça, da sua nacionalidade, do sexo e idade. Na URSS aboliram-se definitivamente o medo do desemprego e a incerteza do amanhã; a participação das massas na gestão democrática de todas as esferas da vida social aumenta constantemente...

idade. Nos Estados Unidos, pelo contrário, os negros, os índios, os latino-americanos e os asiáticos continuam a ser considerados como cidadãos de segunda ordem. A URSS ignora o crime organizado; pelo contrário, nos Estados Unidos, este desenvolve-se e os criminosos participam no grande mundo dos negócios...

dos outros cidadãos". É assim que deve ser, apesar do barulho feito pela propaganda imperialista que apela de violação dos direitos do homem, medidas equilibradas para contrariar a utilização hostil à sociedade e ao Estado das liberdades individuais. Será útil comparar as liberdades e direitos essenciais da pessoa humana, tal como a qualidade de vida no socialismo e no capitalismo, tomando como exemplo a URSS e os Estados Unidos...

de expressão verbal, de imprensa, de reunião; a liberdade de religião e de prática religiosa que não viole as normas da vida em sociedade; igualdade de direitos concedido a todos os cidadãos independentemente de sua raça, da sua nacionalidade, do sexo e idade. Na URSS aboliram-se definitivamente o medo do desemprego e a incerteza do amanhã; a participação das massas na gestão democrática de todas as esferas da vida social aumenta constantemente...

A URSS tem nova Constituição

O PARTIDO E TODO O POVO PARTICIPARAM NA DISCUSSÃO

A Constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, foi submetida à aprovação do Soviete Supremo, no passado dia 4. O texto tinha sido já aprovado na sua forma de projecto pela Comissão Constitucional, presidida pelo camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do PCUS.

Na sessão final da Comissão Constitucional, para além da aprovação do projecto da nova Constituição, foram aprovados diversos suplementos e emendas sugeridas por uma discussão pública do tema e que se prolongou durante quatro meses.

A presente Constituição, cujo projecto foi publicado em todos os jornais da União Soviética a 4 de Junho deste ano, permitindo assim o conhecimento do texto para a posterior discussão pública, vem substituir o documento em vigor desde 1936.

Falando após a reunião da Comissão Constitucional, Leonid Brejnev referiu a ampla participação verificada, ao salientar: "O Partido e todo o povo participaram na discussão da lei fundamental do nosso Estado. O Partido e o povo ilustraram a grande unidade, o profundo interesse no cumprimento frutuoso das tarefas maiores da edificação comunista".

O secretário-geral do PCUS salientou igualmente que "a maior parte das

emendas têm o carácter de clarificações e suplementos, mas algumas sugerem melhoramentos essenciais". Ainda sobre este assunto directamente ligado com a participação do povo soviético na discussão e elaboração da nova Constituição, Brejnev referiu que algumas das propostas de alteração não foram aceites, tanto por repetirem legislação anterior, como por pormenorizarem demasiado o assunto para uma lei fundamental.

Todas as propostas foram estudadas detalhadamente pelo secretário da Comissão Constitucional, e os militantes do Partido e os cientistas participaram no trabalho do secretário. Salientando este ponto o presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS declarou:

"Nem uma só proposta, nem uma só observação ou advertência foram esquecidas. Pode afirmar-se que o projecto de Constituição foi enriquecido pela experiência colectiva de milhões de soviéticos".

UMA DAS MAIORES COLHEITAS DE CEREJAS

A colheita de cereais deste ano, apesar do regime de chuvas que a atrasou, está praticamente terminada e segundo peritos ocidentais a União Soviética fará este ano abundante colheita de cereais, da ordem dos 220 milhões de toneladas, o que

eléctricas e a diesel, tractores, serradura, cimento, açúcar, entre outros, são alguns dos produtos em que a União Soviética ocupa o primeiro lugar à escala da produção mundial, segundo refere o Anuário Estatístico daquele país.

A produção industrial soviética aumentou, em 60 anos, 225 vezes. Presentemente, ultrapassa a produção dos EUA em petróleo (mais 30 por cento) e aço (mais 21 por cento).

No respeitante a uma série de artigos da indústria ligeira e alimentar a URSS detém igualmente o primeiro lugar na produção.

Entre outros citamos a produção de caçoço que no ano passado totalizou 24 milhões de pares (quase 150 por cento mais do que a produção nos EUA) e os tecidos de lã que atingiu 764 milhões de metros quadrados (cinco vezes mais do que os EUA).

Estes números foram revelados num artigo de Mikhail Suslov, secretário do Comité Central e dedicado ao 60.º aniversário.

No mesmo artigo refere-se ainda que em Julho deste ano o PCUS contava com cerca de 400 mil organizações de base, envolvendo 16 milhões de comunistas. Desse total 42 por cento são operários, 13,6 por cento camponeses e 44 por cento engenheiros, técnicos agrícolas, investigadores, professores, médicos e outros especialistas.

não ficará muito distante da colheita recorde de 223,5 milhões de toneladas do ano passado.

Entretanto, e a confirmar esta previsão, a Ucrânia já vendeu ao Estado 18,1 milhões de toneladas de cereais, o que corresponde a mais 1,3 milhões de toneladas, do que estava previsto inicialmente.

16 MILHÕES DE FILIADOS

No primeiro semestre deste ano, em que passa o 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, foram admitidos 338,5 mil pessoas como candidatos ao Partido Comunista da União Soviética, das quais 59 por cento de operários, 11 por cento de camponeses e 25,5 por cento de técnicos especialistas.

Estes números foram revelados num artigo de Mikhail Suslov, secretário do Comité Central e dedicado ao 60.º aniversário.

No mesmo artigo refere-se ainda que em Julho deste ano o PCUS contava com cerca de 400 mil organizações de base, envolvendo 16 milhões de comunistas. Desse total 42 por cento são operários, 13,6 por cento camponeses e 44 por cento engenheiros, técnicos agrícolas, investigadores, professores, médicos e outros especialistas.

Com partida da rua de S. Caetano

VIAGEM À UNIÃO SOVIÉTICA EM POUCO MAIS DE TRÊS HORAS

A entrega dos prémios aos vencedores do concurso promovido pela revista «Vida Soviética» e que se efectuou sábado à noite nas instalações da Associação Portugal-URSS, transformou-se numa viagem àquele país para todos os que estiveram presentes. Com efeito, o relato feito pelos premiados com a viagem, relato esse frequentemente interrompido pelas perguntas interessadas da assistência, transformou a visita dos quatro premiados numa viagem colectiva, onde se esteve hospedado em hotéis, se andou de metropolitano e de avião, se conversou com o povo soviético, se conheceu, em suma, uma realidade que insistentemente a propaganda reaccionária procura deturpar.

Depois de falar pormenorizadamente do metropolitano de Moscovo, aquecido com uma temperatura agradável e sem correntes de ar como sucede, no de Lisboa, e ter-se referido à limpeza imaculada patente em todas as estações, sem um único bilhete no chão, acrescentou um pormenor que considerou revelador do civismo do povo soviético. Nos autocarros e «trolleys» não há revisores. São os próprios passageiros que compram os bilhetes, colocando as moedas nas máquinas destinadas a isso. Quando os transportes vão cheios, e vive oportunidade de verificar isso, os passageiros que ficam ao pé da entrada não se furtam a pegar e passam o dinheiro às outras pessoas até que um passageiro melhor colocado lhe passe o bilhete.

premiados com a viagem a Moscovo e a Leningrado, era, como o afirmou, o que tinha mais dúvidas. Mas após os dez dias que passou na União Soviética constatou que é tudo diferente do que aqui se diz, ou melhor, o que aqui se diz é tudo mentira. Foi com olhos de ver e viu bichas, mas bichas para comprar livros. Lá as pessoas compram livros às toneladas e quem tem dinheiro para comprar livros como eles fazem certamente que não têm dificuldades de outra ordem. Aliás, acrescentou, é interessante verificar a afluência de soviéticos aos museus, às exposições e a todas as manifestações de carácter cultural. Também aí há bichas. Por seu turno, Mário Fernando dos Santos, da Cova da Piedade, outro dos premiados presentes, salientou a sua impressão pela preocupação dominante que existe em relação às crianças na URSS, relatando alguns factos que teve oportunidade de observar. Vitor Tomás acrescentaria ainda que desde que chegou da URSS que não faz outra coisa senão explicar toda uma série de mal-entendidos que algumas das pessoas revelam, ao fazer-lhe perguntas. No fim desta viagem colectiva e que terminou a uma hora avançada da madrugada, todos os presentes aguardavam com ansiedade o novo concurso da «Vida Soviética», na esperança de poderem vir a ser contemplados com a estada de alguns dias na pátria do socialismo...

COM OLHOS DE VER

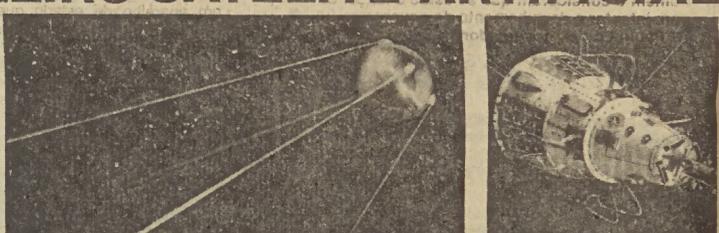
Vitor Manuel Tomás, de Santarém, outro dos

Um feito glorioso para a Ciência e para o Homem

HÁ 20 ANOS A URSS LANÇAVA O CÉLEBRE «SPUTNIK» - O PRIMEIRO SATÉLITE ARTIFICIAL

No dia 4 de Outubro de 1957, uma nova era se abria para o progresso da Humanidade. Graças aos esforços e prolongados estudos dos cientistas soviéticos, era nesse dia lançado no espaço o primeiro satélite artificial da Terra, o célebre «Sputnik». Iniciava-se assim a era cósmica, uma era feita à medida das conquistas e da felicidade do homem do século XX.

quais pilotados por seres humanos. A História da conquista do espaço para o bem estar e a felicidade dos povos da Terra tem já os seus heróis, que ofereceram as suas vidas para a felicidade dos seus semelhantes. São eles que hoje, ao lado desse feito grandioso, perpetuam a luta constante do homem pelo melhoramento das suas condições de vida.



O «sputnik» (à esquerda) e os outros engenhos espaciais lançados pela União Soviética têm por objectivo servir a ciência e os Povos

UM APOIO FIRME E DE PRINCÍPIO

A história mostrou que depois da Revolução de Outubro, qualquer acontecimento grande e importante para os destinos do progresso social foi marcado com o seu selo. Isso é particularmente evidente actualmente, numa altura em que a humanidade progressista celebra o 60.º aniversário da Grande Revolução e em que se revela em toda a sua plenitude o significado histórico mundial para os destinos do conjunto da instauração do poder dos Sovietes do movimento revolucionário.

No decurso dos 60 anos passados desde a Revolução de Outubro, os povos árabes beneficiaram e continuam a beneficiar de um apoio constante por parte do primeiro Estado socialista do mundo. A União Soviética desempenhou o papel decisivo

na fracasso da agressão imperialista sionista contra o Egipto em 1956 e opôs-se firmemente à agressão israelita de 1967 apoiada pelo imperialismo americano. A União Soviética tomou uma posição firme e clara durante

corresponde aos interesses do povo palestiniano e dos outros povos árabes, aos interesses gerais da paz no Próximo-Oriente assim como no mundo inteiro. A União Soviética é a principal força do processo

a guerra civil do Líbano, desencadeada na sequência da conspiração imperialista sionista, onde estiveram implicadas as forças de direita e reaccionárias do Líbano e dos outros países árabes. Tratava-se de uma posição de apoio e solidariedade com as forças patrióticas e progressistas, com o movimento palestiniano de resistência que alguns desejariam aniquilar para agradar aos imperialistas americanos e aos agressores israelitas, para abrir o caminho a uma solução de capitulação da crise do Próximo-Oriente.

A União Soviética rejeita vigorosamente a "solução" nas condições propostas pelos Estados Unidos, profundamente contrária às aspirações dos povos árabes, sobretudo do povo árabe da Palestina. O imperialismo americano entrega-se a manobras e aventuras para entrar uma solução justa no Próximo-Oriente. Apoiar os extremistas israelitas, encorajando-os a aplicar uma linha ainda mais dura e a praticar actos de agressão no sul do Líbano. Trata-se de uma séria ameaça tanto para a soberania do nosso país e para a integridade do seu território como para a própria existência da resistência palestina. Na situação criada na nossa região, as propostas formuladas por L. Brejnev por ocasião do XVI Congresso dos Sindicatos Soviéticos constituem um programa verdadeiramente realista de solução que

revolucionário mundial que exerce uma influência crescente na marcha dos acontecimentos no mundo. É por esse motivo que é objecto dos principais ataques dos imperialistas e dos reaccionários. O anti-sovietismo é em efeito a forma mais declarada e mais cínica de raiva contra a causa da libertação e do progresso social dos povos. As manifestações de anti-sovietismo não são raras, infelizmente, no mundo árabe. O aparelho de propaganda da Arábia Saudita e os meios reaccionários no Egipto e noutros países árabes esforçam-se por apresentar à União Soviética como uma "superpotência" que só procura atingir os seus próprios objectivos. É assim que os reaccionários tentam deformar a natureza de classe do Estado dos operários e dos camponeses e a sua política internacional de paz, de apoio à luta dos povos pela libertação do colonialismo, da dependência económica e política, da discriminação racial, à luta dos povos pelo progresso social e pelo socialismo.

esperados. Mais ainda, essas forças encontravam-se num verdadeiro impasse e tornaram-se vítimas da chantagem política dos imperialistas e dos sionistas. Pode afirmar-se com toda a certeza que a política de anti-sovietismo suscita no mundo árabe a condenação das amplas massas populares que vêem que as relações de uma longa e sólida amizade com a União Soviética, os outros países da comunidade socialista e todas as forças progressistas da terra são inteiramente conformes aos seus interesses vitais. Esta convicção é partilhada pelos comunistas e pelos não comunistas, os patriotas, os democratas, os nacionalistas progressistas.

Festejamos o 60.º aniversário do Grande Outubro com a maior consideração. O Comité Central do nosso Partido tomou uma decisão especial sobre a elaboração e a realização de um vasto programa de medidas culturais e de festividades consagradas a este acontecimento, apesar da grave situação no Líbano. Regozijamo-nos pelo facto de os preparativos para a celebração deste aniversário terem coincidido com a discussão do projecto da nova Constituição da URSS, a qual é uma arma ideológica, de propaganda e política, nas mãos de todos os comunistas do mundo, na medida em que é uma encarnação dos princípios que eles se propõem realizar. Este documento reflecte uma democracia completa e verdadeira, o socialismo desenvolvido, profundamente diferente da democracia burguesa formal que permite mascarar a violação da liberdade pessoal e da liberdade do povo, justificar os crimes, a discriminação e o genocídio. Estamos convencidos de que mais tarde ou mais cedo, os princípios da democracia socialista serão realidade em todo o lado graças à luta das forças revolucionárias.

Existem forças que consideram as relações do seu país com a União Soviética unicamente como meio que lhes permite "jogar" nas contradições internacionais. Um tal "jogo" é muito perigoso, e vemos os seus resultados negativos no Próximo-Oriente, onde as concessões ao imperialismo e a deterioração das relações com a URSS não conduziram aos resultados

que os reaccionários tentam deformar a natureza de classe do Estado dos operários e dos camponeses e a sua política internacional de paz, de apoio à luta dos povos pela libertação do colonialismo, da dependência económica e política, da discriminação racial, à luta dos povos pelo progresso social e pelo socialismo.

Existem forças que consideram as relações do seu país com a União Soviética unicamente como meio que lhes permite "jogar" nas contradições internacionais. Um tal "jogo" é muito perigoso, e vemos os seus resultados negativos no Próximo-Oriente, onde as concessões ao imperialismo e a deterioração das relações com a URSS não conduziram aos resultados

URSS: OS FRUTOS DA REVOLUÇÃO NO CAMPO

A Reforma Agrária é um dos elementos fundamentais de qualquer processo revolucionário, um dos elementos fundamentais sempre que se abre a perspectiva palpável da construção do socialismo. Essa é a verdade em Portugal, como em todas as outras partes do mundo. Sabem-no as forças progressistas, como o sabe a direita, a reacção. Por isso, os mesmos que hoje se lançam numa ofensiva contra uma das maiores conquistas revolucionárias do povo português, esforçam-se por caluniar os êxitos do socialismo no campo da agricultura. Não com dados, porque tais dados se voltariam contra eles, mas com a sua falsificação (em que são mestres, como sobejamente temos experiência no nosso país), e, sobretudo, substituindo-os por paleio ocioso e injurioso.

o primeiro lugar, a nível mundial, pelo aumento absoluto do produto agro-pecuário anual. Isto demonstra que a combinação do progresso científico-técnico com as vantagens do socialismo encerra enormes possibilidades para o desenvolvimento das forças produtivas da agricultura. Os grandes progressos na agricultura, nomeadamente na produção de cereais (a evolução dos rendimentos cereíferos sofreu um salto qualitativo, passando de 10,2 qm/ha em 1961-65, para 15,6 qm/ha no quinquénio seguinte) e na pecuária, permitiu melhorar a dieta alimentar da população. O consumo anual, por pessoa, de alimentos derivados da pecuária, variou, entre 1954 e 1974, desta forma: leite e seus derivados, de 283 a 312 Kg; carne, de 38 a 55 Kg; ovos, de 113 a 205 unidades.

trabalhadores, de todo o povo. Assim, um dos resultados mais importantes do decénio que se seguiu à reunião plenária do CC do PCUS de 1965, são as grandes mudanças verificadas no desenvolvimento social no campo. Nesse período de tempo, melhorou sensivelmente o nível de vida dos trabalhadores agrícolas. A retribuição mensal média dos trabalhadores dos kolхозs aumentou duas vezes e a dos sovkoses, 1,8 vezes. Este crescente aumento do bem-estar dos trabalhadores agrícolas, reflecte-se particularmente na procura de artigos não-alimentares (que como se sabe consome a parte de leão dos salários dos trabalhadores portugueses), e de bens duráveis: televisores, rádios, pianos, frigoríficos, motorizadas, automóveis, etc. Os trabalhadores agrícolas utilizam cada vez mais serviços públicos e estabelecimentos comerciais rurais, que estão em continua expansão.

O que aliás se nota também no que respeita à habitação. Aumenta progressivamente o número de casas confortáveis, perfeitamente idóneas às das cidades e de povoações urbanizadas, com todo o tipo de serviços comunais: creches, jardins, casas de cultura, zona comercial, cinemas, teatros, assistência médica-hospitalar, escolas, etc. No último decénio foram construídos no campo 353 milhões de metros quadrados de habitação. O que significa que um terço das famílias rurais se mudou para novas casas, mais confortáveis.

Parece-nos pois o momento oportuno de falarmos novamente um pouco da agricultura na URSS, com dados concretos e actuals, pois é uma tese fundamental do marxismo-leninismo que a prática é o único critério da verdade. E a prática dos campos soviéticos corresponde integralmente aos planos, aceites e debatidos por todo o povo. O que não excusou deficiências, erros e atrasos, mas se concretiza numa linha de acção e em resultados inegáveis.

A reunião plenária do CC do PCUS de 1965 determinou um grande impulso no desenvolvimento agrícola do país dos soviéticos. Cresce de uma forma nítida a eficiência da produção agro-pecuária. No decurso do oitavo e do nono plano quinquenais a produtividade do trabalho nos kolхозs e sovkoses, aumentou de 1,5 vezes em relação aos anos de 1961-1965. No último decénio, a União Soviética ocupou

Assim, um dos resultados mais importantes do decénio que se seguiu à reunião plenária do CC do PCUS de 1965, são as grandes mudanças verificadas no desenvolvimento social no campo. Nesse período de tempo, melhorou sensivelmente o nível de vida dos trabalhadores agrícolas. A retribuição mensal média dos trabalhadores dos kolхозs aumentou duas vezes e a dos sovkoses, 1,8 vezes. Este crescente aumento do bem-estar dos trabalhadores agrícolas, reflecte-se particularmente na procura de artigos não-alimentares (que como se sabe consome a parte de leão dos salários dos trabalhadores portugueses), e de bens duráveis: televisores, rádios, pianos, frigoríficos, motorizadas, automóveis, etc. Os trabalhadores agrícolas utilizam cada vez mais serviços públicos e estabelecimentos comerciais rurais, que estão em continua expansão.

Assim, um dos resultados mais importantes do decénio que se seguiu à reunião plenária do CC do PCUS de 1965, são as grandes mudanças verificadas no desenvolvimento social no campo. Nesse período de tempo, melhorou sensivelmente o nível de vida dos trabalhadores agrícolas. A retribuição mensal média dos trabalhadores dos kolхозs aumentou duas vezes e a dos sovkoses, 1,8 vezes. Este crescente aumento do bem-estar dos trabalhadores agrícolas, reflecte-se particularmente na procura de artigos não-alimentares (que como se sabe consome a parte de leão dos salários dos trabalhadores portugueses), e de bens duráveis: televisores, rádios, pianos, frigoríficos, motorizadas, automóveis, etc. Os trabalhadores agrícolas utilizam cada vez mais serviços públicos e estabelecimentos comerciais rurais, que estão em continua expansão.

SEMANA INTERNACIONAL

No Brasil

A LUTA PELA LIBERDADE NÃO É UM FOLHETIM

O coronel Erasmo Dias não tem talvez uma pala no olho, como o coronel Amâncio do folhetim. Se calhar não interveio pessoalmente na destruição de uma livraria, como na história da Gabriela. Mas este coronel real de que falamos, e que é o chefe da segurança de São Paulo foi, no outro dia, dar um murro na mesa do director da "Folha de São Paulo", Octávio Frias. Este, admitindo não ter vocação para herói, resolveu que o jornal que dirige, e que se distinguiu de certo modo pela sua atitude crítica em relação ao governo, deixasse de "dar opinião". Estas cenas seguiram-se à prisão de um dos jornalistas e às acusações que os meios governantes fascistas do Brasil fizeram aos profissionais da informação, apodando-os de subversivos. Isto foi mais um episódio de uma negra história.

Entretanto há quem tenha vocação para herói ou, pelo menos, se veja na obrigação de resistir. E foi o que se passou na Universidade de São Paulo, onde mais de 1500 estudantes se concentraram resolvidos, face à proibição da polícia, a ir para a frente com a realização do Terceiro Encontro Nacional de Estudantes. A polícia invadiu a Universidade e prendeu de uma vez 176 estudantes. Enquanto o governo dizia "estar interessado no diálogo" e o Exército afirmava que se não tratava de um endurecimento das autoridades, mais de mil pessoas foram presas, além dos estudantes já referidos, numa feroz demonstração de força. Mortos e feridos? Apenas se sabe que centenas de pessoas receberam tratamento hospitalar, já que a Rádio foi proibida de noticiar os acontecimentos.

Enquanto se agrava a situação económica do Brasil, cujo défice comercial em relação aos Estados Unidos ultrapassa os 4 mil milhões de dólares em apenas três anos, resultado da «ajuda desinteressada» do imperialismo norte-americano que embolsou, apenas no ano passado, lucros que atingem os 2,3 mil milhões de dólares extraídos ao trabalho produtivo das populações dos Estados sul-americanos, enquanto continuam a morrer sob a tortura fascista os democratas e os pobres, o povo brasileiro continua a resistir e a lutar pela sua liberdade.

São diversos os sectores onde se podem recolher sinais de resistência e de luta. A hierarquia católica protesta e denuncia os crimes diariamente praticados. O bispo Tomás Balduino denunciou há dias o assassinio de um jovem delinquente, que a polícia torturou até à morte. O jovem, de 17 anos, que roubara uma quantia de cerca de 1800 escudos era apenas um entre os 25 milhões de menores abandonados à sua sorte neste país de «milagre económico».

O arcebispo Arns, de São Paulo, protestou contra as medidas que o governo brasileiro toma contra a liberdade de imprensa, medidas terroristas que mais não visam que ocultar os próprios crimes das autoridades fascistas.

Os estudantes continuam a sua luta. Os coronéis tremem e consideram que se estão a lançar as bases para intentar o derrubamento do governo brasileiro.

Paulo Egídio, governador do Estado de São Paulo, mais o coronel Erasmo Dias, o da «segurança», clamam que «os estudantes, o Partido Comunista e a Igreja Católica estão entregues a uma escalada de subversão no Brasil».

Isto não é um folhetim, passado no remanso de uma pequena cidade. É que no Brasil a vontade de mudança ganha cada vez mais camadas da população, farta de repressão, de promessas e de prisão.

ARISMENDI DENUNCIA SITUAÇÃO PRISIONAL DE DEPUTADOS URUGUAIOS

O camarada Rodney Arismendi, primeiro-secretário do Partido Comunista do Uruguai e membro da Câmara de deputados do Uruguai desde Julho de 1945 até ao sangrento golpe de Estado de Junho de 1973 dirigiu ao Presidente da Comissão Especial sobre a Violação dos Direitos do Homem dos Parlamentares uma exposição em que denuncia a repressão e a arbitrariedade que o regime opressivo de Montevideo exerce sobre o Povo uruguaio e, nomeadamente, sobre diversos parlamentares que esse mesmo povo, em eleições democráticas, livremente elegeu.

Na sua carta de denúncia, o camarada Rodney Arismendi foca particularmente o caso dos parlamentares Vladimir

Turianski, Gerardo Cuestas, Alberto Altosor e Rosário Pietrarroia, cujas condições de prisão o secretário-geral do PCU classifica como terríveis.

Noutra missiva endereçada à mesma entidade, o camarada Rodney Arismendi exprime o seu reconhecimento pelas diligências efectuadas pela mesma organização para a defesa dos deputados José Luís Massera e Jaime Perez, presos e ferozmente torturados pela ditadura uruguaia. O camarada Arismendi apela ainda para que a referida Comissão designe uma missão, a fim de que esta possa visitar os deputados detidos e conseguir as condições indispensáveis para a sua legítima defesa e libertação.

Agostinho Neto em Moscovo

EXISTE UMA FIRME AMIZADE ENTRE ANGOLA E A URSS

"Nós, os soviéticos, queremos sinceramente que Angola seja um Estado independente, forte e próspero e desejamos ao povo angolano novas vitórias no fortalecimento da independência do seu país, na construção de uma vida livre" — afirmou Leonid Brejnev na recepção ao presidente da República Popular de Angola, Agostinho Neto, que recentemente visitou a União Soviética.

Nos dois dias que esteve naquele país, o presidente da RPA teve encontros com Leonid Brejnev e Alexei Kossyguine, respectivamente presidente e primeiro-ministro e ambos membros do Politburo do PCUS.

Durante a visita e tendo sido dada especial atenção à situação em África, "foram discutidos os problemas mais importantes da situação internacional", como informou a agência Tass, que salienta terem as duas partes condenado "resolutamente a interferência de forças imperialistas e de outras forças reacçãoárias nos assuntos internos dos Estados africanos e as suas tentativas para criarem novos motivos de tensão no continente africano".

O presidente Agostinho Neto e os dirigentes soviéticos decidiram ainda, na sequência do Tratado de Amizade e Cooperação entre os dois países assinado no ano passado, criar agora uma

comissão soviético-angolana para a cooperação económica, comercial e técnica e ainda proceder à troca de visitas de delegações partidárias e governamentais.

No encontro entre os dirigentes de Angola e da URSS foi reafirmado o curso imutável da política daqueles dois países no que se destina a apoiar a luta dos povos do Zimbabué e da Namíbia pelo seu direito legítimo à independência e contra o racismo e o apartheid na África Austral.

Durante o almoço de homenagem que lhe foi oferecido no Kremlin, Agostinho Neto salientou no discurso proferido que o seu país tudo faria para repelir o perigo no Sul e impedir os racistas de obterem armas nucleares.

"O caminho da vitória — acrescentou — será longo, mas a amizade entre os nossos dois países é segura

e estamos convencidos de que ela está a contribuir dignamente para o permanente e sucessivo desenvolvimento da nossa revolução."

rem firmemente contra o imperialismo, por um futuro radioso".

ARMAMENTO CAPTURADO

No Sul de Angola, na província do Cunene, foram capturadas mais de 30 toneladas de munições, obuses e canhões chineses e ainda material militar de outros países, nomeadamente lança-granadas foguetes, segundo anunciou o MPLA.

A propósito desta captura, um dos dirigentes do MPLA, Lúcio Lara, afirmou que "isto constitui uma prova flagrante de que a África do Sul não mudou a sua política em relação a Angola".

Lúcio Lara informou igualmente que a África do Sul viola diariamente o território angolano com os seus blindados.

"Mas há também — acrescentou — fanteques de toda a espécie, traidores angolanos, mercenários, que se servem das armas do imperialismo internacional, fornecidas pela África do Sul, para virem destruir o nosso trabalho."

MEDALHA AMÍLCAR CABRAL

A medalha "Amílcar Cabral", distinção máxima da República da Guiné-Bissau, foi atribuída ao presidente da República Popular de Angola, Agostinho Neto.

A entrega da condecoração foi feita por Luís Cabral, irmão do dirigente guineense assassinado pelos colonialistas portugueses, presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau e secretário-adjunto do PAIGC, quando recentemente se deslocou a Luanda em visita oficial.

No acto da entrega, o presidente Agostinho Neto, ao agradecer a distinção, sublinhou que "ela pertencera a todo o povo angolano, que lutou corajosamente contra o colonialismo e o imperialismo", sublinhando seguidamente a "determinação dos povos dos dois países de luta-

Espanha

UMA JÁ LONGA CRISE

Crise em Espanha, dizem os jornais. E dão muitos elementos para que possamos formar uma ideia da crise que parece ter, de facto, ganho o país vizinho. É fácil verificar-se, porém, que essa crise não é de hoje, nem é uma crise que possa resolver-se facilmente com reajustamentos ministeriais ou com medidas económicas de conjuntura.

É ainda a crise que traz consigo as graves sequelas do franquismo e dos problemas não resolvidos pela liberalização pós-franquista e pela institucionalização de um aparelho de estado que não conseguiu enterrar completamente o velho aparelho fascista que era o suporte dos monopólios e da exploração. É fácil verificar-se, também, que as novas condições de vida democrática formal dão novo alento às forças progressistas e às organizações dos trabalhadores decididos a aprofundar as suas lutas. É fácil verificar-se, também, que as novas condições não servem para os mais desenfreados exploradores, para os reacçãoários mais enraivecidos que ainda conservam intacta grande parte da sua força e influência política.

Um pequeno exemplo da luta que opõe a democracia e as forças que contra ela batalham foi dada pelos acontecimentos que conduziram à greve dos jornais de Barcelona, durante a semana passada. Os jornais daquela cidade catalã tinham publicado um editorial conjunto denunciando a campanha da extrema-direita, presente em ameaças, divulgação de símbolos nazis, num recurso ao arsenal já provado no Chile e reeditado em todas as partes do mundo, naquelas onde a reacção teme perder os privilégios. Uma bomba, entretanto, destruiu as instalações de uma revista catalã, matando uma pessoa e ferindo uma dezena de outras.

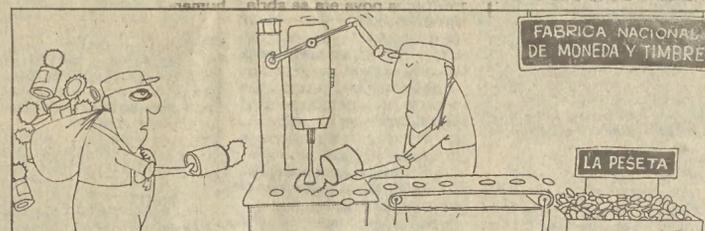
A campanha reacçãoária amplia a luta das massas que pretendem defender o seu poder de compra e desencadeiam greves e paralisações — citamos a paralisação de duas horas que os ferroviários levaram a efeito por um aumento salarial que compense a inflação, cuja taxa ronda os 30 por cento — o terrorismo declarado de direita ou mascaradamente de "esquerda" faz estalar as bombas; um oficial da polícia é assassinado a tiro. Logo no entanto e enquanto três (!) organizações de "esquerda" reivindicam o crime, as lamurias vezes dos

dos trabalhadores, tal como se prevê, já que uma comissão interministerial propôs recentemente ao governo o abandono do controlo sobre os preços de produtos e serviços essenciais. Por outro lado, a desvalorização da peseta, em 5 por cento, anunciada por uma revista americana (...), nada de bom augura.

Para dar força aos argumentos da reacção e enquanto se desenvolve

fascistas exigem "justiça"..., clamam pela entrega do poder ao exército, gritam «abaixo o governo» e cantam. Cantam o hino fascista.

O governo, entretanto, mau grado as pressões da direita — e uma delas foi a recente demissão de um ministro que não estava de acordo que as Cortes fiscalizassem a acção do executivo — vai continuando o seu caminho de compromisso, percurso difícil que é marcado, de quando em



a campanha de ataques ao vice-primeiro-ministro, coronel Mellado, pretende extrair do facto de este ser membro do Conselho de Estado, a conclusão de que a função das Forças Armadas transcende a esfera puramente militar. Não é difícil adivinhar a função que o general Sanchez gostaria que os militares espanhóis tivessem... ou retomassem.

São variadas as frentes em que a reacção ataca. O periclitante governo de Suarez vê-se envolvido nas acusações que contra ele desferem os dirigentes de grandes empresas e bancos. Não lhes agrada as medidas políticas, ainda que tímidas, que o Governo se vê obrigado a tomar sob a pressão da luta das massas. E, se dizemos tímidas, é que o aumento do salário mínimo conseguido fica dependente de toda uma série de medidas económicas que podem agravar o nível de vida

quando, por cedências a aspirações verdadeiras dos povos de Espanha. O recente reconhecimento da autonomia da Catalunha e as conversações iniciadas visando o reconhecimento da autonomia basca, são vitórias da luta dos povos respectivos. E colocam o governo, de novo, sob a fúria dos seus inimigos ultras.

De facto há uma crise em Espanha. Que só poderá ser resolvida completamente a favor do povo e com ele. Que só poderá resolver-se com os trabalhadores, esses, que têm esperança no futuro. E que lutam por ele.

O MILITARISMO E O «TERCEIRO MUNDO»

Políticos, militares e homens de negócios de certos meios ocidentais procuram cada vez mais sabotar e torpedear o processo do desarmamento, que assume perante os povos a garantia da paz e segurança. Ao esquivarem-se a cumprir os compromissos concretos de limitação da corrida armamentista, esses meios ocidentais apresentam as suas razões de tal modo, que todos ficam convencidos que uma "tremenda ameaça comunista" afecta os povos do mundo inteiro. Mas quais são, de facto as razões concretas de tal orientação?

Em primeiro lugar, semelhante política favorece, antes de mais, o complexo bélico-industrial dos Estados da NATO e particularmente dos EUA. Os recursos deste ávido e cruel "Mister CIB" parecem ser bastante folgados, se tivermos em conta certos dados referentes às forças armadas norte-americanas.

Assim, segundo os dados oficiais, no ano fiscal de 1978, está planeado investir em armamento e equipamento de guerra para as tropas norte-americanas, 35 mil e 900 milhões de dólares. A esta soma há que juntar os 10 mil e 700 milhões de dólares

planificados para comprar armamentos estratégicos. Para o ano fiscal de 1979, segundo o "Cristian Science Monitor", os gastos de Washington nesses armamentos atingirão os 14 mil e 600 milhões de dólares.

Através destes números poder-se-á fazer uma ideia mais completa comparando com os orçamentos nacionais de alguns países da América Latina. No Brasil, por exemplo, atinge cerca de 34 mil milhões de dólares, na Venezuela 9 mil milhões, na Colúmbia 3 mil e 200 milhões de dólares, etc.

Ao fornecer material militar aos países em vias de desenvolvimento, o complexo bélico-industrial dos EUA incentiva também neles a corrida armamentista. Com este objectivo, recorre-se à participação daqueles países nos blocos militares, tratados bilaterais e outros métodos que o "grande negócio" tem vindo a aplicar tradicionalmente.

É assim, que por exemplo, a América Latina, sem ter participado nos últimos decénios em guerras, se converteu num dos "compradores mais activos e consideráveis de armas no Terceiro Mundo", segundo as próprias palavras da Agência Associated Press.

O desemprego entre os jovens nos países capitalistas

A imprensa burguesa faz declarações amargas. Segundo "Le Point" parisiense, a crise económica transforma-se num pesadelo interminável. O "New York Times" anuncia que «os índices do desemprego no Mercado Comum atingiram o nível da crise dos anos 30». A situação nos Estados Unidos não é melhor. Segundo o mesmo jornal, existem no país 7 milhões e 100 mil desempregados, ou seja, 7,5 por cento da mão-de-obra nacional (segundo outros cálculos efectuados, também na América, existem cerca de 8 milhões de desempregados, ou seja, 8 por cento da população activa. Entre estes, 2 milhões e 100 mil são jovens.

Mas as estatísticas oficiais reflectem somente de um modo parcial o desemprego que se verifica entre os jovens no Ocidente. Em vários países do Mercado Comum, o número dos desempregados com menos de 25 anos à procura de emprego duplicou em relação a 1973 e constitui actualmente um terço de todos os desempregados (cinco milhões de pessoas). Nos nove países onde a mão-de-obra é superior a 105 milhões de pessoas, o desemprego atinge cerca de 4,75 por cento, mas entre os 15 milhões de jovens (dos 16 aos 25 anos) há cerca de um milhão e 700 mil desempregados, o que equivale a 11 por cento.

O desemprego entre os jovens é um grave problema da realidade capitalista. Os prognósticos neste domínio são dos mais pessimistas. Bernard Mariaux, colaborador do Commissariato Geral francês para a planificação, diz que, em relação ao número de empregos, o seu país não alcançará o nível de 1973 antes de 1980. Também um futuro difícil se prevê para os jovens na RFA, na Grã-Bretanha e na Itália. O número de empregos diminui nestes países, enquanto que aumentou o número de jovens que procuram trabalho. Segundo as conclusões de uma análise efectuada pela Comissão das Comunidades Europeias em Bruxelas, até 1980 o número de pessoas à procura de trabalho nos nove países do Mercado Comum, aumentará em dois milhões. Para satisfazer todas as procuras, declarava a Comissão na sua análise, seria necessário aumentar de 7 a 8 por cento o número de postos de trabalho antes de 1980. Mas como o reconhecem os economistas burgueses, não se pode esperar que se realize este crescimento.

Dinamarca: social-democracia e discriminação da mulher

Foi despedida de uma das fábricas da Dinamarca uma operária que, devido à doença de um filho pequeno, fora forçada a ficar em casa durante alguns dias. Na Dinamarca, a legislação não prevê o pagamento em caso de doença dos filhos. Se uma mulher ficar em casa durante três a quatro dias para tratar do filho doente, corre o risco de perder o emprego. Se adoecer ela própria, recebe apenas 19 por cento do salário, independentemente da antiguidade.

Os saudosos de Auschwitz

Ai estão eles de novo, a aparecerem descaradamente à luz do dia, os nazis, os que assassinaram milhões de pessoas pelo único crime de serem de uma raça diferente. Na Alemanha conosco, ou melhor, com o Partido Socialista e com os interesses de todos os monopolistas, um grupo de uma dezena de jovens oficiais procedeu recentemente, na Escola Superior Militar de Munique à cremação simbólica dos judeus.

A direcção da Escola refere num relatório sobre o acontecimento que "já ia adiantada a noite, quando, depois de consumidas apreciáveis quantidades de bebidas alcoólicas, alguns dos participantes entoaram hinos nazis. A seguir, atearam uma fogueira e queimaram pedaços de papel onde tinham escrito a palavra "judeu", operação que alguns deles baptizaram de "cremação simbólica de judeus".

Prometem, estes jovens oficiais do exército germânico, saudosos de todos os "Auschwitz" que só a loucura de alguns dos seus antepassados tornou possível. Nessa altura a humanidade conseguiu esmagar vermes. Hoje, não os deixará sair do ovo.



Os mais pobres é que pagam

Segundo a comissão económica do Congresso norte-americano, o resultado da política económica do governo, «destinada a conter a inflação», tem sido a redução da produção e o aumento do desemprego.

O desemprego atinge economicamente os grupos mais fracos, originando 18 por cento de desempregados entre os jovens brancos e 40 por cento entre os jovens negros.

O relatório apresenta uma visão pessimista do actual estado da economia norte-americana: estagnação na última metade de 1977, com poucas ou nenhuma melhoras no desemprego, este ano e no próximo com a inflação a aumentar.

Em resumo, a comissão económica do Congresso acusou o governo de ter feito recuar o peso da inflação nos pobres, nas minorias, nos jovens e nos velhos, consideradas as «principais vítimas» num relatório daquele órgão norte-americano.

SUBORNO & COCA-COLA

Em Portugal, por enquanto, a Coca-Cola dá mais que falar que de beber. E é natural que assim seja, dada a também natural desconfiança popular por essa mezinha imperialista. A Coca-Cola vende receitas e licenças no estrangeiro, para que os povos tenham a «felicidade» de provar o líquido sabor da vida americana. Nos Estados Unidos é só embolsar os lucros desta vasta operação. Mas, para provar a sua «generosidade», os responsáveis desta multinacional não deixam de distribuir alguns milhões de dólares em subornos pelo mundo fora. E, curiosamente, é o próprio presidente mundial da Coca-Cola quem admitiu esta prática, natural, ao que parece, em várias

multinacionais que subornam dirigentes de empresas e mesmo governantes dos países que se sucumbem à exploração.

A preferência pelos governantes, que esta e outras multinacionais manifestam, é de sublinhar. Com efeito são eles os melhores interlocutores, aqueles que melhores garantias dão para que os produtos do imperialismo se implantem pelo mundo fora, através dos países dependentes e politicamente e economicamente fracos. Mas como é verdade que os negócios não se resumem aos líquidos açucarados, também a «Exxon», outra companhia norte-americana, confirmou ter distribuído subornos no valor de mais de 56

milhões de dólares, enquanto todos se lembram da «Lockheed» que gastou 38 milhões em pagamentos ilegais. E a lista não ficaria por aqui. Nem as declarações de boa intenção que se observam da parte dos chefes das grandes empresas multinacionais garantem que estas operações de suborno não continuem.

O suborno, prática imoral e corrupta, é inerente ao próprio sistema comercial capitalista, dirigido por homens que, como o sistema, não pensam senão nos lucros que podem tirar do que se produz, seja a mercadoria o material de guerra ou a bebida doce, o petróleo ou os aviões.

A imoralidade faz parte da vida e da sobrevivência do sistema capitalista. Os



escândalos que rebentam, cada vez com mais frequência, vêm provar a sua permanência; mas provam também a vontade dos povos subjugados em expulsar a corrupção e, enfim, em acabar de uma vez por todas com os corruptos e o sistema que os alimenta.

José Magro, no regresso de Cuba:

UMA DEMOCRACIA MIL VEZES MAIS DEMOCRÁTICA QUE A DEMOCRACIA BURGUESA

O camarada José Magro, membro do Comité Central do PCP, dirigiu a delegação que, em Cuba, representou o nosso Partido no I Congresso dos CDRs, conforme já noticiámos. Não quisemos deixar de trocar com ele algumas impressões a fim de darmos aos nossos leitores uma ideia de tão importante acontecimento político e social para Cuba e para o povo cubano.

Começou por nos dizer: — Fomos muito bem recebidos, fraternamente, calorosamente, nos nossos contactos com o povo cubano, com as massas, com o Partido Comunista de Cuba, com os dirigentes nacionais dos CDRs, com as bases dos CDRs. Trocámos também impressões com delegados estrangeiros presentes, nomeadamente de Angola e Moçambique, entre outros. Uma ideia do modo como fomos recebidos é que, por exemplo, nos foi possível fazer um comício num bairro de Havana, em que participaram cerca de três mil pessoas.

Não ficaram por aqui os contactos que tivemos. Além de uma extensa entrevista concedida à Prensa Latina, a nossa delegação visitou alguns CDRs locais, fizemos as perguntas que quisemos e obtivemos esclarecimentos interessantes. Visitámos também a brigada



varreu, que acabou com os monopólios no decurso da Revolução. E o facto de ser o PCP o convidado é que há o conhecimento de que o Partido é o único grande partido nacional que

desfaz o equívoco que às vezes aparece. Os CDRs não são milícias populares; há milícias em Cuba, é claro, mas os CDRs são organizações democráticas da população. Encontrámos

— E como surgiram? — Foi já há 18 anos, em 28 de Setembro de 1959 que, num discurso proferido na Praça da Revolução, Fidel levantou a ideia de se organizar a defesa e a vigilância da Revolução. A defesa do país e das suas conquistas continua hoje a ser o objectivo dos CDRs.

O próprio Fidel, falando há pouco perante um milhão de cubanos, num comício, disse: «Nessa altura não podíamos ter uma ideia do que viriam a ser os CDRs». E de facto hoje, numa população de 10 milhões de habitantes, estas organizações enquadram cerca de 5 milhões que participam activamente na vida democrática dos CDRs. Os CDRs são a forma específica encontrada pela Revolução Cubana de organização popular.

— O que é mais impressionante — continuou o camarada José Magro — foi constatar a grande unidade e organização dos CDRs, em que participam pessoas de todas as idades — dos 15 anos até aos com mais de 60; todas as camadas sociais estão representadas. Outro aspecto é o da unidade entre os dirigentes e as massas, tanto no CDR como no Partido.

— E sobre a participação no Congresso?

— Participaram na sua preparação mais de 4 milhões de cubanos, o que demonstra bem a característica democrática do próprio Congresso e de toda a vida cubana. Os objectivos do Congresso dos CDRs, amplamente alcançados, eram dar nova vida política às organizações, de encontrar uma linha mais segura, de estabelecer uma ligação mais firme entre os CDRs e o Estado.

As intervenções eram muito livres, durante as intervenções críticas foram feitas, críticas sérias a aspectos ainda deficientes da vida cubana, na frente dos dirigentes nacionais. Em resumo, uma democracia mil vezes mais democrática que qualquer democracia burguesa.

Foi ainda impressionante o entusiasmo que ainda se mantém, tanto nos jovens como nos velhos, entusiasmo pela Revolução e pela sua defesa. Um outro



Cada um ocupará o seu lugar na defesa dos interesses da comunidade

portuguesa que se encontra em Cuba, composta por 30 homens e mulheres, que é considerada pelos cubanos como a brigada internacional de trabalho e apoio mais unida e mais capaz.

Aqui, perguntámos: Sabemos, camarada, que Portugal foi o único país da Europa capitalista a ser convidado a representar-se no Congresso. E que o PCP foi a única organização portuguesa que foi escolhida pelos cubanos para representar o nosso país. Porquê Portugal, porque o Partido?

— Interpretamos este facto como sendo Portugal o país europeu, na Europa dos monopólios, o único que

defendeu as conquistas da Revolução, que defende a Constituição.

O QUE SÃO OS CDRs?

Voltando aos CDRs. Muita gente, menos atenta às realidades do estrangeiro e às conquistas democráticas dos outros povos não sabe do que se trata. Alguns conhecem mesmo o que querem dizer essas três letras — Comités de Defesa da Revolução. Mas atribuí-lhes funções que não são as suas. O que são pois os CDRs, como surgiram, qual o seu papel na sociedade cubana de hoje?

— Primeiro é preciso

uma certa afinidade entre elas e as organizações populares de base que existem no nosso país, como as Assembleias



Uma das actividades sociais que mais interessa ao povo é a cultural. Os coros são uma prova palpável disso

e Comissões de Moradores. A outro nível, claro, pois em Cuba se trata de organizações já institucionalizadas e que adquiriram ao longo do tempo uma importância cada vez maior.

aspecto ainda, que verificámos, foi o alto nível do espírito internacionalista do povo cubano e dos seus dirigentes, sendo uma das mais sentidas manifestações o apoio prestado a Angola.

JORNALISTAS CHECOS EM PORTUGAL

A convite do CC do PCP, encontra-se de visita a Portugal uma delegação de estudo do Partido Comunista da Checoslováquia, composta por Z. Hofner, director adjunto do "Rudé Právo", órgão central do PCC, A. Bak, do jornal "Pravda", órgão central do PC Eslovaco e R. Rostka, redactor chefe da revista de economia

"Hospodárské Noviny". A visita da delegação do CC do PC da Checoslováquia tem em vista um melhor conhecimento da realidade portuguesa e da actividade do PCP, através de contactos com o PCP a diferentes níveis e deslocações a vários pontos do País.

CAMARADAS FALECIDOS

EDUARDO JOSÉ COELHO

Faleceu no passado dia 25 de Setembro, vítima de doença súbita, o camarada Eduardo José Coelho, de 49 anos, casado, residente em Palmela.

Este militante comunista pertenceu, em 1975, à Comissão Concelhia de Palmela do PCP e desde Fevereiro deste ano que pertencia à Comissão de Freguesia da mesma vila.

VÍTOR DA CONCEIÇÃO BARATA

Faleceu recentemente o camarada Vítor da Conceição Barata, activista da Célula da Trefilaria, em Sacavém.

Na sua vida de militante lutou abnegadamente pelos ideais revolucionários e pela consolidação da democracia e das conquistas do 25 de Abril.

A família e camaradas dos comunistas falecidos o colectivo do "Avante!" apresenta sentidas pêsames.

DELEGAÇÕES DO PCP REGRESSAM DO ESTRANGEIRO

A convite do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), uma delegação de jornalistas comunistas visitou a RDA de 25 de Setembro a 2 de Outubro.

A delegação do PCP, chefiada pelo camarada Pedro Serra, da Direcção do Sector Intelectual de Lisboa, foi recebida em Berlim pelo camarada Heinz Geggel, membro do CC e responsável pelo Departamento de Agitação do CC do PSUA. Durante a sua estadia na RDA a delegação do PCP efectuou contactos com diversos responsáveis pelo trabalho de informação e propaganda do PSUA e realizou encontros com a chefia de redacção do "Neues Deutschland" e com os Comités Estatais da Rádio e Televisão da RDA.

A delegação do PCP visitou os distritos de Erfurt e Leipzig, onde visitou a Faculdade de Jornalismo da Universidade Karl Marx, sendo recebida pelo seu director, camarada Böttcher.

Da delegação fazia parte a nossa camarada de redacção Ligia Calapez.

Entretanto, também regressou a Lisboa Vítor Dias, colaborador do CC do PCP, que, a convite da Conferência Internacional "Socialismo no Mundo", participou de 26 a 30 de Setembro em Cavtat, Jugoslávia, numa mesa-redonda internacional sobre "socialismo e sistemas políticos" que reuniu dezenas de participantes de diversos países do mundo e de diversos sectores políticos e ideológicos.

O camarada Vítor Dias apresentou uma comunicação escrita intitulada "Liberdades democráticas e profundas transformações económicas e sociais no processo da revolução portuguesa" e no decurso dos debates efectuou uma intervenção oral sublinhando alguns aspectos centrais da actual situação em Portugal e sua repercussão no quadro da luta pela democracia e o socialismo na Europa capitalista.



Em 7 de Outubro de 1949, o povo alemão manifesta nas ruas a sua alegria: surge a República Democrática Alemã

RDA: 28 ANOS NA FRONTEIRA ENTRE SOCIALISMO E CAPITALISMO

No dia 7 de Outubro a RDA comemora o seu 28.º aniversário. Vinte e oito anos de construção do socialismo nas condições particularmente difíceis de permanente agressão ideológica e manobras provocatórias por parte da RFA e de Berlim Oeste.

Hoje, naturalmente, as condições são diferentes daquelas em que se lutou nos primeiros anos da existência da RDA, quando a ameaça de guerra era uma constante e os esforços do inimigo se orientavam no sentido da recuperação capitalista numa sociedade que dava os primeiros passos rumo ao socialismo. A correlação internacional de forças, que se tem desenvolvido de uma forma favorável às forças progressistas, o fortalecimento da comunidade socialista, em particular da URSS, que permitiram avanços no processo de desanuvamento e na política de coexistência pacífica, os fructos que correspondem à realidade de dois Estados alemães, o desenvolvimento do socialismo na RDA — tudo isso diminui o perigo de confrontos, força a propaganda da RFA e, de uma forma geral, a propaganda do imperialismo a mudar de tática.

Já não se trata de recuperação capitalista. O socialismo na RDA é irreversível. Já não se trata de avançar com armas e tropas pelo território da RDA, ainda que as esperanças não estejam mortas e se mantenham as teorias revanchistas. A comunidade socialista é uma realidade que não se pode ignorar, o que não transige em deixar amputar-se dos seus membros. Mas ainda que sob formas diferentes, a luta mantém-se árdua. Porque é árdua a batalha mundial de classes. Porque a RDA se localiza num centro decisivo dessa batalha: a fronteira entre o socialismo e o capitalismo, entre o Pacto de Varsóvia e a NATO, entre a ideologia do capital e a do proletariado. E também entre dois países que falam a mesma língua, que têm o mesmo passado histórico, com famílias divididas entre os seus territórios. E no entanto dois países diferentes, com sistemas sociais opostos. De um lado o expoente europeu do imperialismo. De outro a construção de uma sociedade dos trabalhadores para os trabalhadores.

Qual o conteúdo destes programas, da campanha ideológica dirigida contra o socialismo? Hoje é difícil falar dos "benefícios" do capitalismo. É difícil negar as vantagens do

órgãos de massa do capital a avançarem com a afirmação que o trabalho de turnos faz mal à saúde. E por aí fora. Tenta-se lançar dúvida quanto à política do Partido, quanto à estreita aliança com a União Soviética. Joga-se com as dificuldades de determinado momento, com os problemas ainda não resolvidos. Tenta-se alimentar e exarcebar se possível o espírito nacionalista de uma só Alemanha. Inventam-se calúnias com abundância. Fazem-se vaticínios falsos, por exemplo quanto a imagináveis aumentos de preços, sobretudo quando se registam aumentos nos produtos que a RDA tem que importar no mercado capitalista internacional.

RDA — UMA SÓLIDA POSIÇÃO DE CLASSE

A campanha ideológica do inimigo traz naturalmente problemas à RDA. Ontem mais do que hoje. Atendência actual é ter a RFA muito mais razões para se preocupar com a inflação, dentro das suas fronteiras, da construção do socialismo na RDA. Isto apesar de a RDA não ter os seus órgãos de massas especializados, como é o caso da RFA e de Berlim Oeste, na campanha ideológica. E muito menos, como é evidente, no recurso à inflação.



O internacionalismo da RDA: estudantes estrangeiros na Universidade Karl Marx, em Leipzig

PROVOCAÇÕES E CAMPANHA IDEOLÓGICA DO INIMIGO

A RFA, e ainda mais acenueadamente Berlim Oeste, constituem centros de provocação dirigidos contra a comunidade socialista, assumem mesmo um papel de direcção do movimento neofascista da Europa, desde a Inglaterra, à Itália, Bélgica, e outros países, com contactos com identícos movimentos nos Estados Unidos.

A provocação surge aos vários níveis. Como política sistemática dos órgãos de informação de massas. Como política da expressão do revanchismo em órgãos do poder. Através dos grupos neofascistas.

Assume também formas diversificadas. Dissomos, e justamente, que neste momento é um absurdo admitir a "reconquista" do território da RDA. Apesar disso, é permanente a propaganda em que se fala de uma só Alemanha, de um só país. As violações de fronteira são frequentes — mais de mil em 1976.

Estas são formas muito perigosas de provocação, que só a política consequente da RDA tem impedido de se transformarem no primeiro passo para uma nova guerra. Mas

socialismo. Os milhões de visitantes da RFA, sete a nove milhões em cada ano, que vão para casas das suas famílias na RDA, e que há alguns anos levavam consigo as batatas e alimentos diversos, hoje vão à RDA comprar os artigos de primeira necessidade, porque não mantêm a estabilidade de preços de ano para ano, um "luxo" inimaginável sob o capitalismo. Têm portanto alguma experiência do que é o socialismo. Também o povo da RDA sabe concretamente, pelo contacto com os seus familiares, que a inflação, o desemprego, entre outros factos, são características da sociedade capitalista.

O recurso é a teoria da "humanização" do socialismo. No quadro de tal "humanização", faz-se um trabalho de ingerência sistemática, que inclui apelos à acção contra-revolucionária.

A produtividade é uma peça fundamental na construção da sociedade socialista? Temos a rádio e TV da RFA e de Berlim Oeste a dizerem aos trabalhadores da RDA para não trabalharem tanto, atenuarem os ritmos de trabalho, enfim, não se esforçarem demasiado. A existência de fábricas com maquinaria muito desenvolvida impõe a laboração continua para ser economicamente rentável? Pois vemos os

Dois aspectos fundamentais constituem barreira aos efeitos negativos da campanha ideológica do capital: a crescente consciencialização dos trabalhadores, o desenvolvimento do socialismo. Factos que, naturalmente, são o tema central da acção de toda a informação e propaganda, oral, escrita, ou através da imagem, produzida na RDA.

O capital fundamental numa sociedade socialista, são os trabalhadores ligados ao mais importante sector da economia, o sector da produção material, em particular a classe operária politicamente desenvolvida, e uma intelectualidade ao serviço do proletariado. Um capital que se desenvolve solidamente, tanto quantitativa como qualitativamente. Dos 334 162 candidatos admitidos no PSUA (Partido Socialista Unificado da Alemanha, que reúne os comunistas da RDA) nos últimos 5 anos, 77% provêm do sector da produção material. Sessenta e nove por cento dos candidatos são operários. Por outro lado regista-se grande aumento do nível cultural dos trabalhadores, com a escolaridade obrigatória de dez anos e a generalização de cursos superiores e técnicos. Hoje, todos os jovens contam com uma necessidade e um, facto indiscutível, a obtenção de formação profissional,

secundária ou superior.

Por outro lado, a construção e desenvolvimento da sociedade socialista, traduz-se em factos muito concretos e palpáveis, que é difícil encobrir. A gratuidade do ensino e da saúde, o apoio a aqueles que não têm condições de trabalhar, preços fixos — são base para uma sólida estabilidade. Os cidadãos da RFA e de Berlim Oeste que vão à RDA visitar os seus familiares, não podem deixar de constatar que os preços do pão, de todos os artigos de primeira necessidade custam cerca de um terço dos mesmos produtos na RFA.

No confronto com a ideologia burguesa, os meios de massas da RDA conjugam esforços na divulgação e fundamentação da política de Partido e de Estado, na divulgação das vantagens do socialismo, na denúncia dos fundamentos da sociedade capitalista, das suas taras.

Na RFA 117 pessoas possuem 77% dos meios de produção. Facto que não serve propriamente de cartão de visita. Como o não servem a inflação, o desemprego crescente, as perseguições aos elementos progressistas, o apoio ao movimento neonazi que conta com muitos criminosos de guerra que vivem livres na Alemanha «livre».

Faço à campanha ideológica do capitalismo alemão, a RDA não adopta uma atitude defensiva. Antes assume a posição ofensiva de definição de interesses de classe. Defende claramente os interesses dos trabalhadores. A prática política e socioeconómica do país demonstra-o. Compreende-o uma população trabalhadora cada vez mais consciente. É o capitalismo que tem razões para temer, não simplesmente a propaganda, mas a própria realidade socialista. E isso manifesta-se também em números. A relação do que é publicamente mostrado de literatura, filmes, e outras obras culturais, dentro do intercâmbio entre países socialistas e capitalistas, é de um para dez. Ou seja, o socialismo apresenta publicamente dez vezes mais material cultural produzido sob o capitalismo do que o material cultural do socialismo apresentado em países capitalistas.

Na batalha ideológica entre os dois sistemas, e que assume na RDA particular acuidade, é o capitalismo que tem razões para se defender, para aguçar armas e imaginar outras novas, para temer o futuro. O que implica grande atenção, vigilância e conjugação de esforços por parte do socialismo. Mas também a segurança dos que detêm o futuro.